

FACULDADES ALVES FARIA (ALFA)
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

RICARDO NEVES BORGES

**QUALIDADE DO GASTO PÚBLICO EM EDUCAÇÃO E SAÚDE: UMA
ANÁLISE MICRORREGIONAL EM GOIÁS**

GOIÂNIA
MARÇO DE 2012

FACULDADES ALVES FARIA (ALFA)
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

RICARDO NEVES BORGES

**QUALIDADE DO GASTO PÚBLICO EM EDUCAÇÃO E SAÚDE: UMA
ANÁLISE MICRORREGIONAL EM GOIÁS**

Dissertação apresentada ao Mestrado em Desenvolvimento Regional das Faculdades Alves Faria, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Cesar Bontempo

GOIÂNIA
MARÇO DE 2012

FACULDADES ALVES FARIA (ALFA)
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

RICARDO NEVES BORGES

**QUALIDADE DO GASTO PÚBLICO EM EDUCAÇÃO E SAÚDE: UMA
ANÁLISE MICRORREGIONAL EM GOIÁS**

AVALIADORES

Prof. Orientador Dr. Paulo Cesar Bontempo
Faculdades Alves Faria

Prof. Dr. Alcido Elenor Wander
Faculdades Alves Faria

Prof^a. Dr^a. Estela Najberg
Universidade Federal de Goiás

GOIÂNIA
MARÇO DE 2012

*A Deus, a minha família, a minha
noiva pela compreensão e paciência
em minhas ausências e todos que
acreditaram de uma forma ou de
outra.*

AGRADECIMENTOS

Acima de tudo, primeiramente, agradeço a Deus pelo dom da vida e por mais esta conquista.

Agradeço de modo geral a todos que de alguma forma passaram pela minha vida e contribuíram diretamente ou indiretamente para meu crescimento pessoal, cultural e profissional.

Aos meus queridos pais, Alcenor Moreira Neves e Cislene Borges Machado pela educação, criação e por estarem sempre ao meu lado, aos meus irmãos Daniel Machado Neves e Danilo Ribeiro Machado por também sempre acreditarem em meus estudos.

Agradeço de forma muito especial a minha noiva Analiane Lima do Carmo, pelo incentivo e apoio, principalmente pela compreensão em minhas ausências ao longo dessa caminhada e pelas dificuldades que passamos nesse período que só nós conhecemos.

De forma muito especial agradeço ao professor e orientador Dr. Paulo Cesar Bontempo, pelas inúmeras contribuições teóricas, pelo apoio ao tema desse trabalho e pelos incontáveis subsídios que se foram moldando para o resultado final dessa pesquisa, a você ficará sempre minha eterna gratidão e amizade.

Aos professores Dr. Alcido Elenor Wander e Dr. Bento Alves da Costa Filho, membros da banca de qualificação juntamente com o professor e orientador Dr. Paulo Cesar Bontempo, que foram significativamente importantes na construção final deste trabalho, com suas críticas construtivas e sugestões de grande valia.

Pelos professores que lecionaram na turma 2010/2 do Mestrado em Desenvolvimento Regional das Faculdades Alves Faria (ALFA), que contribuíram com seus grandes estímulos acadêmicos e valorização cultural, onde faço questão de nominá-los: Dr. Alcido Elenor Wander, Dr. Bento Alves Costa Filho, Dr. Fernando Negret Fernandez, Dra. Heliane Prudente Nunes, Dr. Jean-Marie Lambert, Dr. Maria Cristina Pereira Matos, Dr. Paulo Cesar Bontempo, Dra. Renata Cristina de Sousa Nascimento, Dr. Ricardo Antonio Gonçalves Teixeira.

Por fim, agradeço os colegas de mestrado pela convivência, diversão, aprendizado e amizade.

RESUMO

BORGES, Ricardo Neves. Qualidade do Gasto Público em Educação e Saúde em 2009: uma análise microrregional em Goiás. 2011. 174 f. – Dissertação de Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional – Faculdades Alfa, 2011

A presente pesquisa busca fazer uma análise da qualidade dos gastos públicos em educação e saúde para todas as microrregiões do estado de Goiás. São utilizados dados secundários relativos a diversos indicadores sociais. Esses indicadores são analisados comparativamente com os gastos efetuados nas áreas da educação e saúde nas microrregiões de Goiás, utilizando o método do Índice de Qualidade do Gasto Público (IQGP). A partir da análise comparativa dos índices de qualidade do gasto público em educação e saúde das microrregiões é feita uma análise dos resultados obtidos, comparando-se com os resultados obtidos por outros estudos semelhantes realizados em outras regiões do Brasil. Outros estudos desse tipo têm concluído que os municípios que apresentam uma maior despesa *per capita* não são os que apresentam, em sua grande maioria, melhor desempenho em níveis de bem-estar, gerando dessa forma deseconomias de escala. Ou seja, o aumento da despesa não gera necessariamente retorno proporcional em termos de indicadores sociais.

Palavras-Chave: Qualidade do Gasto Público. Bem-Estar. Microrregião.

ABSTRACT

BORGES, Ricardo Neves. Quality of Public Spending on Education and Health: a micro-regional analysis in Goiás 174 f. - Professional Dissertation in Regional Development - Alpha College, 2011

The present research seeks to analyze the quality of public spending on education and health for all microregions of Goiás. It was used secondary data relating to various social indicators. These indicators are analyzed in comparison with the expenses incurred in education and health in the microregions of Goiás, using the Quality Index of Public Spending (IQGP). From the comparative analysis of the indices of quality of public spending on education and health it was compared the results obtained by other similar studies in other regions of Brazil. Other such studies have concluded that the municipalities that have higher per capita expenditure do not present, for the most part, better performance levels of well-being and thereby create diseconomies of scale. That is, the increased spending does not necessarily lead to payoff in terms of social indicators.

Keywords: Quality of Public Spending. Welfare. Microregion.

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

ANEB	Avaliação Nacional da Educação Básica
ANRESC	Avaliação Nacional do Rendimento Escolar
CF	Constituição Federal
DATASUS	Banco de dados do Sistema nico de Sade
ESAF	Escola de Administração Fazendária
FAO	Organização Mundial para Agricultura e Alimentação
FINBRA	Finanas do Brasil
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IDEB	ndice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IQGP	ndice de Qualidade do Gasto Público
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MEC	Ministério da Educação
MRG	Microrregião
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econmico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Sade
PIB	Produto Interno Bruto
PNAN	Política Nacional de Alimentação e Nutrição
PPA	Plano Plurianual
SEAD	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEPLAN	Secretaria de Planejamento
SUDS	Sistema Unificado e Descentralizado de Sade
SUS	Sistema nico de Sade
TCM	Tribunal de Contas dos Municípios
UF	Unidade da Federação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação
UNICEF	Organização das Nações Unidas para a Infância

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Brasil: Evolução do PIB e dos gastos da União (1980-2006)	32
Gráfico 2 – Índice de Qualidade do Gasto Público em Educação - 2009.....	69
Gráfico 3 – Índice de Qualidade do Gasto Público em Educação considerando a média das despesas totais de 2004 a 2008 com os indicadores sociais em 2009	72
Gráfico 4 – Índice de Qualidade do Gasto Público em Saúde - 2009	75
Gráfico 5 – Índice de Qualidade do Gasto Público em Saúde considerando a média das despesas totais de 2004 a 2008 com os indicadores sociais em 2009	77
Gráfico 6 – IQGP-Educação, indicadores sociais e despesas em 2009, e indicadores sociais em 2009 e despesas médias de 2004 a 2008.....	79
Gráfico 7 – IQGP-Saúde, indicadores sociais e despesas em 2009, e indicadores sociais em 2009 e despesas médias de 2004 a 2008.....	81
Gráfico 8 – IQGP-Educação e IQGP-Saúde, indicadores sociais e despesas em 2009. 83	
Gráfico 9 – IQGP-Educação e IQGP-Saúde, indicadores sociais em 2009 e despesas médias de 2004 a 2008	85
Gráfico 10 – IQGP-Educação e IQGP-Saúde, com indicadores e despesas em 2009 e indicadores em 2009 e despesas médias de 2004 a 2008	89
Mapa 1 – Microrregiões do Estado de Goiás	14
Mapa 2 – Universo da Pesquisa em Educação	63
Mapa 3 – Universo da Pesquisa em Saúde	64
Mapa 4 – Índice de Qualidade do Gasto Público para Função Educação - 2009.....	70
Mapa 5 – Índice de Qualidade do Gasto Público para Função Educação considerando a média das despesas totais de 2004 a 2008 com os indicadores sociais em 2009	73
Mapa 6 - Índice de Qualidade do Gasto Público para Função Saúde - 2009	75
Mapa 7 - Índice de Qualidade do Gasto Público para Função Saúde considerando a média das despesas totais de 2004 a 2008	78
Quadro 1 – Regras fiscais e Descentralização	17
Quadro 2 – Propostas e motivo para implementação plena e aperfeiçoamentos à LRF 30	
Quadro 3 – Variáveis utilizadas na pesquisa da Educação com seus respectivos conceitos e método de cálculo	58
Quadro 4 – Variáveis utilizadas na pesquisa da Educação com seus respectivos conceitos e método de cálculo	60
Figura 1 – Ciclo de Políticas Públicas.....	21

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Densidade Populacional, Percentual da População para o Estado, Área Total e População por Km ² das Microrregiões do Estado de Goiás - 2009	15
Tabela 2 – Pontuação de cada posição para o Índice de Bem-Estar e da Despesa	66
Tabela 3 – Índice de Qualidade do Gasto Público em Educação em 2009.....	68
Tabela 4 – Índice de Qualidade do Gasto Público em Educação considerando a média das despesas totais de 2004 a 2008 com os indicadores sociais em 2009.	71
Tabela 5 – Índice de Qualidade do Gasto Público em Saúde - 2009.....	74
Tabela 6 – Índice de Qualidade do Gasto Público em Saúde considerando a média das despesas totais de 2004 a 2008 com os indicadores sociais em 2009.	76

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1.1 O Estado de Goiás e suas microrregiões	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1 Os Princípios da Administração Pública	16
2.2 Políticas Públicas.....	20
2.3 O Gasto Público.....	22
2.4 Eficiência e Eficácia	25
2.5 Gasto público eficaz	27
2.6 Evolução dos gastos públicos no Brasil	30
2.7 A educação fundamental no Brasil.....	32
2.8 Política de Saúde no Brasil.....	38
2.9 Qualidade em Educação e Saúde.....	43
2.10 Indicadores Sociais.....	46
2.11 Considerações teóricas sobre o IQGP	53
2.11.1 Índice de Bem-Estar	55
2.11.2 Índice de Insumo	56
2.11.3 IQGP: Limitações.....	56
2.12 Variáveis utilizadas	57
3 METODOLOGIA	62
3.1 Metodologia de Pesquisa.....	62
3.1.1 Universo e Amostra.....	63
3.1.2 IQGP: Método de Cálculo	64
4 ANÁLISE DO GASTO PÚBLICO NAS MICRORREGIÕES DE GOIÁS	67
4.1 Função Educação.....	67
4.2 Função Saúde	73
4.3 Análise comparativa dos resultados da Educação	78
4.4 Análise comparativa dos resultados da Saúde.....	80
4.5 Análise conjunta da Educação e da Saúde.....	82
4.6 Discussões gerais dos resultados	90
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	95
APÊNDICES	101

INTRODUÇÃO

É através dos gastos que os governos transformam os recursos em benefícios para a sociedade, aplicando-os em diversas áreas essenciais, tais como, educação, saúde, segurança pública, saneamento.

Nesse aspecto, Mendes (2006, p. 33) menciona que a eficiência no gasto público é condição primária para que o país possa alcançar taxas mais elevadas de crescimento econômico, ter uma menor desigualdade social, maiores oportunidades de emprego, menor violência.

Visando mensurar a qualidade do gasto público foi criado por Brunet, Bertê e Borges (2007) o IQGP, que procura retratar a qualidade dos indicadores socioeconômicos em função das despesas efetuadas.

Para isso, foram levantados dados socioeconômicos dos 246 municípios goianos, juntamente com os dados dos gastos nas funções Educação e Saúde para que se obtivessem todos os parâmetros para o cálculo do IQGP.

Após o levantamento dos dados foi realizada uma análise comparativa da qualidade do gasto público nas funções orçamentárias educação e saúde nas dezoito microrregiões de Goiás utilizando o método do IQGP.

A partir do argumento de que não basta analisar a quantidade do gasto público que é realizado, e sim, quais são os benefícios que a sociedade recebe em função desse gasto, Brunet, Bertê e Borges (2007) criaram o IQGP.

Esse índice inicialmente foi utilizado num estudo comparativo sobre a qualidade do gasto público entre os estados brasileiros. A partir desse estudo inicial, vários outros estudos foram surgindo para análise da qualidade do gasto público em unidades da federação específicas e em diversas microrregiões.

Diante desse contexto, e por não haver um estudo desse tipo no estado de Goiás, a problemática que norteia essa pesquisa é: Qual a qualidade do gasto público em educação e saúde nas microrregiões de Goiás utilizando o método do IQGP?

O objetivo geral deste trabalho pode ser definido como sendo o de avaliar de forma comparativa a qualidade do gasto público municipal nas funções orçamentárias educação e saúde nas dezoito microrregiões de Goiás utilizando o método do IQGP.

Como objetivos específicos do trabalho pode-se mencionar:

- Levantar os indicadores sociais de educação e saúde para as dezoito microrregiões de Goiás em 2009;
- Levantar os gastos em educação e saúde para todas as dezoito microrregiões de Goiás nos anos compreendidos entre 2004 a 2009;
- Calcular o IQGP nas microrregiões do Estado de Goiás em 2009 e fazer uma comparação entre os anos de 2004 a 2008;
- Analisar comparativamente os dados obtidos e comparar com resultados de outros estudos realizados;

A presente pesquisa está em consonância com o Plano de Desenvolvimento do Centro-Oeste 2007-2020, que traz como macro objetivo o aumento da capacidade de gestão do setor público regional, para melhorar a eficiência e eficácia da aplicação dos recursos públicos, e garantir os resultados no desenvolvimento regional.

Desse modo, o IQGP retrata de que modo os recursos públicos estão gerando retorno em forma de indicadores socioeconômicos de resultados em distintas áreas de interesse da sociedade. Para a presente pesquisa, foram selecionadas as funções orçamentárias da educação e saúde nas microrregiões de Goiás. Tal escolha se justifica por dois motivos principais. O primeiro motivo decorre do fato de que a Constituição Federal de 1988 estabelece em seu artigo 6º que a educação e saúde são direitos sociais garantidos a todos os brasileiros. Conforme Torres apud Peres (2004) os direitos à saúde e educação são básicos e fundamentais para a sobrevivência, demonstrando de forma efetiva que a educação e saúde são relevantemente importantes para o desenvolvimento de uma sociedade.

Obviamente, existem várias áreas de interesse da sociedade como um todo, tais como: segurança pública, transporte, saneamento, educação, saúde, habitação, etc. No entanto, o segundo motivo para a escolha da educação e saúde no presente trabalho se deu pelo fato de que foi constatado que apenas essas funções orçamentárias selecionadas dispunham de dados socioeconômicos de resultados e dados dos gastos suficientes para cálculo o IQGP.

Na função educação, Pinto (2000) apud Baptistelli (2009) expõem que a Constituição Federal passou a exigir um “padrão mínimo de qualidade de ensino” o que para Ranieri (1994) a educação constitui-se de um processo que desenvolve a capacidade intelectual e moral do ser humano que visa integrá-lo para um convívio social.

Quanto à função orçamentária da saúde, o artigo 196 Constituição Federal de 1988 assegura que a saúde é um dever do Estado e um direito de todos. Segundo o artigo 197 da mesma Carta Magna, todas as políticas públicas estabelecidas sobre serviços de saúde são de relevância pública, pois são formas de assegurar a redução do risco de doença e de outros agravos. Assim sendo, o acesso a tal aos serviços de saúde será universal e igualitário.

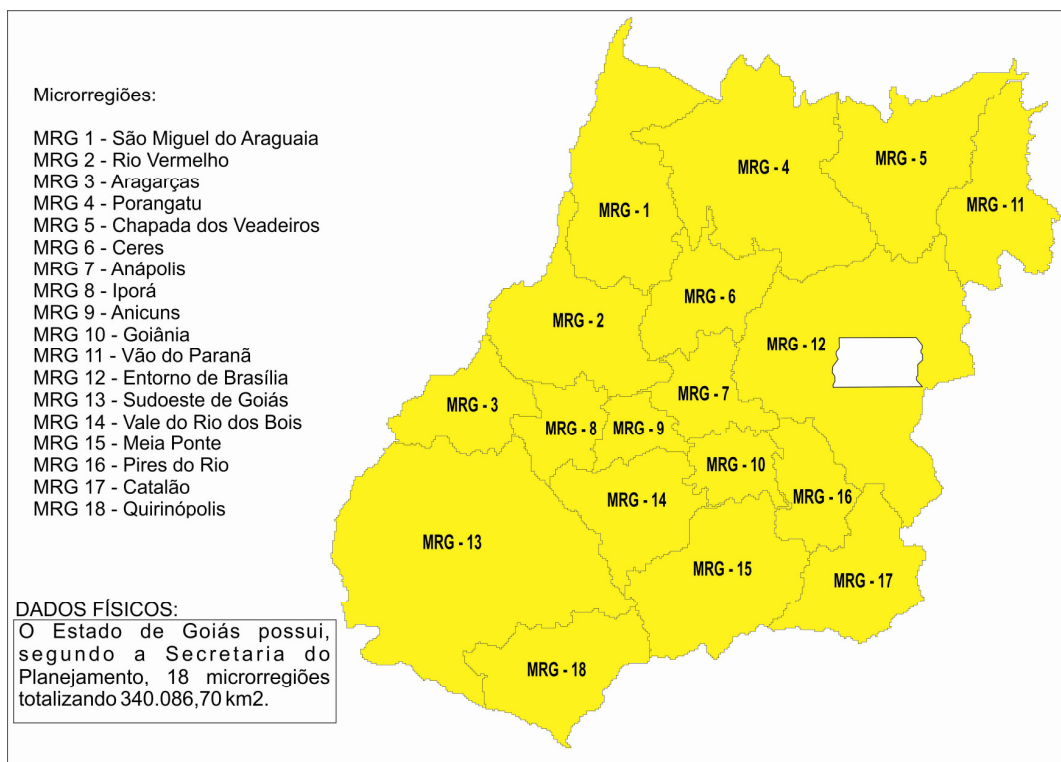
Para tanto, é de relevada importância discutir-se de que forma os municípios goianos estão efetuando dispêndios em educação e saúde em favor da sociedade, não apenas quantitativamente, mas qualitativamente como forma de benefícios através de indicadores socioeconômicos de resultados.

1.1 O Estado de Goiás e suas microrregiões

O Estado de Goiás é uma das unidades federativas do Brasil localizado na Região Centro-Oeste. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010 o estado possuía 6.003.788 habitantes, fazendo divisa com cinco Estados: Tocantins, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e pelo Distrito Federal e tem como capital a cidade de Goiânia.

O Estado de Goiás é o sétimo maior do Brasil em área territorial e de maior número de municípios, com 340.086,70km², ocupando 3,99% da área nacional e 246 municípios.

De acordo com a Secretaria de Planejamento (SEPLAN), Goiás é dividido em 18 microrregiões, conforme disposto no Mapa 1.



Mapa 1 – Microrregiões do Estado de Goiás

Fonte: Secretaria do Planejamento do Estado de Goiás (SEPLAN)

A partir tabela 1 pode-se concluir que a microrregião (MRG) de Goiânia tem a maior densidade populacional, representando 35,91% de todas as MRG do Estado. No extremo oposto, a MRG de Aragarças é aquela com a menor densidade populacional com apenas 0,93% do total das MRG.

Observa-se também a concentração da população do Estado na MRG Goiânia, onde há 311,84 pessoas por km². Esse valor é 5 vezes maior que a MRG de Anápolis que tem a segunda maior população por km² sendo também 105 vezes maior que MRG Chapada dos Veadeiros que detém a menor população por km².

Tabela 1: Densidade Populacional, Percentual da População para o Estado, Área Total e População por Km² das Microrregiões do Estado de Goiás em 2009

Microrregião	Densidade Populacional em 2009 ¹	% do Estado	Área Total km ²	População por km ²
Anápolis	536.696	9,06	8.311,93	64,57
Anicuns	103.863	1,75	5.464,61	19,01
Aragarças	55.305	0,93	11.053,85	5,00
Catalão	141.552	2,39	15.206,84	9,31
Ceres	223.970	3,78	13.163,01	17,02
Chapada dos Veadeiros	63.416	1,07	21.337,54	2,97
Entorno de Brasília	1.023.514	17,27	38.131,58	26,84
Goiânia	2.128.243	35,91	6.824,79	311,84
Iporá	59.909	1,01	7.072,35	8,47
Meia Ponte	355.781	6,00	21.165,56	16,81
Pires do Rio	94.450	1,59	9.418,37	10,03
Porangatu	226.752	3,83	35.171,85	6,45
Quirinópolis	98.723	1,67	16.068,10	6,14
Rio Vermelho	87.875	1,48	20.205,98	4,35
São Miguel do Araguaia	79.822	1,35	24.381,37	3,27
Sudoeste de Goiás	424.683	7,17	56.111,53	7,57
Vale do Rio dos Bois	112.478	1,90	13.608,60	8,27
Vão do Paranã	109.268	1,84	17.388,82	6,28
TOTAL	5.926.300	100	340.086,70	

Fonte: Superintendência de Pesquisa e Informação (SEPIN), 2009. Adaptado pelo autor.

¹ A estimativa da população municipal é realizada anualmente pelo IBGE para atender a requisitos de dados do Tribunal de Contas da União. Baseia-se no Método de Tendência, desenvolvido por MADEIRA e SIMÕES. Refere-se a população total estimada, residentes em 01/07 (SEPLAN, 2001).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Conhecer e alinhar o referencial teórico e levantar informações com os temas correlacionados ao tema deste trabalho contribuiu para um melhor entendimento da problemática da presente pesquisa e auxiliou significativamente a análise dos resultados. Para tanto, este capítulo é estruturado nas temáticas sobre a administração pública com temas correlatos, decisões de políticas públicas, panorama da educação e da saúde no Brasil e apresentação teórica sobre o Índice de Qualidade do Gasto Público (IQGP).

2.1 Os Princípios da Administração Pública

Para se conhecer melhor a estrutura da Administração Pública (AP), deve-se primeiro analisar qual a função do Estado, cujo conceito pode ser analisado sob múltiplas perspectivas.

A partir do prisma sociológico, de acordo com Jellinek (1931) o Estado é uma corporação territorial dotada de um poder de administração natural. Pela ótica política é uma comunidade de homens estabelecida sobre um determinado território e com poder superior de ação. Sob o enfoque constitucional, segundo Biscaretti di Ruffia (1965) o Estado é uma pessoa jurídica territorial soberana. Para tanto, um Estado juridicamente ordenado é obediente as suas próprias leis.

Para Meirelles (2009) o Estado contém três elementos originários: o povo que é o componente humano do Estado, o território que é a sua parte física, e o governo soberano, como um poder absoluto e auto-organização emanada do Povo.

O Estado como matéria constitucional no que tange à divisão política, a forma de governo deverá sempre estar em harmonia com os governados, conforme preceitua o art. 7º da Constituição alguns direitos e garantias, tais como dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa (BRASIL, 1988).

A Administração Pública é um sistema das atividades funcionais que concretiza e satisfaz as necessidades coletivas, que obedece a todo um ordenamento jurídico, tendo sempre a finalidade do interesse público (MEIRELLES, 2009).

É importante ressaltar que dentro desse processo, o Brasil ao longo do tempo e principalmente após a Constituição Federal de 1988 passou por significativas mudanças,

como a adoção de novos critérios de transferências de recursos para as Câmaras Municipais e as mudanças na Previdência Social². Essas transformações foram sendo implementadas paulatinamente. Entretanto, nenhuma teve tanto impacto como as transformações ocorridas no modelo de gestão fiscal, planejamento e transparência com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

A LRF surge como forma de implementar uma ação eficaz contra os altos déficits públicos, num momento em que o endividamento do governo aumentava substancialmente. Essa lei foi elaborada tendo já como experiências vários países da América Latina, União Europeia, Reino Unido, Nova Zelândia, entre outros (MATIAS-PEREIRA, 2009, p. 320)

O quadro 1 representa uma lista de países que possuem legislação de responsabilidade fiscal semelhante à lei implantada no Brasil.

País	Tipo de Regra	Descrição	Responsabilidade pela Legislação	Adesão das esferas do governo
Brasil	Quantitativa e de procedimento	Limites ao endividamento público. Exigência de metas fiscais anuais e aumento de transparência.	Federal	Obrigatória
Alemanha	Quantitativa	Limites ao déficit público	Federal	Voluntária
União Europeia	Quantitativa	Limites ao endividamento e ao déficit público.	Federal	Voluntária
EUA	Quantitativa*	Limites ao déficit público	Descentralizada	Voluntária

Quadro 1 – Regras fiscais e descentralização

Fonte: Fórum Mundial de Federalismo Fiscal, Salvador-BA (2005). OCDE apud LIMA (2008, p. 39). Adaptado pelo autor.

*Governo federal não segue nenhuma regra fiscal específica.

Desse modo, a LRF estabelece normas para esferas do governo no que se refere às finanças públicas, principalmente aquelas pertinentes ao controle da gestão fiscal.

² No art. 195 da CF fica determinado que seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta: mediante recursos do orçamento da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, e mediante contribuições sociais dos trabalhadores, dos empregados e sobre a receita de concursos e prognóstico. (BRASIL, 1988)

A Constituição Federal (CF) estabelece princípios básicos para a AP brasileira. Em seu art. 37 define cinco deles: Legalidade, Moralidade, Impessoalidade ou Finalidade, Publicidade e Eficiência.

O princípio da Legalidade de acordo com Meirelles (2009, p. 89)

[...] significa que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal conforme o caso (MEIRELLES, 2009, p. 89).

Não há liberdade nem vontade pessoal na AP, tudo deve estar previsto em lei.

Enquanto que no setor privado tudo o que a lei não proíbe é permitido fazer, na AP só é permitido fazer o que a está expressamente autorizado em lei.

Os gestores não podem se voltar para necessidades particulares ou de interesses próprios ou partidários e que deverão tão somente realizar atos condizentes com os parâmetros estabelecidos previamente em legislação.

Quanto ao princípio da Moralidade, Hauriou (1926), entende que se trata de um conjunto de regras de condutas que devem emergir da própria administração. Segundo o autor, o gestor público, como ser humano comum, dotado de capacidade de gerenciamento e atuação, deverá sempre atentar para as questões que vão além dos atos legais, transcender, saber distinguir as coisas justas das injustas, do conveniente e do inconveniente e do que é honesto do desonesto.

Welter (1929, p. 74-75) define a moralidade administrativa como um composto de regras para uma boa administração, não só pela ideia do bem e o mal, mas como função administrativa que visa atender o bem comum.

A moralidade administrativa está em consonância com o conceito de que o gestor público uma vez obedecendo a esse princípio estará determinando que suas ações não estejam sendo simplesmente sendo realizadas a partir dos preceitos legais, mas sim de acordo com a observância da moral comum (WELTER, 1929).

Nesse aspecto, a Lei n.º 9.784/99 que regulamenta o processo administrativo no âmbito da AP Federal, no artigo 2º, parágrafo único, inciso IV, consagra o princípio da moralidade administrativa como sendo a “atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé”.

De acordo com o princípio da Impessoalidade também denominado de Finalidade, o gestor público deve sempre praticar atos que levem a um fim legal, que

por sua vez e que por norma do Direito, está expressamente de acordo com os objetivos da coletividade praticada de forma impessoal.

Tal princípio está estritamente de acordo com o interesse público, pois exige que todos os atos sejam praticados sempre em favor da finalidade pública, ficando proibido o administrador público de buscar objetivos de interesse próprio ou de terceiros.

Bandeira de Mello (1999, p. 70) leciona que o princípio da impessoalidade traduz a ideia de que a AP deve tratar todos da sociedade sem nenhum tipo de discriminação, uma vez que todos são iguais perante a lei.

Tal princípio veta aos gestores públicos a obtenção de promoções para si próprios ou para autoridades, uma vez que todo ato deverá estar na melhor garantia ao atendimento do fim público para o qual de fato está voltada a AP.

O princípio da publicidade é a divulgação de todos os atos em meio oficial para conhecimento do público para que tenham início os seus efeitos externos.

Segundo Meirelles (2009, p. 97) a publicidade é a divulgação de todos os atos oficiais da AP, concluídos e em formação, os pareceres dos órgãos técnicos e jurídicos, atas de julgamento das licitações, despachos intermediários e finais.

O conceito de publicidade está além da simples divulgação do ato, uma vez que está permanentemente relacionado com o conhecimento por parte da sociedade dos atos que os gestores públicos estão praticando.

Silva (2000, p. 653) expõe que a publicidade sempre foi reconhecida como um princípio administrativo, pois a AP deverá sempre agir com a maior transparência possível. A sociedade, a toda hora, deve ter o conhecimento do que os administradores estão fazendo.

O princípio da publicidade é um pilar imprescindível para que todos os que se interessem possam ter conhecimento e controle dos atos praticados pelos gestores públicos.

Conceituando o princípio da eficiência na AP, Meirelles (2009) afirma que este princípio é o que exige que toda atividade da administração pública seja executada com um alto rendimento funcional, perfeição e que seja tudo realizado com presteza.

Para Moraes (1999, p. 30), de acordo com o princípio da eficiência, toda AP e seus agentes devem observar continuamente a manutenção do bem comum, de modo que o exercício de suas competências seja sempre exercido de forma neutra, participativa, transparente, com a menor burocracia possível, sempre em busca da

qualidade, onde se buscará a adoção de critérios legais e morais para melhor aplicação dos recursos públicos, evitando desperdícios e garantindo uma maior rentabilidade social.

Segundo o princípio da eficiência, todos os atos públicos praticados pela AP deverão sempre ser eficientes em sua essência, sendo este um princípio do bom administrador público conforme preceitua Moraes (1999, p. 30).

2.2 Políticas Públicas

O desenvolvimento de algum território e/ou a implantação de ações são concretizadas através de decisões de governos, uma vez que o mesmo é o ator social que concretiza tais atos. O rol de decisões que envolvem a arte de governar e realizar o bem coletivo são as políticas públicas.

Para conceituação de políticas públicas é utilizada neste trabalho uma definição do Ministério da Saúde (2006, p. 9) que reflete a relevância das políticas para a orientação das ações de governo, a saber:

políticas públicas configuram decisões de caráter geral que apontam rumos e linhas estratégicas de atuação governamental, reduzindo os efeitos da descontinuidade administrativa e potencializando os recursos disponíveis ao tornarem públicas, expressas e acessíveis à população e aos formadores de opinião as intenções no governo no planejamento de programas, projetos e atividades (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006, p. 9).

Para Matias-Pereira (2009, p. 233) as políticas públicas são um elenco de ações e de procedimentos que buscam a uma solução pacífica de conflitos em torno da alocação de dos recursos públicos. As políticas públicas envolvem mais de uma decisão e requerem que diversas ações sejam estrategicamente selecionadas para a correta implementação das decisões tomadas.

Easton (1970) *apud* Matias-Pereira (2009, p. 233) apresenta o conceito das demandas *inputs* e *withinputs*. Na primeira, as demandas não estão restritas apenas ao plano interno de certa sociedade, pois, a partir da globalização da economia, cada vez mais os países são afetados pelo que acontece com outros países. A segunda expressa demandas e apoio distinguindo-se dos *inputs*, pois, está correlacionada com o próprio sistema político, tais como os agentes do executivo, os parlamentares, os governadores de estado e do judiciário.

À luz do pensamento de Fernández (2006) o termo de políticas públicas é utilizado de forma distinta, com um significado maior ou menor. Em um momento significa um campo de atividade, e que em outro momento representa um propósito político de forma concreta, ou um programa de ação de Governo ou resultados obtidos através de um programa.

Analisar políticas públicas é o mesmo que verificar de que forma elas estão sendo implementadas através de benefícios para a sociedade, uma vez que os agentes políticos deverão se levar em consideração o estudo do ciclo de políticas públicas conforme representado na figura 1:

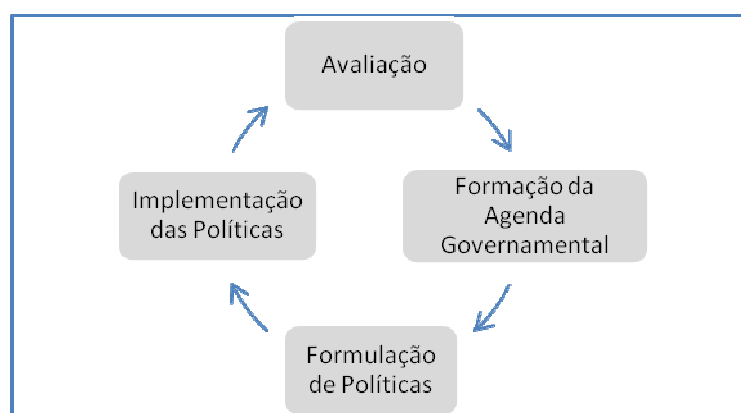


Figura 1 – Ciclo de políticas públicas
Fonte: Wander (2010)

De acordo com Wander (2010, p. 2) essa análise de políticas públicas “é descobrir o que os governos fazem, porque fazem, porque não fazem e que diferença isto faz.” A partir da figura 1 é possível afirmar que as políticas públicas no Brasil de acordo com Pedone (1988) apud Matias-Pereira (2009, p. 237-238) cumprem algumas fases. Primeiramente, o autor apresenta a formulação de assuntos públicos e de políticas sociais que representa a fase que surgem correntes de opiniões que cercam tal perspectiva, após esse processo há a formulação das políticas públicas onde os entes federativos elaboram as políticas públicas visando a racionalidade econômica e político-sistêmica.

Uma vez formulada a política pública, Pedone (1988) apud Matias-Pereira (2009) explica que há o processo decisório de tais políticas, onde atuam os grupos de pressão, exercendo a influência sobre os decisores, nesse panorama, há a implementação das políticas públicas, onde são colocadas em execução tudo o que foi inserido na agenda política, passada pela formulação e a decisão conforme explicitado. Por fim,

verificam-se quais diferenças a implementação dessas políticas públicas impactaram para a sociedade e que diferença isso fez em relação à situação anterior a implementação de tais políticas. O autor apresenta esta fase como sendo a da avaliação das políticas públicas.

A avaliação das políticas públicas é realizada através da verificação, análise e interpretação que as ações têm, qual o seu impacto e que diferenças elas fazem para a população.

As políticas públicas são um processo em permanente movimento. Sua análise passa a ser função do ciclo político que envolve a percepção e definição de problemas, a sua inserção na agenda política, a sua formulação e implementação e por último, sua avaliação.

Com relação à questão da avaliação, Muñoz-Repiso (2006, p. 3) define que “nas sociedades democráticas, a mais importante avaliação da qualidade dos governos é realizada pelos cidadãos com seus votos”, o que, no entanto, não é suficiente, uma vez que as políticas públicas implantadas pelos Governos deverão ser avaliadas de modo contínuo e regularmente, verificando-se sempre seus resultados e qual seu custo e sua aceitação perante os cidadãos.

2.3 O Gasto Público

Os gastos públicos são executados através das funções orçamentárias, através das quais os governos efetuam dispêndios necessários para a realização de obras, benefícios sociais, despesas correntes e despesas de capital.

No entanto, para que se haja uma função orçamentária, é necessário salientar que a AP passa por todo um processo de planejamento até a sua execução e posteriormente a fiscalização de tais atos.

Nesse contexto estão o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

O PPA é um plano de governo, aprovado por lei quadrienal, estabelecido no art. 165 da constituição onde são determinadas as medidas, gastos e os objetivos a serem seguidos pelos governos no lapso temporal de quatro anos.

Matias-Pereira (2009, p. 286) destaca que o PPA busca alocar os recursos públicos de uma forma eficiente, com base no planejamento com diretrizes, metas e objetivos da AP para promover o desenvolvimento do país.

Os objetivos do PPA de acordo Matias-Pereira (2009, p. 287) são estabelecer diretrizes para as finanças públicas no período em que o plano estiver em vigor, inclusive como objetivos a política de fomento e o programa de aplicação das agências financeiras de crédito, além de ter o propósito de identificar e avaliar os recursos disponíveis para o desenvolvimento das ações a cargo da AP.

Em resumo, o PPA visa, de acordo com Matias-Pereira (2009, p. 288-289):

- 1 – orientar a ação do governamental, objetivando alcançar o desenvolvimento econômico, que, por sua vez, propiciará a efetiva promoção do bem-estar social;
- 2 – orientar o planejamento, em sintonia com a programação e o orçamento do Poder Executivo, obedecendo aos princípios de regionalização da economia;
- 3 – definir diretrizes que deverão nortear a elaboração dos orçamentos fiscal e de investimentos, que possibilitem a redução das desigualdades regionais e sociais;
- 4 – ordenar e disciplinar a execução de despesas com investimentos que se reverterão em benefícios para a sociedade. (MATIAS-PEREIRA, 2009, p. 288-289)

A LDO está estritamente correlacionada com a orientação da elaboração e execução do orçamento fiscal, seguridade social e investimento anual e também trata de outros temas, como gastos com pessoal, política fiscal e alterações tributárias buscando a harmonização entre a LOA com todas as diretrizes, objetivos e metas estabelecidos no PPA.

A Constituição Federal de 1988 dispõe em seu artigo 165, § 2º que a lei de diretrizes orçamentárias abrangerá as metas e prioridades da AP, incluindo as despesas de capital para o exercício subsequente, e servirá para orientar a elaboração da LOA.

Para Matias-Pereira (2009, p. 290), a LOA tem como referência a LDO. Após o governo eleger os temas prioritários na agenda governamental, é apresentada a proposta de lei orçamentária para o exercício seguinte, que é uma lei de iniciativa do Executivo que estabelece todas as despesas e receitas que serão executados no ano ulterior.

Dessa forma, a LOA estima as receitas e autoriza as despesas que poderão ser realizadas na vigência da lei e tem como marco a concretização dos objetivos e propostas estabelecidas no PPA e na LDO.

Os gastos públicos são a principal peça pela qual o agente político investido em cargo público coloca em ação suas prioridades de Governo.

De acordo com Riani (2002, p. 80) os gastos públicos são a escolha que os governantes fazem para a aplicação dos recursos públicos nos diversos serviços para a sociedade. Os gastos públicos representam o custo da quantidade e da qualidade dos serviços oferecidos pelos governos.

Os gastos públicos são classificados por ação, programa, finalidade e por natureza: custeio, investimentos, transferências e inversões financeiras (REZENDE, 2001).

Com base na Lei 4.320/64 os gastos dos governos são divididos em duas categorias básicas: as despesas correntes e as despesas de capital.

Os gastos públicos, no entanto, não representam necessariamente um aumento de serviços prestados pelo governo. De acordo com Riani (2002, p. 95) esse fato ocorre quando houver “inexistência de vantagens do crescimento via produtividade, economias de escala e variações tecnológicas em grande número das atividades do governo”.

Giambiagi e Além (2008) expõem que o governo não é uma abstração, e sim, uma entidade que coleta recursos que retornam em forma de benefícios para o contribuinte.

Após essa coleta de recursos o governo passa a assumir funções que, caso não assumisse, não seriam realizadas, dado que se trata de ofertas de bens públicos. De acordo com Giambiagi e Além (2008, p. 33) as mais importantes ofertas de bens públicos dizem respeito a “Saúde, Educação, Defesa Nacional, Policiamento, Regulação, Justiça e Assistencialismo”.

Os mesmos autores ressaltam que a iniciativa privada pode oferecer em alguns momentos alguns bens públicos, tais como a Saúde e Educação. No entanto, os autores concluem que além de uma parte importante da população não ter recursos para poder pagar por esses serviços em forma privada, é razoável considerar que o Estado tem o dever de colocar à disposição da população esse tipo de serviços, mesmo que em alguns casos as pessoas em melhores condições optem por fazer uso dos serviços particulares.

2.4 Eficiência e Eficácia

No processo de análise de políticas públicas é importante verificar não somente se as questões de atendimento ao cidadão foram totalmente alcançadas, mas também se foram alcançadas com eficiência e eficácia.

Para Wander (2010, p.3) “A análise da eficiência no sentido custo-eficácia consiste em comparar os custos necessários para alcançar certo nível de resultado para diferentes políticas.”

Di Pietro (1998) afirma que a eficiência no gasto público impõe para à AP, direta e indireta e aos seus agentes, a percepção do bem comum, com o pleno exercício das competências atribuídas a ele, de forma imparcial, neutra, eficaz, participativa, levando sempre em consideração a melhor utilização dos recursos públicos para que se evitem desperdícios para a garantia de uma maior rentabilidade social.

Di Pietro (1998, p. 73-74) ensina que a eficiência “impõe ao agente público um modo de atuar que produza resultados favoráveis à consecução dos fins que cabem ao Estado alcançar”, porém esse mesmo autor expõe que essa eficiência se soma com os outros princípios da AP, nunca se sobrepondo a nenhum dos demais, principalmente o da legalidade.

Enfim, a eficiência se soma a todos os preceitos estabelecidos para a AP, existindo para maximizar uma melhor e mais clara gestão dos gastos públicos.

Torres (2004, p. 175) expressa que o mais importante no princípio da eficiência é deixar claro como foram conseguidos os objetivos da AP, pois existe a preocupação de quais foram os mecanismos utilizados para a obtenção do êxito da ação estatal, ou seja, é sempre eficiente quando se busca meios econômicos e viáveis, utilizando a racionalidade econômico para a maximização dos resultados e minimização dos custos, onde se gasta com mais inteligência os recursos arrecadados.

A eficácia compreende a análise dos objetivos que foram previamente projetados em relação ao que foi efetivamente alcançado. Segundo Wander (2010, p. 2):

eficácia é medida de acordo com os efeitos próprios da política. Essa análise se apóia sobre a focalização dos fatos suscetíveis de explicar a capacidade da política em agir sobre a atividade focada. Portanto, a eficácia é o resultado da interação entre uma intervenção exógena e uma dinâmica social endógena. (WANDER, 2010, p. 2)

Dessa forma, a eficácia é o que de fato resulta da aplicação de uma política pública em termos de efeitos sociais concretos. Para Wander (2010, p. 2) “o mais importante é compreender as mudanças que a política produziu na sociedade.”

Em resumo, a eficácia significa escolher o método e fazer certo, filtrar os objetivos realmente necessários com alternativas corretas.

Nesse sentido, Torres (2004, p. 175) discorre que a preocupação maior que o conceito revela se relaciona simplesmente com o alcance dos objetivos desejados por determinada ação da AP.

Para uma consonância entre a eficiência e eficácia Chiavenato (1994, p. 70) apresenta que à medida que o administrador se preocupa em fazer corretamente as coisas, ele está se preocupando com *eficiência* (melhor utilização dos recursos disponíveis). Porém, quando ele utiliza estes instrumentos fornecidos por aqueles que executam para avaliar o alcance dos resultados, isto é, para verificar se as coisas bem feitas são as que realmente deveriam ser feitas, então ele está se procurando cumprir a *eficácia* (alcance dos objetivos através dos recursos disponíveis).

Pode-se chegar à conclusão que, nem sempre se é eficiente e eficaz ao mesmo tempo.

Também para a consolidação destes aspectos, Bio (1996, p. 22) apud Castro (2006, p. 4) apresenta que “[...] a eficácia depende não somente do acerto das decisões estratégicas e das ações tomadas no ambiente externo, mas também do nível de eficiência [...]”.

Esses dois aspectos deverão caminhar juntos na aplicação dos recursos públicos, porém, deverão ser aplicados e avaliados de forma contínua e separada, pois o art. 74 da CF que trata de um sistema de controle interno integrado entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, reconhece a divisão entre eles no seu inciso II: “comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, [...]”

2.5 Gasto Público Eficaz

Arvate e Biderman (2006, p. 45) afirmam que a existência de um estado eficiente e austero, é aquele que investe nas áreas onde a sua ação seja mais necessária, o que muitas vezes complementa a economia de mercado.

Dentro dessa perspectiva irá se discorrer sobre as ações que os governos poderão adotar para a melhoria da eficácia quanto na aplicação dos recursos públicos.

Velloso (2006) demonstra que uma das ações para o aumento da eficácia no setor público é a redução das despesas obrigatórias do Estado. Essas despesas são aquelas que os governos são obrigados a realizar ou não conseguem reduzir em função de disposições constitucionais e legais.

Os casos mais abundantes dessas despesas estão nas funções da previdência, assistência social e saúde. Velloso (2006, p. 134) afirma que “isso significa que será necessário reformular as políticas sociais para que seja possível realizar um ajuste fiscal, via controle de despesa, sem afetar os indicadores sociais.”

Nesses termos, Velloso (2006, p. 134) conclui afirmando que “uma reforma dos programas atuais permitiria que se obtivesse, simultaneamente redução de despesa (ou o estancamento do atual ritmo de crescimento) e redução da pobreza.”

Um exemplo da necessidade de mudança de políticas sociais é a falta de foco na área da educação. Velloso (2006, p. 131) apresenta que em 2004, 58% das despesas federais com manutenção e desenvolvimento do ensino foram destinados à educação superior, que é majoritariamente frequentada por pessoas do topo da pirâmide social. Entretanto, o combate à pobreza e desigualdade exige uma mudança de prioridades em favor do ensino fundamental e médio.

O autor não defende a extinção dos programas sociais, mas sim uma melhor atenção no que se gasta, onde realmente devem ser instituídos programas que atenderão aos quesitos sociais sem o gasto público demasiado.

Também na área da saúde, Velloso (2006) defende que a correção dessa despesa em função do Produto Interno Bruto (PIB) não é racional, dado que isso no longo prazo resultará num orçamento consumido por gastos em saúde. Como solução, o autor apresenta que essa correção deve ser reajustada em função da inflação.

Também como exemplo de ação que tende a melhorar a eficácia do gasto público, Guerzoni Filho (2006, p. 138) apresenta a instituição de uma política de pessoal de longo prazo:

A admissão equivocada de um servidor público gera gastos desnecessários ou de baixa produtividade para os próximos 40 ou 50 anos, dada a estabilidade e o regime ainda benevolente de aposentadorias e pensões de categoria. (GUERZONI FILHO, 2006, p. 138)

No Brasil, o gasto com pessoal da União em 2004, de acordo com Guerzoni Filho (2006) atingiu R\$ 70 bilhões, representando dessa forma o principal item de despesa primária depois do pagamento de benefícios previdenciários do regime geral.

Para análise desse fato, Guerzoni Filho (2006) argumenta que a estabilização econômica foi importante, uma vez que os dados contêm confiabilidade. Em períodos pretéritos, com inflação elevada essa análise se tornava difícil em função de que não se podia efetivamente exigir do gestor público a adoção de políticas para a gestão da folha de pagamento, uma vez que erros poderiam ser facilmente corrigidos pela própria inflação nos meses subsequentes e conseqüentemente não podendo ser identificados.

Guerzoni Filho (2006, p. 139) conclui que “[...] o programa de estabilização da economia tinha – e ainda tem –, como um dos pressupostos fundamentais, o controle da despesa pública”.

Esse controle de despesa está intrinsecamente relacionado com os dispêndios realizados com a folha de pagamento, uma vez que essa função representa significativa parte do orçamento.

Nesse contexto Guerzoni Filho (2006) apresenta propostas para uma reforma do Estado, nas quais as despesas com pessoal trariam para a administração uma conotação mais gerencial e não mais burocrática. Tais reformas resultariam em um maior valor da eficiência e na qualidade do gasto público e conseqüentemente numa melhor prestação do serviço público.

Segundo Mendes (2006) um gasto público eficaz se concretiza quando há um controle das despesas dos poderes autônomos (legislativo, tribunal de contas, judiciário e ministério público). Segundo o autor, após a promulgação da CF de 1988 houve um forte crescimento nesses poderes.

No caso do judiciário Mendes (2006, p. 164-165) apresenta que não há dúvidas sobre o quão é meritória a expansão da estrutura do judiciário, pois melhora o acesso da

população a essa esfera e conseqüentemente a uma melhor prestação de serviços por esses órgãos. No entanto, o autor apresenta que se a estrutura do judiciário for ineficiente, a simples multiplicação dessa estrutura (como ocorreu no passado recente) não acompanhada de um processo de racionalização, terá como efeitos multiplicar custos e ineficiências.

Segundo o autor devem ser apresentados planos estratégicos para a justificação dos aumentos dos gastos públicos, contendo todos os dispositivos que nortearão as metas e objetivos e não somente o aumento por si só.

Para Mendes (2006), a eficácia do gasto público nessas esferas, depende em suma, de um limite constitucional para as despesas totais de cada um desses poderes autônomos, no modelo que já existente para as câmaras de vereadores.

Não somente no sentido legal, essa eficácia deverá transcender as medidas gerenciais e políticas, como por exemplo, a escolha de parlamentares que assumem a administração do legislativo e servidores que são responsáveis pelos demais órgãos observando-se sempre o perfil técnico de cada um, de modo que sejam comprometidos com uma política fiscal mais rígida que conseqüentemente reduziria significativamente os recursos despendidos por esses órgãos.

Outro aspecto a se ressaltar com relação à eficácia no gasto público é a implementação e aperfeiçoamento da Lei de responsabilidade fiscal (LRF), a qual estabelece diversos métodos e práticas que são voltados para o equilíbrio e a transparência fiscal. De acordo com Khair, Afonso e Oliveira (2006) a LRF “além de criar uma estrutura legal tem, entre outros, o objetivo de racionalizar o processo orçamentário, estimular o planejamento das ações governamentais a longo prazo”.

A LRF tem como objetivo minimizar os prejuízos que ocorrem pelos interesses eleitorais e políticos que causam o não atendimento ideal à população pelo setor público.

Khair, Afonso e Oliveira (2006, p. 275) argumentando sobre a efetiva implementação e aperfeiçoamento à LRF expõem que

A não-implementação de muitas normas ou procedimentos previstos na LRF quase sempre constitui causa das principais disfunções observadas na sua aplicação, como é o caso: do não-cumprimento das condições para concessão e ampliação de benefícios tributários e geração de despesas obrigatórias; da criação de artifícios, pelos Estados, para reduzir o pagamento de suas dívidas e, pela União, para reduzir as transferências aos Estados; dos problemas e distorções existentes no cálculo e no controle da despesa com pessoal; da

prática de cancelar empenhos, como tentativa de evitar a configuração de crime de responsabilidade fiscal [...] (KHAIR, AFONSO E OLIVEIRA, 2006, p. 275 et seq.)

O quadro 2 sintetiza as propostas para implementação plena e aperfeiçoamento da LRF defendida por Khair, Afonso e Oliveira (2006):

PROPOSTA	MOTIVO
Regulação e efetivo funcionamento do Conselho de Gestão Fiscal	<ul style="list-style-type: none"> • Simplificação da prestação de contas de municípios pequenos; • Padronização de contas de todos os entes federativos; • Definição de critérios contábeis para evitar a maquiagem de receitas e despesas para driblar exigências legais; • Evitar que diferentes órgãos lancem mão de interpretações <i>ad hoc</i> da lei, simplesmente pelas necessidades momentâneas.
Fornecimento de formulários para estados e municípios	<ul style="list-style-type: none"> • Padronizar e facilitar a elaboração de relatórios exigidos pela LRF.
Reavaliação dos limites para despesa de pessoal	<ul style="list-style-type: none"> • Os limites atuais são pouco eficazes para o controle da despesa
Alteração da regra de limite de restos a pagar em fim de mandato	<ul style="list-style-type: none"> • Fixaria a igualdade entre restos a pagar e disponibilidades de caixa ao final de cada ano, e não apenas nos últimos dois quadrimestres de mandato.
Maior rigor da Secretaria do Tesouro Nacional na repressão ao uso de procedimentos irregulares.	<ul style="list-style-type: none"> • Os estados burlam os limites da lei, como exemplo, a substituição de receita tributária por pretensas doações, com vistas a reduzir o montante a pagar da dívida estadual com a União.
Criação de um órgão técnico no Congresso Nacional com apoio do Conselho de Gestão Fiscal.	<ul style="list-style-type: none"> • Dar pleno vigor às limitações impostas pela LRF.

Quadro 2 - Propostas e Motivo para implementação plena e aperfeiçoamentos à LRF

Fonte: Khair, Afonso e Oliveira (2006). Adaptado pelo autor.

2.6 A Evolução do Gasto Público no Brasil

Segundo Cova (2004) a atual incapacidade do governo em promover um desenvolvimento por meios dos investimentos públicos é a consequência do resultado do desgaste das finanças públicas que remonta aos anos da década de 1970, dado que a opção política à época foi dar ênfase aos pesados investimentos em infra-estrutura, a partir desse momento, décadas depois, houve um aumento da carga tributária, que sobe de 22,4% do PIB em 1998 para 36% do PIB em 2003. Entre 1995 e 2002 a receita do governo federal passou de 19% para 24% do PIB, ao passo que o gasto aumentou de 17% para 22% do PIB. (COVA, 2004, p. 1)

Sabe-se que ao longo da história, houve fatores importantes que foram determinantes para o aumento do gasto público no mundo. Segundo Giambiagi e Além (2008, p. 35) ao longo do século XX os gastos públicos aumentaram significativamente, devido principalmente ao esforço das duas grandes guerras mundiais.

Os mesmos autores apresentam outros fatores importantes para o crescimento do gasto público além das duas grandes guerras, já que a tendência de aumento dos gastos públicos não terminou em 1945 com o fim da segunda grande guerra. Esses outros motivos, de acordo Giambiagi e Além (2008, p. 36) são primeiramente os fatores demográficos associados ao envelhecimento progressivo da população, já que “à medida que uma proporção maior da população se torna idosa, crescem os gastos totais com saúde, assim como as despesas previdenciárias.”

Ainda para Giambiagi e Além (2008, p. 36) “entre 1950 e 1980, o percentual da população brasileira urbana passou de 36% para 68% da população total”. Essa urbanização conseqüentemente, levou ao aumento dos gastos públicos, pois, à época em que a população era predominantemente rural, a sobrevivência estava ligada à simples agricultura de subsistência. Nessa época, por não haver grandes aglomerações populacionais, virtualmente inexistia o conceito de “serviço público”. Quando houve a migração do campo para a cidade, houve um aumento pelas demandas por serviços dessa natureza, principalmente no que se refere aos serviços públicos relacionados com a saúde, educação e criação de uma infra-estrutura de transportes coletivos.

Outro fator apresentado por Giambiagi e Além (2008, p. 36) como forma de explicação do aumento do gasto público em relação ao PIB é o crescimento do PIB *per capita*. Segundo os autores, o efeito da renda *per capita* sobre a demanda por serviços públicos está estritamente ligado à urbanização.

Além disso, segundo Giambiagi e Além (2008, p. 36) quando uma sociedade apresenta um baixo grau de instrução, costuma-se aceitar com maior passividade o descaso com os serviços públicos de qualidade, tais como, bons hospitais, boas escolas e um sistema de transportes coletivos eficientes.

Para Amarante e Moreira (2008, p. 4) no Brasil “acompanhando a tendência mundial, o volume e o crescimento dos gastos públicos, bem como a sua participação como proporção do PIB, vem se expandindo consideravelmente.”

Para o período de 1980-2006, Amarante e Moreira (2008, p. 4) apresentam a seguinte síntese:

- a) na primeira metade dos anos 80, as despesas apresentaram-se em nível baixo e relativamente estável, independentemente das oscilações do PIB; a participação das despesas como proporção do PIB atingia a média de 16%;
- b) na segunda metade dessa década, elas apresentaram uma forte tendência de crescimento, movimento inverso ao do PIB e;
- c) a partir de 1991, as despesas mostraram-se crescentes e com forte correlação positiva com o desempenho do PIB; sua participação no PIB, apresentou uma média de 41% no período de 1990 /1995, muito superior à apresentada na década de 80, alcançando o ápice de 49%, nos onze anos posteriores, 1996/ 2006. (AMARANTE e MOREIRA, 2008, p. 4).

Diante dessa situação o gráfico 1 apresenta a evolução do PIB no Brasil e dos gastos da União no período compreendido entre 1980 a 2006.

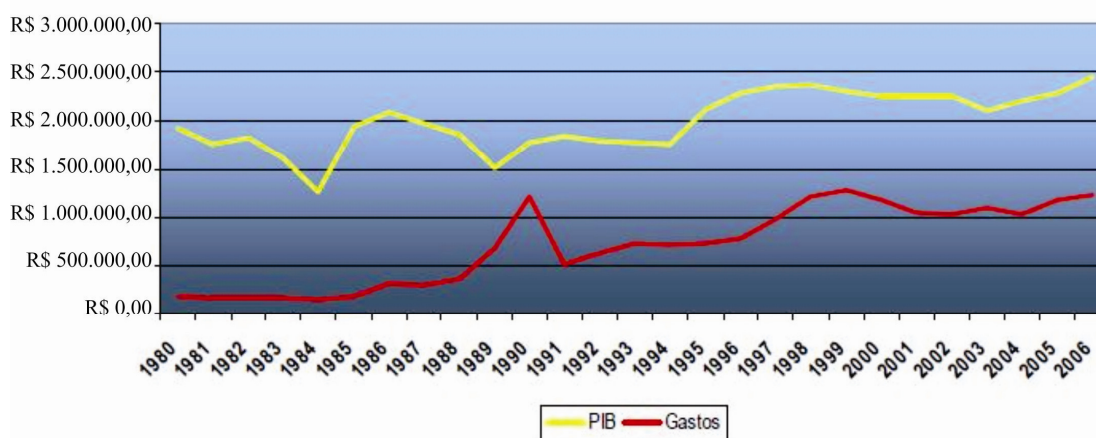


Gráfico 1: Brasil: Evolução do PIB e dos gastos da União (1980-2006)
Fonte: Amarante e Moreira (2008, p. 4)

Amarante e Moreira (2008, p. 7) concluem que a “experiência brasileira mostra que, no período de 1980 a 2006, o comportamento dos gastos governamentais apresentou uma trajetória ascendente, e uma participação cada vez maior no PIB.”

2.7 A educação fundamental no Brasil

A Constituição Federal de 1988, especialmente nos artigos 205 e 208, estabelece a educação como um direito de todos e dever do Estado, garantindo a todos os cidadãos, sem distinção, o direito ao acesso a todos de cursar uma escola de ensino fundamental com qualidade de ensino, pessoal qualificado, material e projetos pedagógicos.

O inciso IV do artigo 206 da Constituição Federal garante a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais. De acordo com Arelaro (2005), isso não pode ser entendido como simplesmente uma matrícula, uma vaga na escola, mas a oferta de um

serviço com condições plenas de aprendizado, permitindo a todos os alunos sua frequência regular na escola, oferecendo sempre igualdade pedagógica e social a todos.

Arelaro (2005) afirma que a obrigatoriedade do ensino fundamental, além de exigir que os pais ou responsáveis matriculem seus filhos na escola, exige que o Poder Público também seja responsabilizado pela sua oferta irregular, atribuindo responsabilidade à autoridade competente, seja estadual ou municipal. O autor apresenta o argumento do “direito público subjetivo” constante nos §1º e § 2º do inciso VII do artigo 208 da Constituição Federal, nos quais cabe ao Ministério Público observar o cumprimento das exigências constitucionais para o ensino fundamental. Quando observada relutância do Poder Público em cumprir tais exigências, caberá processo por meio de uma ação civil.

Conforme Pessoa (2006, p. 2), alguns documentos norteiam a educação básica:

- a) “Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem: uma visão para o decênio de 1990”;
- b) “Declaração Mundial sobre Educação para Todos”, realizada em Jontien, Tailândia, de 05 a 09 de março de 1990;
- c) “Transformação produtiva com equidade”, produzido pela UNESCO;
- d) “Plano Decenal de Educação para Todos”, editado pelo Ministério da Educação em junho de 1990 sendo os princípios: eficiência, equidade e qualidade.

Para o mesmo autor em meados da década de 80 iniciaram-se reformas educativas, com o objetivo de atender as orientações expendidas pelos diversos organismos internacionais que intermediavam o financiamento da educação básica na América Latina, de modo especial, o Banco Mundial, BIRD, UNESCO, dentro outros, e que após esse período, no Brasil, os primeiros sinais da priorização da educação básica foram especialmente visíveis na Constituição Federal de 1998, cujo texto, dentre outros aspectos, estabelece: a) destinação da contribuição social do salário educação ao ensino fundamental público; b) fixação da meta de universalização do ensino fundamental; c) criação de um fundo de âmbito nacional, estadual e distrital com objetivo de garantir as atividades de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e valorização do seu magistério; d) a vinculação de receitas de impostos e transferência em favor da manutenção e desenvolvimento do ensino; e) previsão de sanções aos governantes que descumprirem os limites mínimos de aplicação de recursos financeiros na educação

básica; f) possibilidade de intervenção do Estado no Município em caso de não cumprimento do limite mínimo citado conforme art. 20 da própria Constituição Federal.

Para que se garantissem os objetivos da reforma educacional dirigida ao ensino fundamental, diversas políticas públicas foram implementadas em todas as esferas de governo. De acordo com Pessoa (2006) essas políticas foram: a instituição do Fundo Destinado a Manutenção e Valorização do Magistério do Ensino Fundamental (FUNDEF), a implementação de um sistema de avaliação nacional do desempenho escolar no âmbito do ensino fundamental e a implementação de programas de habilitação e capacitação de professores leigos para atender a exigência do artigo 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Ainda segundo Pessoa (2006) um dos aspectos importantes da mudança na área da educação fundamental no Brasil foram os programas de habilitação e capacitação de professores que foram implementados em todo o país com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino. Como consequência dessa política, verifica-se que a taxa de docentes com formação superior no ensino fundamental, subiu de 43,8% em 1996 para 67,19% em 2005. No entanto esse dado, não necessariamente reflete uma melhora na qualidade do ensino, uma vez que as taxas de reprovação e abandono escolar não sofreram redução significativa, passando de 13,9% para 13% e 6,12% para 7,5%, respectivamente. Para esse período, Castro (2006) apud Pessoa (2006) argumenta que quando se compara o Brasil com os países da OCDE verifica-se que o desempenho do Brasil na prova de leitura, fica à frente de apenas quatro países: Macedônia, Indonésia, Albânia e Peru. Nas provas de matemática, fica em último lugar, próximo da Indonésia, Turquia e da Tunísia, um pouco atrás da Argentina e do Chile, em ciências, o Brasil apresenta-se em penúltimo lugar, ficando apenas em melhor posição que o Peru.

Para explicar esse desempenho ruim do Brasil na educação fundamental, Pessoa (2006) apresenta várias hipóteses, dentre elas, que a culpa geralmente recai, injustamente sobre os professores, sendo os mesmos considerados despreparados e desmotivados. Por outro lado, também culpam-se os pais pelo não acompanhamento e desinteresse escolar dos filhos. Finalmente, de um modo geral, atribui-se a culpa à desigualdade social e à falta de investimentos nessa fase da educação. Para Araújo (2006) apud Pessoa (2006), apesar dos esforços que são expendidos, principalmente pelas autoridades da educação a taxa de reprovação no ensino fundamental é de 21%. Segundo o autor o custo econômico devido às taxas de reprovação do ensino

fundamental tem gerado um custo anual da ordem de seis bilhões de reais, de modo que a alocação dos recursos para o ensino fundamental não atende a critérios da eficácia, resultando, por conseguinte, em desperdício de grandes somas em reprovação e evasão refletidas nas altas taxas demonstradas.

Quando se examina os dados estatísticos da educação fundamental no Brasil, verifica-se de acordo com Arelaro (2005) que o Brasil em 2003 possuía cerca de 34,4 milhões de alunos matriculados no ensino fundamental, dos quais 31,2 milhões em escolas públicas, portanto, cerca de 90% do atendimento escolar fundamental era feito pelo Poder Público, sendo os outros cerca de 10% mantido por entidades privadas. Arelaro (2005) afirma que de modo geral, esse dado deve ser comemorado, uma vez que traduz, em termos de política educacional que a opção republicana do dever do Estado para o ensino fundamental vem sendo mantida.

Segundo Arelaro (2005), do total de 17,1 milhões de alunos matriculados de 1ª a 4ª série, apenas 13,9 milhões desses alunos chegaram às quatro séries seguintes (5ª a 8ª série), portanto, pelos dados, são 3,2 milhões de alunos “a menos”, cerca de vinte por cento. Quando se compara os dados dos matriculados nas séries iniciais (1ª a 4ª série) com os alunos que conclui essa etapa, “faltam” 1,3 milhões de crianças que anualmente ficam “para trás”, quando se consulta os mesmos dados para a 8ª série, veremos que essa “perda” do sistema aumenta, pois nessa série estão matriculados 3,27 milhões de alunos, ou seja, mais de 40% simplesmente “desaparecem” do sistema escolar.

Com relação ao processo de municipalização do ensino público fundamental Arelaro (2005, p. 1042) comenta:

A outra constatação sobre o processo de municipalização do ensino público fundamental é que as séries iniciais (de 1ª a 4ª séries) já são responsabilidade indiscutível das redes municipais de ensino no Brasil, pois dos 17,18 milhões de alunos atendidos, 72,3% (12,42 milhões) estão sob a responsabilidade municipal e, somente 27,7% (4,75 milhões de alunos) representam atendimento estadual (ARELARO, 2005, p. 1042).

Porém, para Arelaro (2005) continua expondo que esse fato não segue uma distribuição homogênea no Brasil, dado que, em 2003 a Região Centro-Oeste apresentava 58,56% de distribuição da municipalização das séries iniciais do ensino fundamental, menor porcentagem em relação às demais regiões do Brasil, explicada pelo fato de que o Distrito Federal, apesar de se constituir um “município-estado”, ser considerado “Estado” e, portanto, 100% de sua população escolar é de alunos

“estaduais”. Por outro lado, os Estados Ceará, Paraná, Maranhão, Alagoas e Bahia, apresentam, respectivamente, 95,6%, 94,6%, 86,7%, 84% e 85,4 de municipalização do ensino fundamental.

Segundo Arelaro (2005) a municipalização do ensino fundamental foi bastante significativa, sendo que em alguns estados ela já corresponde a mais de 80% do atendimento do ensino fundamental.

Porém, para o autor existem impasses para se criar um modelo de referência para qualidade escolar, uma vez que o ensino para todos deve significar genuinamente um “ensino de qualidade para todos”. Segundo Arelaro (2005), o governo federal, a partir de alguns compromissos assumidos, tais como a Declaração Mundial da Educação para Todos, em 1990, concentrou-se basicamente em superar as estatísticas do atendimento escolar no Brasil, que apontam o país como um dos sete piores do mundo em qualquer modalidade. Para o autor, essa preocupação por resultados levou os governos a implementarem políticas que, significassem a curto prazo, aumento do número de alunos matriculados em escolas, quaisquer que fossem suas condições de funcionamento. No entanto, esses “bons” resultados, não significaram, necessariamente uma expansão do aparato estatal, nem maiores investimentos em educação.

Outra medida que contou com incentivos para sua implementação foram as “classes de aceleração”, permitindo que alunos defasados em termos de idade/série correspondente, fossem matriculados em séries mais avançadas que aquelas que já haviam cursado. Outra medida, foi a organização do ensino por meio de “ciclos escolares”, constituindo um processo pedagógico e administrativo das séries iniciais do ensino fundamental (ARELARO, 2005, p. 1048).

Conforme Arelaro (2005), e dentro da reforma educacional dirigida ao ensino fundamental, uma política pública implementada pelo governo foi o FUNDEF por meio de uma emenda à constituição, política essa que visa o financiamento do ensino fundamental, que introduziu o recebimento de recursos pelos entes públicos, proporcionais ao número de alunos atendidos nas redes públicas de ensino. Assim, 15% de 25% dos recursos financeiros provenientes de impostos e transferências, constitucionalmente vinculados à educação, foram destinados exclusivamente ao ensino fundamental regular.

Após esses processos de desenvolvimento da educação fundamental, houve também uma evolução nos sistemas de avaliação da educação Brasil. Para Pessoa

(2006) até 1990 essas avaliações se processavam, basicamente, no âmbito interno, onde cada sistema de ensino operava suas respectivas avaliações, sendo que os resultados se revelavam através de taxas de aprovação, reprovação e abandono escolar. No entanto, faltava a esse processo mais credibilidade quanto aos critérios adotados para a avaliação desses alunos. Após 1990 foram instituídos um processo de avaliação escolar da educação básica que passou a ser executado pelo SAEB até 2004. A partir de 2005, com a edição da Portaria nº 932/2005 o SAEB foi decomposto em duas modalidades: a) Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEAB) – é realizada por amostragem das Redes de Ensino, em cada unidade da Federação e tem foco nas gestões do sistemas educacionais. Por manter as mesmas características, a ANEB recebe o nome de SAEB em suas divulgações; b) Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC) – é mais extensa e detalhada que a ANEB e tem foco em cada unidade escolar. Por seu caráter universal, recebe o nome de “Prova Brasil” em suas divulgações. (BRASIL, 2005)

A Prova Brasil, segundo Pessoa (2006) foi idealizada para produzir informações sobre o ensino oferecido por município e escola, com o objetivo de auxiliar os governantes nas decisões e no direcionamento de recursos técnicos e financeiros, visando à melhoria da qualidade do ensino. Os testes padronizados dessas avaliações incluem Língua Portuguesa e Matemática e são aplicados aos alunos da 4ª e 8ª séries do ensino fundamental de todo País. Os resultados da Prova Brasil (avaliação externa) comparados com as Taxas de Aprovação de avaliações internas processadas pelos respectivos sistemas de ensino revelaram diferenças significativas entre os dois processos de avaliação, por um lado, sistemas de ensino demonstram que altas taxa de aprovação na avaliação interna e fraco desempenho nos testes da Prova Brasil, evidenciando dessa forma, uma política flexível direcionada à aprovação máxima dos alunos, onde a maioria passava de ano, sem dominar, de modo geral os conteúdos respectivos das séries estudadas. As escolas, por outro lado, retinham os alunos menos preparados para evitar os baixos resultados nas avaliações externas.

Foi criado pelo MEC/INEP o Indicador de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) destinado a equilibrar os resultados das duas avaliações. Segundo Pessoa (2006), o IDEB tem o mérito de considerar direta e conjuntamente dois fatores que interferem na qualidade da educação: rendimento escolar (taxa de aprovação, reprovação e abandono) e médias de desempenho. A partir desse procedimento é

possível identificar diferenças entre as avaliações internas e externas, ou seja, se um determinado sistema de ensino reter seus alunos mais fracos para obter notas maiores no SAEB ou na Prova Brasil, o fator fluxo (que mede o tempo demandado pelo aluno para concluir o ensino fundamental, sendo afetado por repetências e abandono escolar) ser alterado, podendo diminuir o valor do IDEB e indicar uma necessidade de alteração de melhorias do sistema. Ao contrário, se o sistema apressar a aprovação do aluno sem qualidade, os resultados das avaliações aplicadas pelo SAEB poderão cair e o valor do IDEB indicará igualmente a necessidade de melhoria do sistema.

Desse modo, a avaliação da educação fundamental passa por uma ampla análise de desempenho da ação administrativa, que deve ser aferida através de indicadores eficiência, eficácia e efetividade, tais como percentual de recursos aplicados x taxa de rendimento escolar (aprovação, reprovação e abandono) e percentual de docentes com formação superior *versus* IDEB. Constatções dessa ordem, comparativamente com outros municípios deverão ser objetos de auditoria a fim de verificar se os recursos são realmente apropriados no Ensino Fundamental. Para tanto, é necessário que os Tribunais de Contas tenham em seus quadros técnicos profissionais especializados na área da educação, identificando de fatos deficiências da ordem pedagógica bem como a reformulação das devidas medidas corretivas (PESSOA, 2006).

2.8 A Política de Saúde no Brasil

Desde meados da década de 90 todos os brasileiros têm acesso à atenção básica da saúde gratuitamente, o que ocorreu após a criação e implementação do Sistema Único de Saúde (SUS) a partir da Constituição Federal de 1988, da criação da Lei Orgânica da Saúde e de várias outras normas e portarias emitidas pelo Ministério da Saúde, chamadas de Normas Operacionais Básicas (NOB's) que são instrumentos de regulação do sistema. No entanto, desde o início da implantação do SUS ocorreram vários problemas para sua operacionalização: o financiamento das ações de saúde, a definição clara de funções para os três entes governamentais (federal, estadual e municipal), as formas de articulação público/privado no novo modelo de organização dos serviços e a resistência do antigo modelo assistencial – baseado na doença e em ações curativas individuais – a uma mudança substantiva nas práticas assistenciais. A implantação do SUS foi acompanhada de importante descentralização do sistema e

resultou na expansão do acesso aos serviços de saúde, especialmente à atenção básica, como por exemplo, a Estratégia de Saúde da Família. Isso ocasionou uma mudança que levou ao aumento expressivo do nível de cobertura, com efeitos positivos na melhoria da mortalidade infantil, e talvez, na mortalidade das demais faixas etárias. O sistema brasileiro foi implementado para atenção primária universal, enquanto que muitos países optaram pela atenção seletiva e estratégias de financiamentos menos equitativas. No Brasil as intervenções na atenção materno-infantil estão perto de atingir cobertura universal, no período em que essas políticas foram implementadas no Brasil, o país atravessava um período de incertezas com as políticas econômicas até então adotadas, sendo que a proposta de ajuste fiscal adotada pelo Brasil teve efeitos negativos no financiamento destinado à saúde. Desse modo, o gasto público nessa área decresceu no início da década de 90 e só veio a recuperar-se em 1995/96. (VIANA e POZ, 1998) (VICTORA et al, 2011)

Para Bravo (2001), por outro lado, a descentralização política e administrativa do processo decisório da política de saúde e a execução dos serviços ao nível local, que culminou na criação do Sistema Unificado de Descentralizado de Saúde (SUDS) em 1987 e depois, o SUS em 1998, passo mais avançado do país no setor, tiveram pouco impacto na melhoria das condições de vida da população, pois a operacionalização necessária não ocorreu. Além disso, o autor enfatiza as limitações estruturais que envolvem tais processos, sendo que apesar das declarações oficiais de adesão por parte do governo federal ao SUS, o mesmo descumpriu dispositivos constitucionais e legais na regulamentação e fiscalização das ações de saúde em geral.

Para Victora et al (2011) o SUS ao longo do tempo, tem contado com orçamentos inferiores ao que seria necessário, apesar de recomendações específicas sobre seu financiamento terem sido incorporadas à Constituição Federal de 1998. Assim, a parcela relativa ao setor de saúde no orçamento federal tem permanecido estável e o gasto total em saúde representa 8,4% do PIB, havendo no sistema deficiências importantes, como infraestrutura, provisão de serviços especializados e distribuição de recursos humanos. Isso tem exacerbado a dependência do SUS no que se refere à compra de serviços aos prestadores privados, sobretudo para a atenção em nível secundário e terciário. Um exemplo claro é que somente um terço de todos os leitos disponibilizados pelo SUS pertence a hospitais públicos. Por outro lado, os provedores privados reclamam constantemente que os valores pagos pelo SUS não

cobrem sequer os custos. Essa crise atual constitui ameaça adicional e uma prioridade para o debate sobre o futuro do SUS. Nessa perspectiva, Cohn e Elias (2003, p. 42 et seq.) apresentam o perfil atual da organização de serviços de saúde no país, sendo ele, altamente centralizado, onde resta pouca autonomia para os Estados e Municípios para formulação de políticas públicas para a saúde, sendo atribuídos a eles o simples papel de implementadores das diretrizes traçadas pela União. Outro perfil da organização de serviços de saúde no Brasil de acordo com Cohn e Elias (2003) é que o mesmo é acentuadamente privatizado, onde crescentemente a assistência médica é realizada pelo setor privado e pago pelo Estado com recursos da Previdência Social. De acordo com os autores, hoje cerca de setenta por cento dos serviços de saúde prestados pelo Estado são produzidos pelo setor privado.

Para Cohn e Elias (2003) a organização da saúde no Brasil hoje apresenta serviços que estão crescentemente distante das reais necessidades de saúde da população brasileira, sendo que de acordo com alguns especialistas da área, oitenta por cento dos problemas de saúde da população nacional poderiam ser passíveis de serem resolvidos pelo atendimento de serviços básicos de saúde, centros de saúde, ambulatórios etc. Entretanto, conforme apresentam os autores, criou-se todo um aparato tecnológico, infra-estrutura de serviços de alta complexidade, cuja lógica de acesso da população não corresponde à disponibilidade tecnológica/necessidade de atendimento. No entanto, os autores argumentam que esse perfil atual se faz necessário para a lucratividade do setor privado.

De acordo com Cohn e Elias (2003), após a Constituição de 1998, houve significativas mudanças no sistema de proteção social, tais como a universalidade do direito aos benefícios previdenciários, uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços, irredutibilidade do valor de benefícios, diversidade da sua base de financiamento e a gestão administrativa descentralizada e equivalência dos benefícios e serviços, entre outros. Dessa forma, o cenário atual do texto constitucional apresenta um sistema da seguridade social, constituído por um conjunto integrado de ações assegurando os direitos relativos à Saúde, Assistência e Previdência Social.

Para Cohn e Elias (2003), em prol da melhoria da saúde dos brasileiros e da implementação de um sistema que contemple pelo menos a universalização da assistência em todos os níveis de atenção, as políticas macroeconômicas devem se articular de alguma maneira com as políticas sociais, sobretudo com as de saúde e

educação. Nesses termos, segundo os autores, uma política de saúde deve-se evidenciar pela lógica da sua estruturação e de seu funcionamento. Assim, ao referir-se de forma mais ampla às políticas de saúde, imagina-se um conglomerado de instituições sociais voltadas para o benefício da saúde.

Segundo Cohn e Elias (2003), após a Constituição Federal de 1998, não obstante o arcabouço legal mínimo da área da saúde estar praticamente concluído desde 1990, sendo a primeira, dentre as áreas sociais a ter completa a sua regulamentação após a promulgação da Constituição de 1988, suas consequências não surtiram todos os efeitos previstos em grau e velocidade compatíveis com as exigências para a estruturação do SUS. Como exemplo, o fato de que o Ministério da Saúde ainda não se encontra apto a cumprir as normas vigentes. Por outro lado, a situação do sistema de saúde é a permanente ameaça de um colapso da assistência médica.

O sistema de saúde brasileiro abrange os serviços públicos de saúde das três esferas (federal, estadual e municipal) e os serviços privados de saúde em suas várias modalidades de prestação (filantrópicos, lucrativos, beneficentes etc), sendo que os serviços públicos, prestados pelos próprios governamentais ou por compra de serviço de terceiros, para os grupos sociais de renda média para baixo, historicamente financiados por contribuições compulsórias à Previdência Social, constituindo dessa forma um fundo administrado pelo Estado, quanto a prestação por serviços privados e seguro privado, está para os grupos de renda mais elevada e parcela dos trabalhadores urbanos das atividades industriais e de serviços pertencentes ao setor mais dinâmico da economia, tais como, automobilístico, bens de capital, petróleo, siderurgia etc, respondendo atualmente pela cobertura de cerca de 25% da população em grande parte residentes nas regiões Sul e Sudeste do País.

Segundo Cohn e Elias (2003) as políticas de saúde no Brasil, especialmente após a Constituição Federal de 1988 e conseqüentemente do SUS, ampliaram significativamente as possibilidades de descentralização do sistema. Que segundo Cordoni Júnior e Paulus Júnior (2006), a Carta Magna apresentou uma nova forma para a saúde brasileira, estabelecendo o direito universal de acesso à saúde e que todas as esferas de governo tenham a partir de então deveres constitucionais com o sistema, o que antes era responsabilidade exclusiva da União, nesse aspecto, o artigo 188 da Carta Magna Constitucional, prevê um sistema único de saúde estabelecendo algumas diretrizes:

I – descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II – atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III – participação da comunidade.

Também estabelece em seu § 1º do inciso III que todo o sistema de saúde será financiado mediante os recursos do orçamento da seguridade social, da União, Estados, Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes, em conformidade com o artigo 195 do respectivo Diploma Legal. Nesse aspecto a descentralização, participação social e atendimento integral são os alicerces do SUS. A partir desse momento, cria-se toda uma estrutura legal para sua respectiva operacionalização, até então praticamente inexistente (COHN E ELIAS, 2003) (BRASIL, 1988).

Também de acordo com Cordoni Júnior e Paulus Júnior (2006) a assistência a partir da Constituição de 1988 é concebida de forma integral, ou seja, preventiva e curativa. Definiu-se também uma gestão participativa. No entanto, para todo esse processo, de acordo com Cohn e Elias (2003) foram necessários quase cinco anos da vigência da Constituição e três da aprovação da Lei Orçamentária da Saúde para que a União começasse a implementação mais ativa da descentralização, procedimento conhecido como “municipalização da saúde”. Tal processo se deu principalmente pela edição da Norma Operacional Básica (NOB) aprovada pela Portaria nº 545 do Ministério da Saúde. Essa norma regulamenta o processo de descentralização da gestão dos serviços e ações no âmbito do Sistema Único de Saúde e estabelece os mecanismos para o financiamento das ações de saúde, de modo especial da assistência hospitalar e ambulatorial, e as diretrizes para os investimentos nesse setor.

Para Cohn e Elias (2003), a proposta da NOB a respeito da descentralização apresenta grandes pretensões, buscando variados e complexos tópicos, tais como o modelo assistencial, a redefinição de competências de governo, a questão dos recursos humanos. Desse modo a estratégia política para a implementação da NOB pressupõe uma “ação pactuada” entre todas as esferas de governo (Federal, Estadual, Distrito Federal e Municípios). Nesse modelo, a estratégia operacional da NOB idealiza o desenvolvimento da descentralização através de um modelo de transição, constituída por etapas progressivas, com grau crescente de complexidade, a serem seguidas pelos Estados e municípios. A delimitação entre essas etapas é dada pelo grau de capacitação técnica e gerencial apresentada pelo ente da federação para assumir as atribuições

relativas ao financiamento, administração e gerenciamento do sistema de saúde, bem como a de promover a reorganização do modelo assistencial.

Porém, conforme Cohn e Elias (2003), por mais que existam diversas políticas implantadas para o funcionamento do SUS, a sua construção social não vem caminhando sobre uma linha reta. Pelo contrário, vem sendo construída através de uma árdua implementação, marcada por discontinuidades, acertos e desacertos. Não obstante, os problemas são muitos e de várias formas. No entanto, os mecanismos para corrigir ou amenizar tal processo devem ocorrer através da legislação vigente, a qual viabiliza o controle público do SUS, pelos Conselhos de Saúde, previstos nas três esferas de governo. A composição de tais Conselhos se dá através dos usuários do sistema correspondente à soma da representação dos prestadores de serviços da Saúde (públicos e privados) e dos trabalhadores de saúde, em alguns casos específicos. Onde se tem regulamentação própria, os Conselhos de Saúde têm suas responsabilidades maximizadas sobre o controle público das ações, tais como os Conselhos de Gestão das unidades de saúde. No município de São Paulo, como exemplo, chegou-se a 134 desses Conselhos funcionando em suas respectivas unidades de saúde.

Para Cohn e Elias (2003) a continuidade e o controle público na saúde, sobretudo levando-se em conta a participação popular, como um caminho para a democratização da sociedade e para a construção da cidadania, depende das Administrações em todas as esferas de governo e dos movimentos sociais, principalmente os de cunho popular, cabendo à Administração nesse caso, consolidar e ampliar o apoio da participação para a agregação das forças sociais participantes. Por outro lado, os movimentos sociais terão que se auto-avaliar, levando em conta suas capacidades para que experiências de participação e de novas modalidades de gestão do sistema público de saúde se concretizem, de modo que as demandas da população possam se transformar em direitos de cidadãos, e desse modo, contribuir para a construção de um Estado mais democrático e eficiente (COHN E ELIAS, 2003).

2.9 A qualidade em Educação e Saúde

Os debates sobre qualidade nessas em educação e saúde no Brasil, segundo Pessoa (2006), remontam ao século XIX, sendo que além de haver uma preocupação

com a expansão dos referidos setores, no que diz respeito a infra-estrutura, pessoal, predomina uma análise mais qualitativa.

Mas o que seria “qualidade do gasto público?” Para Baptistelli (2009) podem ser observados diversos métodos na literatura que mensuram a qualidade do gasto público nas mais diversas áreas, tais como, energia elétrica, saneamento, telefonia, onde se vincula o preço despendido pelo cliente/consumidor ao serviço prestado. No entanto, segundo a autora, praticamente inexistem estudos sistematizados que medem as despesas efetuadas em certa função orçamentária com o seu efetivo retorno através de indicadores sociais, o que poderia ser uma medida da qualidade do referido gasto.

Existem alguns trabalhos que mensuram a qualidade do gasto público em certa função orçamentária, com o retorno através de indicadores socioeconômicos de resultados, utilizando o método do Índice de Qualidade do Gasto Público (IQGP). A qualidade da saúde e educação, nesses casos, é apresentada com uma relação entre os gastos que foram realizados nessas áreas com a eficiência do mesmo através dos resultados, no caso, representado pelos os indicadores sociais de resultado. Para Jannuzzi (2009) esse é um recurso metodológico que informa algo sobre as mudanças que estão se processando na área analisada.

No entanto, a crítica pertinente a esse método, além das limitações que o mesmo possui, decorre do verdadeiro significado do que realmente vem a ser a “qualidade em educação e saúde”. Para tentar responder a questão, buscaram-se autores e legislações, na tentativa de demonstrar que educação e saúde são necessidades básicas da sociedade, e que os gastos nessas áreas, se bem planejados e aplicados poderão resultar no desenvolvimento. Para Furtado (1980, p. 16) o desenvolvimento corresponde ao grau de satisfação das necessidades humanas, sendo que em primeiro plano deve haver a satisfação das necessidades elementares, tais como, alimentação, vestimenta e habitação.

De forma geral, o desenvolvimento pode ser entendido como um parâmetro para se estabelecer qual é o grau ou nível das condições sócio-econômicas da população, a qualidade dos equipamentos, infra-estrutura de serviços, industrialização. Pode-se concluir também que o desenvolvimento é como um estado de bem-estar ou condição de vida pelo menos digna para todos os membros da sociedade. (Furtado 1990)

Nesse contexto do Bem-Estar Social, a educação e a saúde são direitos sociais garantidos pelo artigo 6º da Constituição Federal de 1988, que segundo Peres (2004),

são garantias que estabelecem condições mínimas para que a pessoa se desenvolva, adquirindo o mínimo para que possa viver em sociedade.

Para Torres apud Peres (2004, p. 1) “Os direitos à alimentação, saúde, educação, embora não sejam originalmente fundamentais, adquirem o status daqueles que concerne à parcela mínima sem a qual o homem não sobrevive.”

Essas garantias constitucionais da pessoa humana explicitadas na Constituição Federal de 1988 se coadunam com o conceito de desenvolvimento, que pode ser entendido de forma geral, como desenvolvimento de um território ou região, que está estritamente correlacionado com as condições sócio-econômicas da população.

Cabe ressaltar que a emenda constitucional 14/96, além de assegurar um repasse mínimo para o ensino, Pinto (2000) apud Baptistelli (2009) afirma que é um princípio que deve assegurar um “padrão mínimo de qualidade de ensino”, sendo papel da União de assegurar tal direito em parcerias com os Estados e Municípios. Ranieri (1994, p. 168) afirma que a Educação se constitui no processo pelo qual se desenvolve a capacidade intelectual e moral do ser humano, visando uma melhor integração individual e social.

Com relação à função orçamentária da saúde, o artigo 196 Constituição Federal de 1988, assegura que a mesma é um dever do Estado e um direito de todos, confirmando no artigo 197 que todas as ações que envolvam os serviços de saúde são de relevância pública a fim de assegurar à redução do risco de doença e de outros agravos, e que o acesso a tal serviço será universal e igualitário. Humenhuk (2004) apresenta a saúde como um direito do cidadão a ter uma vida saudável, levando a construção de uma qualidade de vida, que deve objetivar a democracia, igualdade, respeito ecológico e o desenvolvimento tecnológico, tudo isso procurando livrar o homem de seus males e proporcionando-lhe benefícios.

Desse modo, é importante discutir-se de que forma estão sendo realizados os gastos em educação e saúde e quais são os retornos que os mesmos estão gerando em benefícios para a sociedade, para o desenvolvimento, para o atendimento das condições mínimas humanas que todos têm direito. O IQGP se apresenta como uma alternativa para tentar mensurar a qualidade do gasto público nos casos em que é possível comparar os gastos expendidos nessas áreas com os resultados dos mesmos através de um conjunto de indicadores sociais.

2.10 Indicadores Sociais

Conforme ilustra Jannuzzi (2009), cotidianamente são citados na mídia impressa ou eletrônica vários indicadores sociais, tais como, taxa de mortalidade infantil, taxa de analfabetismo, nível de desemprego, grau de indigência e pobreza, índice de desenvolvimento humano, e que cada vez mais, os jornalistas, lideranças políticas e a população em geral utilizam os indicadores sociais para avaliar os avanços ou retrocessos nas condições de vida da população, apontando dessa forma, uma melhor eficácia ou ineficácia das políticas públicas.

Ferreira (2007) apresenta que foi a partir de meados dos anos 1960 é que o termo *indicador social* ficou consolidado, quando começou a ser utilizado como instrumento de avaliação e monitoramento de impactos de programas e políticas sociais na sociedade e como forma de observação de transformações societárias.

De acordo com Jannuzzi (2009) os indicadores sociais em tempos pretéritos eram apenas confinados às esferas técnicas, acadêmicas, órgãos de planejamento público. Atualmente, esse vocabulário se tornou corrente nos discursos dos agentes políticos, que for sua vez, são responsáveis em última instância, pela definição das prioridades das políticas sociais e alocação dos recursos públicos.

Os indicadores sociais deixaram de representar apenas diagnósticos e relatórios governamentais, ganhando um papel mais relevante nas discussões político-sociais.

Diante do quadro apresentado, Jannuzzi (2009) apresenta que foram empreendidos imensos esforços conceituais e metodológicos para o desenvolvimento de instrumentos de mensuração do bem estar e da mudança social, sob os auspícios das instituições multilaterais, tais como, Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Organização das Nações Unidas para a Educação (UNESCO), Organização Mundial para Agricultura e Alimentação (FAO), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização Mundial da Saúde (OMS), Organização das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e Divisão de Estatísticas das Nações Unidas.

Há também publicações como *Social Indicators e Toward a Social Report*, elaborados sob encomenda do governo americano em meados dos anos 60, que representaram marco importante no processo, inaugurando o que viria se chamar de “Movimentos de Indicadores Sociais” na época (JANNUZZI, 2009).

As esperanças à época, de acordo com Jannuzzi (2009) eram de que uma organização de sistemas que abrangesse os Indicadores Sociais poderia nortear melhores as ações do Estado, proporcionando níveis crescentes de bem estar social, redistribuindo melhor as riquezas geradas e superando as iniquidades do desenvolvimento econômico acelerado.

No entanto, segundo Jannuzzi (2009) esse otimismo em meados da década de 60 quanto à utilização dos indicadores sociais, acabou gerando expectativas acima do que seria passível de realização em curto e médio prazo, sobretudo no contexto de crise fiscal do Estado a partir dos anos 70. Os insucessos e sucessos parciais do planejamento orientado por indicadores, acabou criando um grande ceticismo com relação às atividades de planejamento público, e, portanto, com relação aos indicadores sociais.

Ainda de acordo com Jannuzzi (2009) esse descrédito para com os indicadores sociais durou pouco, já que em meados da década de 80, o aperfeiçoamento das novas experiências de formulação e implementação de políticas públicas acabou sendo restabelecida, uma vez que, as universidades, sindicatos, centros de pesquisa e diversas agências vinculadas ao sistema de planejamento, cada um a seu tempo e modo, passaram a desenvolver esforços para o aprimoramento conceitual e metodológico de instrumentos mais específicos de quantificação e qualificação das condições de vida, da pobreza estrutural e outras dimensões da realidade social.

Mediante esses aspectos históricos Jannuzzi (2009, p. 15) conceitua:

Um indicador social é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma (JANNUZZI, 2009, p. 15).

O autor argumenta que para a pesquisa acadêmica o indicador social é o elo entre os modelos explicativos da Teoria Social e a evidência empírica dos fenômenos sociais observados. Na perspectiva programática, é um instrumento operacional para monitoramento da realidade social, para fins de formulação e reformulação de políticas públicas.

Também como conceituação, Ferreira (2007, p. 38) apud Fonte (2004) apresenta que “o indicador social é um instrumento operacional para monitoramento da realidade social, para fins de formulação e reformulação de políticas públicas.”. No entanto,

Ferreira (2007, p. 39) apud Costa (1975) enfatiza que “o conceito de indicadores sociais não deve estar vinculado a uma perspectiva quantitativa que limite à pesquisa sociológica apenas ao que é mensurável, mas ao que é relevante.”.

Desse modo, os indicadores sociais se prestam a subsidiar as atividades de planejamento público e formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, possibilitando o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população por parte do poder público e da sociedade civil, permitindo um melhor aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos (JANNUZZI, 2009).

Nesse aspecto Ferreira (2007, p. 39) continua apresentando que o indicador social, apesar de ser uma medida quantitativa, permite também uma análise qualitativa de um determinado processo, porém, tal processo só poderá ser entendido em sua totalidade se os dados indicativos forem analisados de tal modo a evidenciar a conjuntura em que os mesmos desenvolveram-se, quais aspectos estavam envolvidos, ou seja, “através das questões que estão por detrás daquele número.” (FERREIRA, 2007, p. 40).

Jannuzzi (2009) expõe uma distinção entre, de um lado, os indicadores sociais e, de outro, as estatísticas públicas, levantadas nos censos demográficos, pesquisas amostrais ou coletadas nos registros administrativos de ministérios, secretárias de Estado e prefeituras.

As estatísticas públicas, de acordo com Jannuzzi (2009) são dados sociais na sua forma bruta, não inteiramente contextualizados em uma Teoria Social, sendo desse modo, apenas parcialmente preparados para uso na interpretação empírica da realidade. Como exemplo tem-se que os eventos vitais, como óbitos e nascimentos, ou dados administrativos provenientes do Censo Escolar, o número de alunos ou professores estão ainda em um estágio preliminar (bruto ou intermediário) para utilização efetiva. No entanto, são úteis para construção de indicadores que permitam uma apreciação mais contextualizada e comparativa (no tempo e espaço) da realidade social, como as taxas de natalidade, taxa de evasão escolar, razão aluno/professor.

No que tange aos indicadores sociais, Jannuzzi (2009) explica que podem se referir à totalidade da população ou a grupos sociodemográficos específicos, dependendo do interesse substantivo inicialmente idealizado. Os mesmos são expressos

em formas de taxas, proporções, médias, índices, distribuição por classe e também por cifras absolutas.

Para a montagem de um sistema de indicadores, Jannuzzi (2009, p. 17-18) apresenta quatro etapas de decisões metodológicas, a saber:

- a) A primeira etapa corresponde à definição operacional do conceito abstrato ou temática a que se refere o sistema em questão, elaborada a partir do interesse teórico ou programático referido;
- b) A partir dessa noção preliminar do conceito ou temática a que se refere o sistema de indicadores passa-se à especificação das suas dimensões, das diferentes formas de interpretação ou abordagem do mesmo, tornando-o, de fato, um objeto específico, claro e passível de ser “indicado” de forma quantitativa;
- c) Definidas as dimensões a investigar, a etapa seguinte consiste na obtenção das estatísticas públicas pertinentes, provenientes de Censos Demográficos, pesquisas amostrais, cadastros públicos;
- d) Por fim, através da combinação orientada das estatísticas disponíveis computam-se os indicadores, compondo um Sistema de Indicadores Sociais, que traduz em termos mais tangíveis o conceito abstrato inicialmente idealizado. (JANNUZZI, p. 17-18).

Após a construção dos indicadores sociais segundo a metodologia apresentada, Jannuzzi (2009) apresenta os critérios para se classificar os Indicadores Sociais relacionados à literatura de cada área. O autor apresenta que a classificação mais comum é a divisão dos indicadores segundo a área temática da realidade social a que se referem. Há, assim, os indicadores de saúde (percentual de crianças nascidas com peso adequado, por exemplo), os indicadores educacionais (escolaridade média da população de quinze anos ou mais, por exemplo), indicadores de mercado de trabalho (rendimento médio real do trabalho etc), indicadores demográficos (taxa de mortalidade etc).

Esses indicadores, de acordo com Santagada (2007, p. 126) foram bem aceitos no Brasil, no entanto, foram efetivamente utilizados como instrumento de planejamento somente a partir de 1975.

Os indicadores também são classificados de acordo com as temáticas mais agregadas usadas na denominação dos sistemas de indicadores sociais, como os indicadores socioeconômicos, de condições de vida, de qualidade de vida, desenvolvimento humano ou indicadores ambientais (JANNUZZI, 2009).

No Brasil, de acordo com Santagada (2007, p. 129) o debate sobre o bem-estar social da população pode ser acompanhado nos estudos de Calsing et al. (1984) e Cevini e Burguer (1985). Nesses estudos, de acordo com Santagada (2007), os autores apresentam que existe um interesse internacional de inclusão de indicadores sociais do

bem-estar da população e também no nível de desenvolvimento de países ou áreas geográficas, nesses estudos, são utilizados as técnicas de análise de componentes para que se possa mensurar uma “medida única do bem-estar-social da população a partir de um conjunto de indicadores considerados relevantes para tal fim” (CERVINI e BURGUER 1985, p. 85 apud. SANTAGADA, 2007, p. 129)

Em alguns casos, de acordo com Jannuzzi (2009) podem ser classificados para mais de uma temática, conforme a prática de pesquisa. Por exemplo, a taxa de mortalidade infantil é um indicador demográfico útil para apontar as condições de atendimento à saúde ou de saneamento básico em que vivem segmentos da população. Outro exemplo é o tempo gasto com deslocamento para o trabalho, um indicador de infraestrutura urbana (transportes), mas também pode ser usado como indicador complementar das condições de trabalho da população ocupada ou de qualidade de vida nos grandes centros urbanos.

Dessa forma, os indicadores sociais são insumos básicos e indispensáveis em todas as fases do processo de formulação e implementação de uma política pública, sendo que em cada fase do processo de formulação das políticas sociais há a necessidade do emprego de indicadores específicos, cada qual trazendo elementos e subsídios distintos para o bom encaminhamento do processo. Jannuzzi (2009) apresenta que cada aspecto de uma política pública, métodos de alocação de recursos, deve ser avaliado através de indicadores adequados.

Assim, a disponibilidade de um sistema amplo de indicadores sociais relevantes, válidos e confiáveis, certamente potencializa as chances de sucesso do processo de formulação e implementação de políticas públicas, na medida em que esses indicadores permitem, em tese, diagnósticos sociais, monitoramento de ações e avaliações de resultados mais abrangentes e tecnicamente mais bem respaldados (JANNUZZI, 2009).

Esse sistema amplo de indicadores sociais, de acordo com Santagada (2007) faz o uso de indicadores objetivos – que se referem a acontecimentos concretos de uma determinada sociedade, e subjetivos – que são medidas construídas a partir da avaliação dos indivíduos ou especialistas com relação à realidade social.

Para Jannuzzi (2009), diante desse contexto, um indicador social é de suma importância, uma vez que é dotado de elevada relevância social à qual o indicador se refere, como exemplo, a centralidade da questão do emprego vem legitimando a produção de indicadores de mercado de trabalho cada vez mais específicos e

geograficamente mais representativos. Além da relevância social, todo indicador goza de outras propriedades básicas: validade e confiabilidade.

A validade do indicador segundo Jannuzzi (2009), a corresponde a um grau de proximidade entre o conceito e a medida, ou seja, a capacidade de refletir, na realidade, o conceito abstrato a que o indicador se propõe a “substituir” ou “operacionalizar”. Como exemplo, pode-se inferir que taxa de mortalidade infantil ou taxas de morbidade por doenças típicas da infância, devem ser indicadores mais válidos para avaliar as condições de saúde que a porcentagem de domicílios com acesso a água encanada. Portanto, a validade diz respeito à “proximidade” entre indicador e indicando, justificando o emprego e a denominação de uma medida quantitativa qualquer com um indicador social.

Quanto à propriedade da confiabilidade, segundo Jannuzzi (2009), ela está estritamente relacionada à qualidade do levantamento dos dados usados no seu cálculo. Ou seja, um indicador social deve sempre exibir a mesma cifra da dimensão da realidade empírica. Como exemplo, o autor apresenta uma comparação como se o indicador social fosse uma balança, onde a mesma deverá sempre acusar a exata medida de peso do indivíduo ou um eventual aumento ou perda de peso. Segundo o autor, os indicadores sociais calculados a partir das pesquisas amostrais realizadas pelas agências públicas estão entre as medidas mais confiáveis, uma vez que, são coletados de forma padronizada, por um corpo técnico qualificado e relativamente estável, seguindo um protocolo previamente estabelecido sobre como obter, registrar e conferir as informações.

Desse modo, para Jannuzzi (2009) a confiabilidade do indicador social passa pela qualidade da informação em todos os estágios pelos quais ela passa. Isso é o que pode garantir que as mudanças observadas no referido indicador ao longo do tempo possam ser analisadas de forma consistente. Mesmo assim o autor adverte que de modo geral, ainda há muito por fazer em termos de melhoria da confiabilidade dos indicadores sociais.

Jannuzzi (2009) argumenta que, além da relevância social, validade e confiabilidade, um indicador social deverá ser dotado de uma cobertura adequada aos propósitos a que se presta, sendo específico, reprodutível, comunicável, atualizável periodicamente, ser amplamente desagregável em termos geográficos, e gozar de certa historicidade.

Desta forma, o indicador social buscará sempre empregar uma boa cobertura espacial ou populacional, que sejam de fato, representativos para uma realidade empírica em análise.

Diante desses conceitos apresentados, Jannuzzi (2009) adverte que um dos maiores gargalos dos indicadores no Brasil se refere à descontinuidade das pesquisas, atrasos na publicação dos resultados, falta de aprofundamento ou irregularidade nos levantamentos de certas temáticas e problemas de cobertura territorial e a desagregabilidade espacial dos dados.

Esses problemas, às vezes por falta de recursos ou dificuldades metodológicas, vêm sendo paulatinamente sanados pelas agências estatísticas. No entanto, dois deles mais específicos são importantes de se ressaltar: a necessidade de indicadores municipais e de indicadores para monitoramento da situação de grupos sociais vulneráveis (JANNUZZI, 2009).

Quanto aos indicadores sociais municipais, o autor argumenta que as informações sociais e demográficas são importantes para a formulação de políticas públicas. Segundo o autor isso tem sido crescente na última década, no contexto da descentralização administrativa e tributária em favor dos municípios e da institucionalização do processo de planejamento público em âmbito local. Os mesmos são diretrizes para subsidiar a elaboração de planos de desenvolvimento urbano, para permitir e justificar o repasse de verbas federais para implementação de programas sociais para grupos vulneráveis, como exemplo, programas para portadores de deficiência, ou por pressão política da sociedade local, como a melhoria dos serviços de transporte urbano. No entanto, cabe observar que se requer não apenas indicadores para o conjunto do município, mas também para seus distritos e bairros, implantados especialmente em um sistema de informações geográficas.

De modo geral, Jannuzzi (2009) apresenta que os indicadores sociais podem contribuir para o apontamento da magnitude das carências da sociedade, ajudando no processo de alocação de recursos. As escolhas são sempre difíceis, já que os recursos públicos são em geral sempre insuficientes para atender a totalidade dos problemas. O autor cita alguns exemplos, tais como, construir mais escolas, salas de aulas ou quadras esportivas pode implicar a construção de um número menor de moradias populares; subsidiar o transporte público pode concorrer com as necessidades de ampliação de vagas em creches e asilos; aumentar e diversificar o atendimento médico e hospitalar

pode limitar o alcance de programas de expansão de infraestrutura urbana para áreas ainda não atendidas.

Santagada (2007) também coaduna com o pensamento de Jannuzzi (2009) expondo que os indicadores sociais desde sua origem estão inseridos em um contexto socioeconômico amplo, além também de pertencer ao campo teórico acadêmico. Esses indicadores são úteis para representar no conhecimento de diferentes sociedades, monitorar as condições de vida da população. Embora a existência dessas informações não garante mudanças reais na área social é fundamental construir as condições socioeconômicas necessárias para conquistar e fazer avançar a cidadania.

2.11 Considerações teóricas sobre o IQGP

O Índice de Qualidade do Gasto Público (IQGP) foi criado por Brunet, Bertê e Borges (2007). No trabalho dos autores foram avaliadas diversas funções: Educação, Saúde, Segurança Pública, Judiciária e Legislativa.

Esse estudo, concluiu que, de modo geral, as unidades da federação com um menor índice de insumo apresentam um melhor desempenho em termos de qualidade do gasto público. Em outras palavras, os autores demonstraram que o aumento da despesa não necessariamente gera retornos em forma de bem-estar para a população, podendo haver a geração de deseconomias de escala. Assim, em determinadas situações, ao elevar os gastos, os Estados podem deixar de “gastar bem”, levando a retornos em níveis de melhoria da qualidade da sociedade menos do que proporcionais ao aumento da despesa.

A partir da criação desse índice surgiram vários trabalhos utilizando esse método para mensurar o desempenho de entes da Federação em relação aos índices socioeconômicos de resultados comparativamente aos dispêndios realizados. De modo geral, esses estudos chegaram à conclusão de que a elevação dos gastos em certa função orçamentária, não gera necessariamente retornos de bem-estar em proporção para a população, levando muitas vezes a deseconomias de escala.

No estudo dos autores, também foi verificado que a elevação das despesas com educação não representa melhor índice educacional, e que a partir de determinado nível de investimento, o retorno dado pela população em idade escolar, traduzido pelas variáveis utilizadas, não acontece nas mesmas proporções.

Em 2009 na Universidade Estadual de Montes Claros foi apresentado um artigo por Tolentino, Botelho e Evangelista (2009) no III Fórum de Gestão, Pesquisa, Ensino e Extensão tendo como título: A gestão pública municipal e a qualidade do gasto público com a educação: uma investigação empírica nos municípios do Norte de Minas 2002-2005.

Na conclusão desse estudo foi destacado que os municípios do Norte de Minas, no período estudado, mais de 50% dos municípios do Norte de Minas apresentaram IQGP maior que um, implicando que a maioria dos municípios obteve melhoria nos índices educacionais ou redução do custo por aluno.

Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 2010, Borges (2010) utilizou o IQGP em sua dissertação de mestrado em Economia com a temática: Qualidade do Gasto Público Municipal: uma abordagem microrregional para o Estado do Rio Grande do Sul, na qual foram utilizadas as funções orçamentárias de Educação e Cultura, Habitação e Urbanismo e Saúde e Saneamento, porém, adotou-se nesse caso uma perspectiva um pouco diferente no cálculo do IQGP, onde os resultados do Índice de Bem-Estar e do Índice de Insumo não tiveram o tratamento para que estivessem entre zero e um. Os resultados apresentados comparativamente com as outras microrregiões foram hierarquizados segundo o seguinte critério: quanto maior for o resultado do Índice de Bem-Estar melhor será a classificação da microrregião. Por outro lado, quanto menor for o Índice de Insumo melhor é a classificação da microrregião. Essa hierarquização vai quantificar o Índice de Qualidade do Gasto Público de fato.

Nesse estudo, Borges (2010) concluiu que, nas funções utilizadas em 2010, as microrregiões com menor despesa *per capita* apresentam melhor desempenho em termos de qualidade do gasto público, resultando que altas despesas *per capita* não geram retornos proporcionais em termos de indicadores sociais, situação pela qual se demonstra a presença de deseconomia de escala.

No prêmio da Escola de Administração Fazendária (ESAF), Molon (2008) foi agraciada em primeiro lugar no concurso de monografia. Ela realizou uma Análise da Qualidade dos Gastos Públicos, nos Municípios da Aglomeração Urbana do Nordeste, no ano de 2008 utilizando o método do IQGP.

Nesse trabalho, Molon (2008) constatou que dos municípios estudados que possuem despesas elevadas em relação aos demais, não garantem por si só, um retorno proporcional em termos de desempenho dos estudantes. Por outro lado, os municípios

que possuem melhores índices de qualidade do gasto público, possuem menores indicadores de despesa por aluno matriculado e os maiores índices escolares.

2.11.1 Índice de Bem-Estar

Dentre as distintas teorias que definem o bem-estar social, a teoria da convergência ou a lógica da industrialização, de acordo com Matias-Pereira (2009) surgiu quando o próprio Estado passou a dar condições mínimas de vida à população, no momento em que as instituições que desempenhavam esse papel perderam essa capacidade. Isso se justifica pela motivação que teria levado todas as nações industrializadas a adotar políticas sociais para redução da marginalização de determinados grupos em função da própria industrialização.

Desse modo, as políticas sociais para um bem-estar social são, pela teoria da convergência, consequência da economia capitalista e da democracia moderna, ficando claro que o crescimento econômico, mudança demográfica e burocratização, desaguaram no papel do Estado a estabelecer esse tipo de política.

Matias-Pereira (2009) também apresenta a teoria funcionalista e a neo-institucional. De acordo com os autores, os programas sociais procuram gerar harmonia social, melhorando as aptidões dos trabalhadores e garantindo-lhes um relativo bem-estar, o que por consequência, contribui para uma adequação do funcionamento do mercado de trabalho capitalista, pois quando o Estado subsidia tais gastos está concomitantemente operando em favor do capital.

Matias-Pereira (2009) afirma que de modo geral, o surgimento do Bem-Estar está estritamente relacionado com três elementos básicos: a) a existência de excedentes econômicos passíveis de serem realocados pelo Estado para atender às necessidades sociais;

b) o pensamento keynesiano, que sustenta toda a estrutura teórica;

c) a experiência de centralização dos governos durante a segunda guerra mundial, que provocou o crescimento da capacidade administrativa do Estado.

Nessa perspectiva, o Índice de Bem-Estar utilizado no cálculo do IQGP é o resultado da ponderação das variáveis selecionadas para educação e saúde. No entanto, o bem-estar nesse caso, não reflete, necessariamente, uma melhor qualidade de vida da

população, e sim qual o posicionamento da microrregião em relação as demais pela referida ponderação.

2.11.2 Índice de Insumo

De acordo com a metodologia desenvolvida para o cálculo do IQGP por Brunet, Bertê e Borges (2007, p. 6), os insumos são as despesas efetuadas pelas administrações diretas em diferentes áreas do governo, segundo funções orçamentárias da classificação dos orçamentos. De acordo com João Angélico apud Nascimento e Cherman (2007), todo pagamento efetuado a qualquer título pelos agentes pagadores constitui-se despesa pública.

Brunet, Bertê e Borges (2007, p. 6) salientam que o insumo, dentro do método do IQGP se refere tanto as despesas de custeio. Conforme Nascimento e Cherman (2007, p. 39) os insumos “São gastos utilizados na manutenção dos serviços públicos, que têm a função de contrapartida aos ingressos arrecadados dos contribuintes e que não trazem retorno imediato e tempestivo à Administração Pública”. Para Nascimento e Cherman (2007, p. 30) “as despesas de capital são aquelas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.”

No método do IQGP, o Índice de Insumo representa a ponderação das despesas realizadas nas funções orçamentárias selecionadas. Segundo o método, quanto menores forem as despesas, melhor a classificação obtida em relação às demais despesas das microrregiões.

2.11.3 IQGP: Limitações

Segundo Faria (2009), todo método possui algum tipo de limitação ou deficiência. No caso do IQGP, pode-se argumentar que o índice não leva em consideração as particularidades de cada município estudado, quanto à população e renda per capita, por exemplo. Além disso, o índice não reflete necessariamente o resultado de alguma política pública específico. O índice considera os gastos efetuados pelos municípios nas funções selecionadas, não considerando os investimentos da esfera estadual e federal.

O IQGP relaciona o que foi gasto em certa função orçamentária somente com as variáveis selecionadas disponíveis para a pesquisa, não representando necessariamente uma melhor qualidade de vida da população e se apresenta somente a situação do momento em que é feita a pesquisa, não se constituindo um histórico das microrregiões.

O método considera os gastos efetuados e as variáveis utilizadas no mesmo ano, não levando em consideração que os gastos efetuados em educação e saúde poderão gerar retorno apenas no ano subsequente ao referido gasto ou a longo prazo.

Também, como afirma Faria (2009), outra limitação quanto ao IQGP diz respeito à escolha das variáveis para a pesquisa, uma vez que existe uma dependência em relação à disponibilidade de dados. Ou seja, nem todos os indicadores que poderiam enriquecer a pesquisa estão disponíveis.

Mesmo com essas limitações o IQGP se constitui de uma alternativa de avaliação da qualidade do gasto público para as microrregiões do Estado de Goiás.

2.12 Variáveis utilizadas na pesquisa

Dentre os trabalhos realizados utilizando o método de cálculo do IQGP constatou-se que os autores buscaram identificar qual a relação entre o que foi gasto em certa Unidade da Federação (UF), com os resultados obtidos através de um conjunto de indicadores socioeconômicos de resultados, as variáveis da pesquisa.

Quanto à forma, todos foram unânimes na utilização do método de cálculo. No entanto, para cada caso foram utilizadas variáveis distintas, em função da disponibilidade de dados para cada pesquisa. A presente pesquisa procura mensurar através do IQGP a qualidade do gasto público em educação e saúde no Estado de Goiás, através de uma análise microrregional, sendo que para o IQGP-Educação são utilizadas as seguintes variáveis, conforme ilustra o Quadro 3:

Variável	Conceito / Método de Cálculo
Taxa de Aprovação da 1ª Série (2009) Fonte: Portal do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)	Porcentagem de alunos que preencheram, em avaliação final, os requisitos mínimos em aproveitamento e frequência, previstos em legislação, em relação ao total de alunos matriculados no fim do ano letivo.
Taxa de Aprovação da 2ª Série (2009) Fonte: Portal do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)	Porcentagem de alunos que preencheram, em avaliação final, os requisitos mínimos em aproveitamento e frequência, previstos em legislação, em relação ao total de alunos matriculados no fim do ano letivo.
Taxa de Aprovação da 3ª Série (2009) Fonte: Portal do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)	Porcentagem de alunos que preencheram, em avaliação final, os requisitos mínimos em aproveitamento e frequência, previstos em legislação, em relação ao total de alunos matriculados no fim do ano letivo.
Taxa de Aprovação da 4ª Série (2009) Fonte: Portal do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)	Porcentagem de alunos que preencheram, em avaliação final, os requisitos mínimos em aproveitamento e frequência, previstos em legislação, em relação ao total de alunos matriculados no fim do ano letivo.
Taxa de Aprovação da 1ª a 4ª Série (2009) Fonte: Portal do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)	Média da porcentagem de alunos que preencheram, em avaliação final, os requisitos mínimos em aproveitamento e frequência, previstos em legislação, em relação ao total de alunos matriculados na 1ª a 4ª série.
Nota da Prova Brasil em Matemática (2009) Fonte: Portal do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)	Fornecer a média de desempenho para os municípios e escolas participantes das séries avaliadas, de todas as escolas públicas urbanas e rurais com mais de 20 alunos na série na disciplina de matemática, com objetivo de implantar políticas públicas para as escolas com dificuldades na disciplina.
Nota da Prova Brasil em Português (2009) Fonte: Portal do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)	Fornecer a média de desempenho para os municípios e escolas participantes das séries avaliadas, de todas as escolas públicas urbanas e rurais com mais de 20 alunos na série na disciplina de português, com objetivo de implantar políticas públicas para as escolas com dificuldades na disciplina.
Nota Padronizada da 4ª Série (2009) Fonte: Portal do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)	Índice da média da Prova Brasil de matemática e português de uma etapa de ensino.
IDEB 4ª Série 2009 (2009) Fonte: Portal do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)	Indicador de qualidade educacional que combina informações de desempenho em exames padronizados (Prova Brasil) – obtido pelos estudantes ao final das etapas de ensino – com informações sobre rendimento escolar (aprovação)
Indicador de Rendimento da Educação Básica Fonte: Portal do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)	Taxa de aprovação, reprovação e abandono dos estudantes na etapa de ensino.

Quadro 3: Variáveis utilizadas na pesquisa da Educação com seus respectivos conceitos e método de cálculo

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do IDEB e SEADE

Os índices de qualidade da educação, conforme mencionado no Quadro 3 são sinais que revelam aspectos de determinada realidade. A variação dos indicadores possibilita constatar mudanças na qualidade da escola em relação a diversos aspectos, que foram criados para ajudar a comunidade escolar a avaliar e melhorar o ambiente escolar. Não existe um padrão ou receita única para escola de qualidade, dado que qualidade é um conceito dinâmico, reconstruído constantemente. Sendo assim, as escolas têm autonomia para refletirem, propor e agir na busca pela qualidade da educação (AÇÃO EDUCATIVA et al. 2007, p. 5).

Quanto à utilização de indicadores da educação, o documento da Ação Educativa et al. (2007, p. 9) expõe:

Não existe uma forma única para o uso dos indicadores da qualidade da educação. Este é um instrumento flexível que pode ser usado de acordo com a criatividade e experiência de cada escola (...). A Mobilização da comunidade escolar para participar da avaliação é o primeiro ponto importante no uso dos indicadores. Quanto mais segmentos e pessoas participarem da avaliação da escola e se engajarem em ações para sua melhoria maiores serão os ganhos para a sociedade e para a educação. (AÇÃO EDUCATIVA et al, 2007, p. 9)

Para o índice do desempenho na saúde nos municípios integrantes das microrregiões do Estado de Goiás, foram consideradas neste estudo as seguintes variáveis, conforme ilustra o Quadro 4:

Variável	Conceito / Método de Cálculo
Percentual de crianças com aleitamento materno exclusivo (2009) Fonte: Cadernos de Informação de Saúde do DATASUS	Percentual de criança que recebe somente leite materno, diretamente da mama ou extraído, e nenhum outro líquido ou sólido, com exceção de gotas ou xaropes de vitaminas, minerais e/ou medicamentos e tem como objetivo subsidiar políticas públicas de prática do aleitamento materno exclusivo durante os seis primeiros meses de vida e à adoção de práticas alimentares saudáveis durante toda a vida.
Percentual de cobertura de consultas de pré-natal (2009) Fonte: Cadernos de Informação de Saúde do DATASUS	Percentual de mulheres com filhos nascidos vivos segundo o número de consultas de pré-natal, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado, o mesmo é influenciado por fatores socioeconômicos, pela infra-estrutura de prestação de serviços e por políticas públicas assistenciais e preventivas.
Taxa mortalidade infantil por diarreia (2009) Fonte: Cadernos de Informação de Saúde do DATASUS	Calculado dividindo-se o número total de óbitos de menores de um ano de idade por diarreia (doença infecciosa intestinal) pelo número de nascidos vivos e multiplicando-se esse quociente por 1.000
Prevalência de desnutrição (2009) Fonte: Cadernos de Informação de Saúde do DATASUS	Taxa de prevalência de desnutrição em crianças menores de 2 anos por 100 habitantes.
Taxa hospitalização por pneumonia (2009) Fonte: Cadernos de Informação de Saúde do DATASUS	Taxa de internação por pneumonia de crianças menores de 5 anos por 1000 habitantes; menores de 5 anos na situação do final do ano.
Taxa hospitalização por desidratação (2009) Fonte: Cadernos de Informação de Saúde do DATASUS	Taxa de internação por desidratação de crianças menores de 5 anos por 1000 habitantes; menores de 5 anos na situação do final do ano.
Taxa de procedimentos clínicos – atendimento (2009) Fonte: Cadernos de Informação de Saúde do DATASUS	Quantidade de procedimentos ambulatorial por município de atendimento, segundo os grupos: consulta/atendimento/acompanhamento, fisioterapia, tratamentos clínicos (outras especialidades), tratamento em oncologia, tratamento em nefrologia, hemoterapia, tratamentos odontológicos, tratamento de lesões, envenenamentos e outros, decorrentes de causas externas, terapias especializadas, parto e nascimento

Quadro 4: Variáveis utilizadas na pesquisa da Saúde com seus respectivos conceitos e método de cálculo
 Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do portal do Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) e DATASUS

Após a Constituição Federal de 1988 que criou Sistema Único de Saúde, o panorama do Brasil sofreu várias e notáveis modificações, tanto devido a alterações estruturais, como a pirâmide social com a condensação das faixas etárias mais elevadas, quanto a estabilização da moeda, com o acesso das camadas de baixa renda aos

produtos da cesta básicas, por outro lado, os efeitos ocasionados pelo enfoque preventivo das políticas de saúde (BRASIL, 2001).

Os indicadores da saúde, nessa perspectiva, servem para subsidiar análises objetivas da situação sanitária, orientam a tomada de decisões baseadas em evidências e buscam nortear programas de ações de saúde. Desse modo, para compor um cenário atual de saúde e verificar quais foram os avanços ou retrocessos em um determinado período há a necessidade de indicadores da saúde que façam esse papel. (BRASIL, 2001)

Conforme o documento BRASIL (2001, p. 9) o ordenamento dessas informações é indispensável para acompanhar cronologicamente o desenvolvimento das ações em saúde de forma descentralizada, os seus efeitos sobre a estrutura da saúde da população e as alterações na composição da demanda pelos serviços assistenciais, demonstrando através dos indicadores da saúde, as condições socioeconômicas das regiões, relacionando-as com os agravos mais incidentes, os avanços obtidos e os desafios em saúde a serem enfrentados.

3 METODOLOGIA

O presente trabalho busca avaliar a qualidade do gasto público da administração direta nos municípios goianos para educação e saúde, tendo como base os dados das variáveis obtidas pelos indicadores socioeconômicos de resultado em 2009 e financeiros nos anos compreendidos entre 2004 a 2009. Nesse aspecto, Gil (2002) nos ensina que a pesquisa é todo método sistemático que tem por objetivo proporcionar respostas aos problemas que por ora são propostos.

3.1 Metodologia de Pesquisa

A pesquisa realizada neste trabalho é de cunho quantitativo. De acordo com Mendonça, Rocha e Nunes (2008, p. 45) esse tipo de pesquisa “É muito utilizado em estudos descritivos que procuram descobrir e classificar a relação entre variáveis[...]”.

A pesquisa pode também ser classificada como exploratória e descritiva. Exploratória na medida em que se obtêm informações sobre as funções orçamentárias Educação e Saúde nos municípios goianos. Descritiva, uma vez que procura descrever e compreender as características acerca da temática abordada.

No primeiro momento da pesquisa, foi realizado um levantamento bibliográfico para compreensão teórica da abordagem estudada. Segundo Vergara (2000, p. 48) apud Baptistelli (2009, p. 13) o levantamento bibliográfico se conceitua como um “estudo sistematizado desenvolvido por meio de material público, tais como leis, livros, revistas, jornais, redes eletrônicas”.

Na segunda etapa, foi realizada uma coleta de dados secundários em sites de diversas instituições governamentais de pesquisa e estatística.

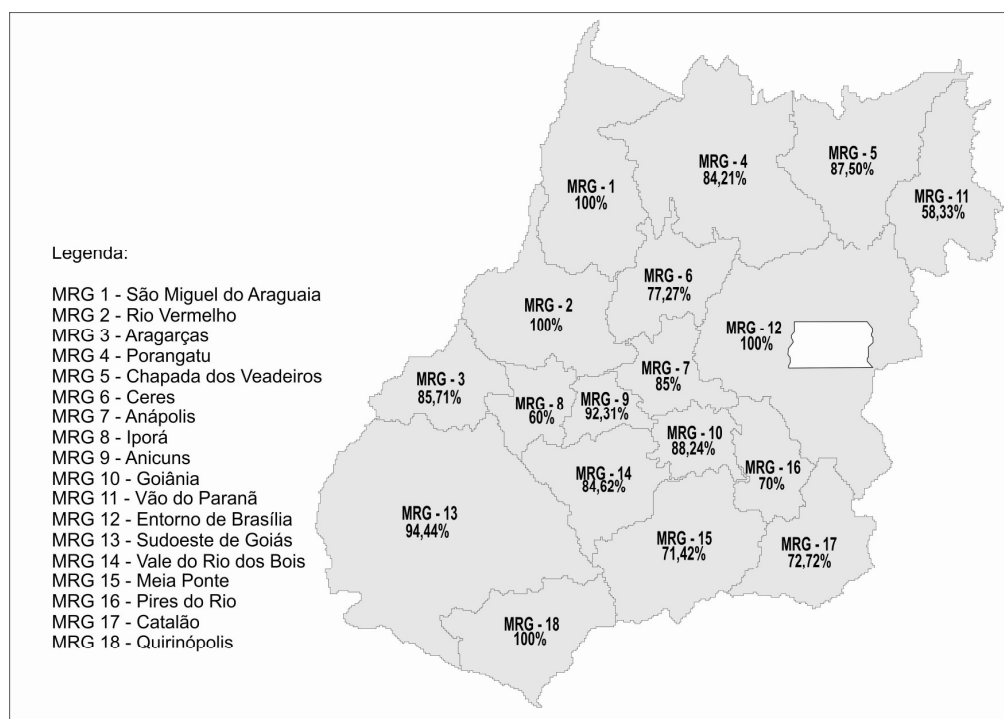
A quantificação do desempenho em educação nos municípios goianos se deu por meio de um índice, resultado da ponderação das variáveis: Taxa de Aprovação da 1ª Série, Taxa de Aprovação da 2ª Série, Taxa de Aprovação da 3ª Série, Taxa de Aprovação da 4ª Série, Taxa de Aprovação da 1 a 4ª Série, Nota da Prova Brasil em Matemática, Nota da Prova Brasil em Português, Nota Padronizada da 4ª Série, IDEB 4ª Série 2009 e Indicador de Rendimento da Educação Básica.

Para o índice do desempenho da saúde nos municípios integrantes das microrregiões do Estado de Goiás, foram ponderadas as seguintes variáveis: Percentual

de crianças com aleitamento materno exclusivo, Percentual de cobertura de consultas de pré-natal, Taxa mortalidade infantil por diarreia, Prevalência de desnutrição, Taxa hospitalização por pneumonia, Taxa hospitalização por desidratação, Taxa de procedimentos clínicos – atendimento.

3.1.1 Universo e Amostra

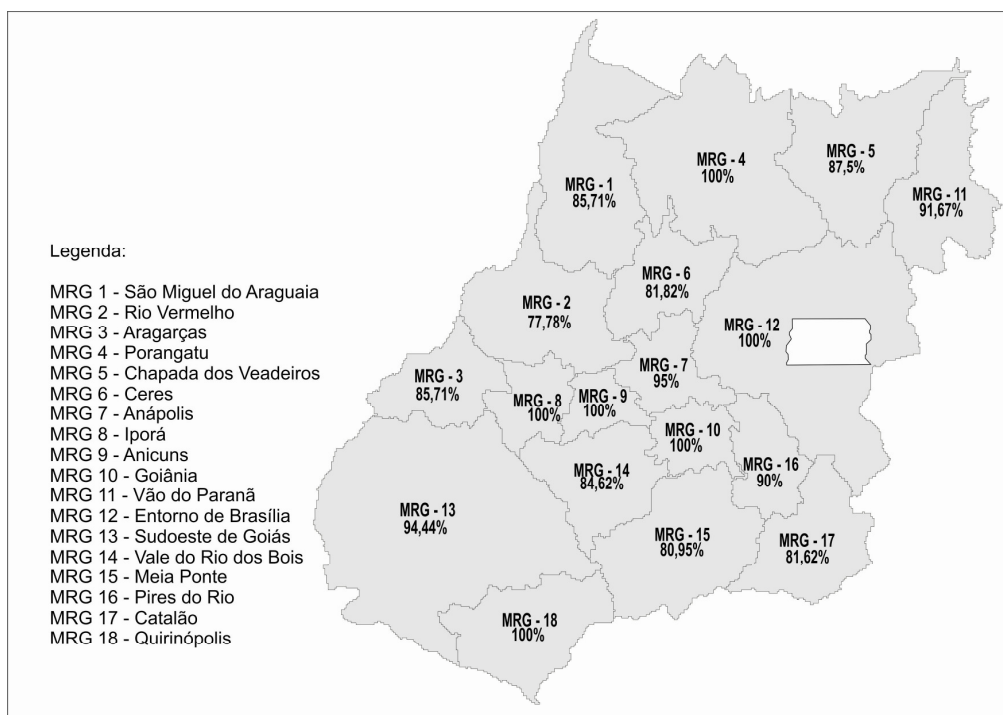
A presente pesquisa buscou originalmente as informações dos 246 municípios do Estado de Goiás. No entanto, para os dados da função educação foram selecionados 205 municípios, uma vez que somente esses possuíam dados completos que permitiriam a execução do cálculo do índice. Esse número de municípios equivale a 83,33% de todo Estado, conforme ilustra o Mapa 2.



Mapa 2 – Universo da Pesquisa em Educação

Fonte: Elaboração do autor com dados do Portal do IDEB e FINBRA (2009)

Para os dados da saúde foram selecionados 224 municípios, pois somente esses possuíam dados suficientes para a pesquisa, portanto, o universo da pesquisa na função saúde esta disposto no mapa 3.



Mapa 3 – Universo da Pesquisa em Saúde

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Portal do DATASUS e FINBRA (2009)

3.1.2 IQGP: Método de cálculo

O cálculo do IQGP é uma relação entre o Índice de Bem-Estar e o Índice de Insumo (Brunet, Bertê e Borges, 2007).

$$\text{IQGP} = \frac{\text{Índice de Bem-Estar}}{\text{Índice de Insumo}}$$

O Índice de Bem-Estar de acordo com Brunet, Bertê e Borges (2007) é dado pelos indicadores socioeconômicos de resultados de determinado município:

$$\text{Índice de Bem-Estar} = \frac{[(EB_1 - M_1)/DP_1] + [(EB_2 - M_2)/DP_2] + \dots + [(EB_m - M_m)/DP_m]}{m}$$

De outra forma,

$$\text{Índice de Bem - Estar: } \left[\sum_{i=1}^{i=m} (EB_i - M_i)/DP_i \right] m^{-1}$$

Onde **EBi** é o Escore Bruto de cada município, **Mi** e **DPI** – são respectivamente a Média e o Desvio Padrão dos indicadores socioeconômicos de todos os municípios para cada indicador selecionado; **m** é o total de indicadores socioeconômicos das funções selecionadas para o ano de 2009 conforme dados dispostos nos apêndices A e C.

O outro índice que compõe a fórmula para o cálculo do IQGP de Brunet, Bertê e Borges (2007) é o índice de Insumo:

$$\text{Índice de Insumo} = [(DT/POP) - md]/dp^{-1}$$

Onde **DT** é a Despesa Total de cada microrregião, **POP** é a população total da microrregião em questão e **md** e **dp** são respectivamente a Média e o Desvio Padrão da despesa *per capita* de todos os municípios ora analisados nos anos compreendidos entre 2004 a 2009 conforme dados apresentados nos apêndices B e D.

Depois de efetuado o cálculo do Índice de Bem-Estar e do Índice de Insumo obter-se-á um índice que representará comparativamente o quanto é retornado em indicadores socioeconômicos de resultados para cada município em relação ao que foi despendido pelos municípios para cada função selecionada.

O método apresenta uma correlação entre os indicadores sociais com os gastos *per capita* em cada área. De acordo com Borges (2010) quanto maior for o Índice de Bem-Estar de uma determinada microrregião em comparação com as demais microrregiões maior será a pontuação dessa microrregião. O inverso ocorre com as despesas, ou seja, quanto maior for o Índice de Insumo, de uma determinada microrregião em comparação com as demais microrregiões, a pontuação será menor.

Desse modo, com subsídios de Borges (2010) a mensuração do IQGP para a presente pesquisa utilizar-se-á a pontuação de acordo com a ilustração da Tabela 2 para cada posição dentro da categoria das microrregiões:

Tabela 2: Pontuação de cada posição para os Indicadores Sociais e da Despesa

Posição	Pontuação Índice de Bem-Estar (quanto maior melhor)	Pontuação Índice de Insumo (quanto menor melhor)
01°	18	01
02°	17	02
03°	16	03
04°	15	04
05°	14	05
06°	13	06
07°	12	07
08°	11	08
09°	10	09
10°	9	10
11°	8	11
12°	7	12
13°	6	13
14°	5	14
15°	4	15
16°	3	16
17°	2	17
18°	1	18

Fonte: Elaborado pelo autor com base no modelo desenvolvido por Borges (2010).

Portanto, após a divisão da pontuação do Índice de Bem-Estar com o Índice de Insumo obter-se-á o Índice de Qualidade do Gasto Público de acordo com a metodologia desenvolvida por Brunet, Bertê e Borges (2007) e Borges (2010).

O resultado da microrregião é a média aritmética simples dos municípios integrantes de cada uma das microrregiões do Estado de Goiás. Brunet, Bertê e Borges (2007, p. 13) já previam uma discussão sobre esse método, uma vez que não se considera as tipicidades próprias dos municípios, tais como: população, PIB e renda *per capita* para ponderação do resultado. No trabalho dos autores todos esses itens, mais os gastos efetuados e os indicadores sociais têm o mesmo peso, sendo que “a escolha feita é a mais simples e, também, a mais transparente: todos os indicadores têm o mesmo peso. Pode-se dizer que escolha é a mais *democrática*, embora arbitrária, mas sem deixar de ser razoável.” (BRUNET, BERTÊ e BORGES, 2007, p. 13).

4 ANÁLISE DO GASTO PÚBLICO NAS MICRORREGIÕES DE GOIÁS

Neste trabalho foram selecionados os gastos em educação e saúde, assim como dados socioeconômicos de resultados para ano de 2009. De forma análoga a outros trabalhos, foi aplicado o método do IQGP para hierarquizar as microrregiões do estado de Goiás conforme o modelo desenvolvido por Brunet, Bertê e Borges (2007). Para tanto, foram considerados os dados disponíveis sobre educação e saúde, que são atividades governamentais que impactam diretamente na qualidade de vida e no bem-estar da população.

Considerando as limitações do IQGP, principalmente a de que o método não considera que pode haver um descasamento entre os gastos e seu efeito nos resultados, foram feitas duas simulações neste estudo. Na primeira foram considerados os indicadores sociais e os gastos para o mesmo ano (2009), conforme o modelo desenvolvido por Brunet, Bertê e Borges (2007). Na segunda simulação, foram considerados exatamente os mesmos indicadores sociais, porém foi considerada a média de gastos para nos 5 anos anteriores, ou seja, entre 2004 e 2008, com o objetivo de agregar uma perspectiva temporal para verificar possíveis diferenças entre os investimentos e os retornos em níveis de nível de Bem-Estar, caso em que Brunet, Bertê e Borges (2008) fizeram quando analisaram a qualidade do gasto público em Educação nas redes públicas estaduais e municipais.

4.1 Função Educação

A partir dos resultados apresentados na tabela 3, pode-se afirmar que dentre todas as microrregiões consideradas neste estudo, a de Iporá, apresentou o melhor IQGP - Educação: 16,000. A seguir encontram-se as microrregiões (MRGs) Ceres e a microrregião (MRG) de Goiânia, com IQGP - Educação 4,500, índice consideravelmente abaixo do IQGP - Educação de Iporá.

Observa-se que as microrregiões as com menores IQGP - Educação são Vão do Paranã e Aragarças, com 0,083 e 0,182 respectivamente. Esses valores indicam que um investimento de uma unidade de insumo gera retorno de apenas 0,083 unidades de retorno de bem-estar em Vão do Paranã e 0,182 para a MRG de Aragarças.

Tabela 3: Índice de Qualidade do Gasto Público em Educação nas microrregiões de Goiás em 2009

Microrregião	Índice Bem-Estar	Pontuação	Índice de Insumo	Pontuação	IQGP-Educação	Classificação
Anápolis	4,440	17	-0,526	9	1,889	4º
Anicuns	3,510	15	-0,423	10	1,500	5º
Aragarças	-8,254	2	-0,364	11	0,182	16º
Catalão	2,968	14	-0,255	13	1,077	8º
Ceres	5,082	18	-0,782	4	4,500	2º
Chapada dos Veadeiros	-8,038	3	-0,823	3	1,000	9º
Entorno de Brasília	-6,388	4	-0,522	9	0,444	13º
Goiânia	-1,043	9	-0,856	2	4,500	2º
Iporá	3,943	16	-0,931	1	16,000	1º
Meia Ponte	-0,811	10	-0,730	5	2,000	3º
Pires do Rio	0,638	12	-0,255	13	0,923	10º
Porangatu	0,029	11	-0,129	14	0,786	12º
Quirinópolis	-2,268	6	0,142	17	0,353	14º
Rio Vermelho	-1,466	8	-0,593	7	1,143	7º
São Miguel do Araguaia	-3,242	5	0,068	16	0,313	15º
Sudoeste de Goiás	-2,141	7	-0,600	6	1,167	6º
Vale do Rio dos Bois	2,616	13	-0,002	15	0,867	11º
Vão do Paranã	-8,978	1	-0,259	12	0,083	17º

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados do Portal IDEB, Finbra e TCM-GO

Analisando-se os gastos em Educação, constata-se que a MRG Quirinópolis foi a que mais investiu em 2009. No entanto, isso não resultou em retornos em níveis de bem-estar, uma vez que essa MRG ocupa apenas a 14º posição.

Por outro lado, a MRG Iporá apresentou o menor investimento em educação em 2009 em comparação para com as demais MRG e foi a que obteve maiores retornos em níveis de bem-estar, que pelo método, o maior IQGP - Educação. Esses resultados confirmam as conclusões de estudos anteriores, ou seja, maiores gastos não estão relacionados a melhores resultados

Ainda com análise na Tabela 3 pode-se verificar que as três MRGs com maior investimento em educação, Quirinópolis, São Miguel do Araguaia e Vale do Rio dos Bois não apresentam os três melhores IQGP – Educação. Pelo contrário, figuram a 14º, 15º e 11º colocação respectivamente.

No gráfico 2, o Índice de Insumo é medido através do eixo das abcissas, enquanto o Índice de Bem-Estar é medido ao longo do eixo das ordenadas para todas as dezoito MRG do Estado de Goiás. O gráfico ilustra que quanto mais próximos estivermos do canto superior esquerdo maior será o IQGP – Educação. Por outro lado,

quanto mais próximos estivermos do lado direito inferior, menor será o IQGP – Educação.

Verifica-se que a bissetriz do gráfico 2, representada pela reta tracejada entre os eixos das abcissas e ordenadas, é o lugar geométrico em que o retorno, em termos de bem-estar social para a população residente é igual ao valor gasto. Portanto, ao longo da bissetriz o IQGP sempre será igual a um. Pode-se dizer que, nesse caso, há uma situação de equilíbrio entre as despesas efetuadas e os resultados obtidos. Esse é o caso da MRG Chapada dos Veadeiros.

As unidades que estiverem acima da linha bissetriz possuirão um IQGP maior que 1, sendo este o caso das MRGs de Iporá, Ceres, Goiânia, Meia Ponte, Sudoeste de Goiás, Rio Vermelho, Anápolis, Anicuns e Catalão. Isso significa que essas MRGs têm um melhor gasto público, pois, para cada unidade de insumo despendida, a quantidade de resultados, quantificado pelo Índice de Bem-Estar é maior que um.

Já as MRGs localizadas abaixo da bissetriz apresentam um IQGP menor que 1. As MRGs de Vale do Rio dos Bois, Pires do Rio, Porangatu, Entorno de Brasília, Aragarças, Vão do Paranã, São Miguel do Araguaia e Quirinópolis se encontram nessa situação, onde o retorno em níveis de Bem-Estar é inferior ao Índice de Insumo. No entanto, conforme ilustram Brunet, Bertê e Borges (2007, p. 17), é preciso que se tenha cautela na interpretação dos resultados, uma vez que “unidades com maiores IQGP’s não ofertam, necessariamente, melhor qualidade de vida e maior bem-estar social”.

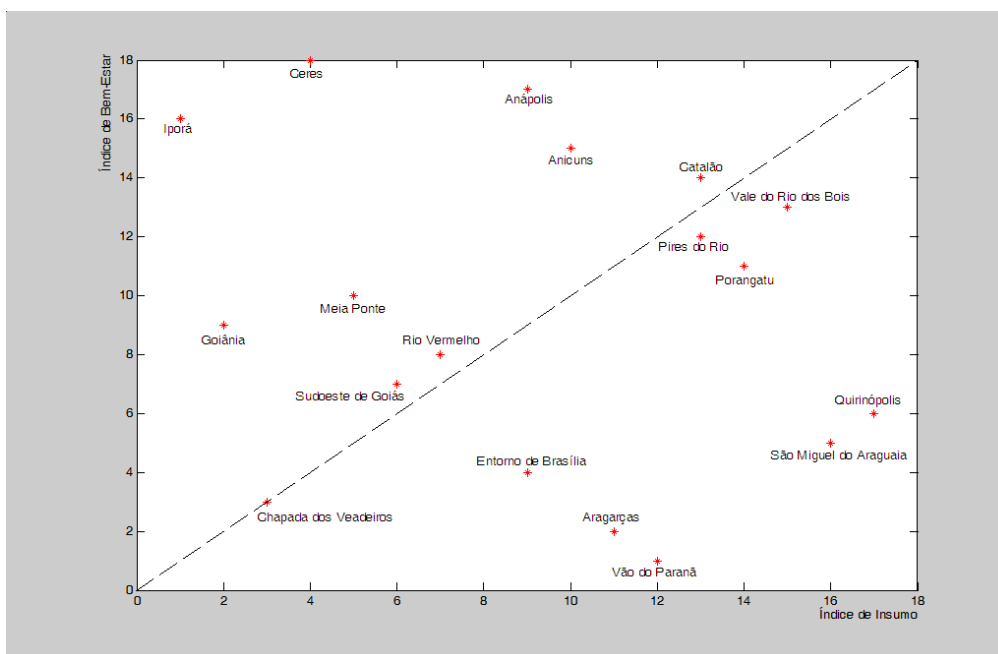
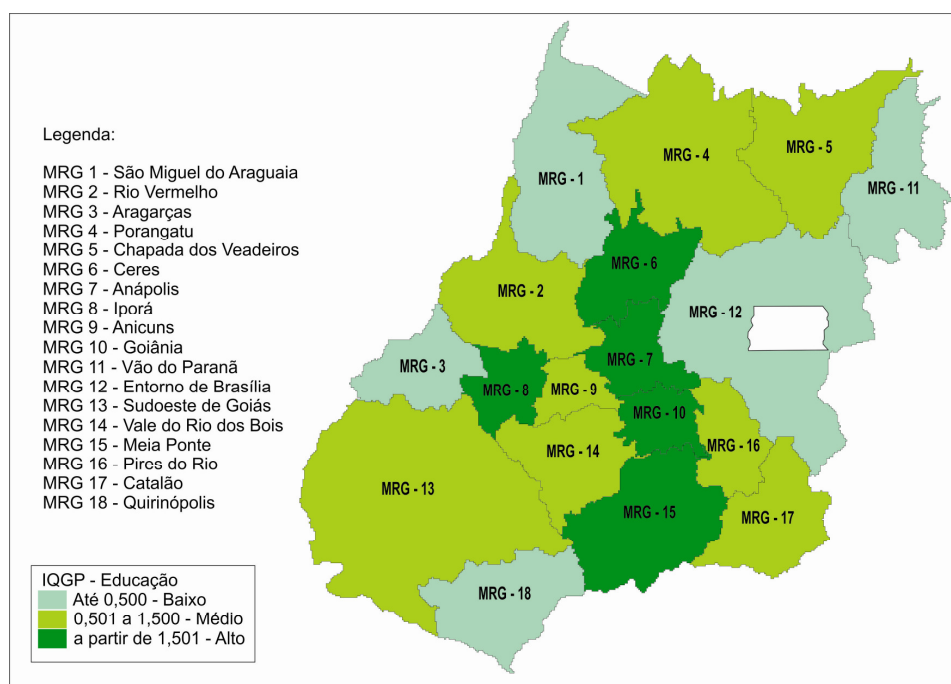


Gráfico 2: Índice de Qualidade do Gasto Público em Educação 2009

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados do Portal IDEB, Finbra e TCM-GO.

O mapa 4 apresenta as MRGs do Estado de Goiás classificadas com base nos IQGP's considerando-se três intervalos distintos: baixo, médio e alto. O critério utilizado para a classificação do IQGP em cada um dos três intervalos foi arbitrário. IQGP's abaixo de 0,500 foram classificados como sendo baixos; IQGP's entre 0,501 e 1,500 foram considerados médios; IQGP's acima de 1,500 foram considerados altos.



Mapa 4: Índice de Qualidade do Gasto Público para Função Educação em 2009

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados do Portal IDEB, Finbra e TCM-GO

Calcularam-se também os IQGP's-Educação considerando-se a média dos gastos compreendidos entre 2004 a 2008 com os indicadores sociais em 2009, possibilitando dessa forma, considerando-se dessa forma o efeito do tempo entre gastos e resultados.

A tabela 4 apresenta os índices de Bem-Estar da pesquisa realizada em 2009, porém com Índices de Insumo calculados através da média aritmética simples da despesa total entre 2004 e 2008. Como resultado, pode-se afirmar que dentre todas as microrregiões, a de Iporá, permaneceu apresentando o melhor IQGP - Educação: 8,000, no entanto com um IQGP – Educação cinquenta por cento menor que o apresentado quando se consideraram apenas os gastos de 2009. Na segunda colocação está a microrregião de Ceres, que também assegurou a segunda colocação na hierarquização das MRG's de Goiás, porém com um IQGP – Educação maior (6,000),

Observa-se que as microrregiões com menores IQGP – Educação continuam sendo as MRGs Vão do Paranã e Aragarças, com 0,111 e 0,182 respectivamente. Esses

valores indicam que um investimento de uma unidade de insumo gera retorno de apenas 0,111 unidades de retorno de bem-estar em Vão do Paranã e 0,182 para a MRG de Aragarças. A MRG Vão do Paranã teve um crescimento de quase 75% no IQGP – Educação considerando o resultado anterior, enquanto a MRG de Aragarças permaneceu com o mesmo IQGP – Educação.

Tabela 4: Índice de Qualidade do Gasto Público em Educação nas microrregiões de Goiás considerando o gasto médio de 2004 a 2008 e indicadores sociais de 2009

Microrregião	Índice Bem-Estar	Pontuação	Índice de Insumo	Pontuação	IQGP-Educação	Classificação
Anápolis	4,440	17	-0,333	4	4,250	3°
Anicuns	3,510	15	-0,312	5	3,000	5°
Aragarças	-8,254	2	-0,179	11	0,182	16°
Catalão	2,968	14	-0,214	8	1,750	6°
Ceres	5,082	18	-0,349	3	6,000	2°
Chapada dos Veadeiros	-8,038	3	-0,069	16	0,188	15°
Entorno de Brasília	-6,388	4	-0,435	1	4,000	4°
Goiânia	-1,043	9	-0,287	6	1,500	7°
Iporá	3,943	16	-0,376	2	8,000	1°
Meia Ponte	-0,811	10	-0,206	10	1,000	10°
Pires do Rio	0,638	12	-0,214	8	1,500	7°
Porangatu	0,029	11	-0,143	14	0,786	11°
Quirinópolis	-2,268	6	-0,027	17	0,353	14°
Rio Vermelho	-1,466	8	-0,238	7	1,143	8°
São Miguel do Araguaia	-3,242	5	-0,152	13	0,385	13°
Sudoeste de Goiás	-2,141	7	-0,120	15	0,467	12°
Vale do Rio dos Bois	2,616	13	-0,158	12	1,083	9°
Vão do Paranã	-8,978	1	-0,213	9	0,111	17°

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados do Portal IDEB, Finbra e TCM-GO

Analisando-se os gastos em Educação, constata-se que a MRG Quirinópolis foi a que mais investiu considerando as despesas totais entre 2004 a 2008. No entanto, isso não resultou em retornos em níveis de bem-estar, uma vez que essa MRG ocupa apenas a 14° posição, mesma posição anteriormente hierarquizada. Esse resultado reforça as conclusões de estudos anteriores, nos quais maiores gastos não implicam em resultados melhores.

A MRG Iporá apresentou o menor investimento em educação considerando as despesas totais entre 2004 a 2008, obteve o segundo maior retorno em nível de bem-estar, permanecendo assim na primeira colocação.

Com base ainda na Tabela 4 podemos verificar que as três MRG com maior investimento em educação, Quirinópolis, Chapada dos Veadeiros e Sudoeste de Goiás não apresentam os três melhores IQGP – Educação. Pelo contrário, figuram a 14º, 15º e 12º colocação, respectivamente.

O gráfico 3, ilustra a posição relativa das microrregiões. As unidades que estão acima da bissetriz possuem IQGP maior que 1, sendo este o caso das MRGs de Iporá, Entorno de Brasília, Ceres, Anápolis, Anicuns, Goiânia, Rio Vermelho, Catalão, Pires do Rio e Vale do Rio dos Bois. Considerando o referencial apresentado, isso pode ser interpretado como sendo um indicador de que essas MRGs têm um melhor gasto público, pois, para cada unidade de insumo despendida, a quantidade de resultados, quantificado pelo Índice de Bem-Estar é maior que um.

Já as MRGs localizadas abaixo bissetriz apresentam um IQGP menor que 1. As MRGs de Vão do Paranã, Aragarças, São Miguel do Araguaia, Porangatu, Sudoeste de Goiás, Chapada dos Veadeiros e Quirinópolis se encontram nessa situação, sendo que o retorno em níveis de Bem-Estar nessas microrregiões, é inferior ao Índice de Insumo.

Ressalta-se que “unidades com maiores IQGP’s não ofertam, necessariamente, melhor qualidade de vida e maior bem-estar social” (BRUNET, BERTÊ E BORGES 2007, p. 17).

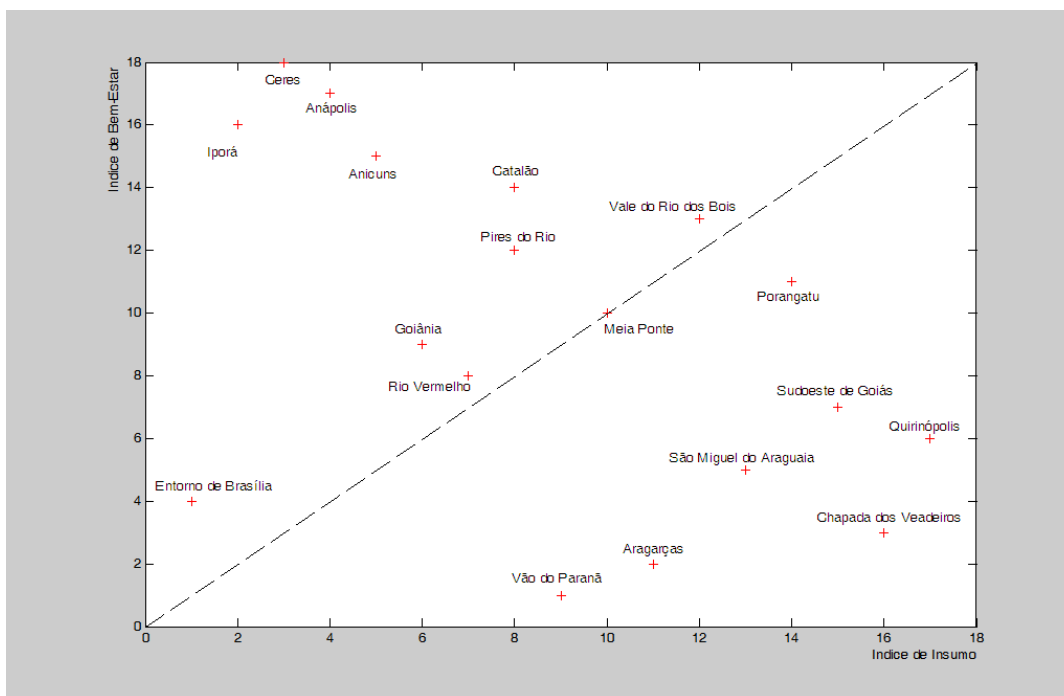
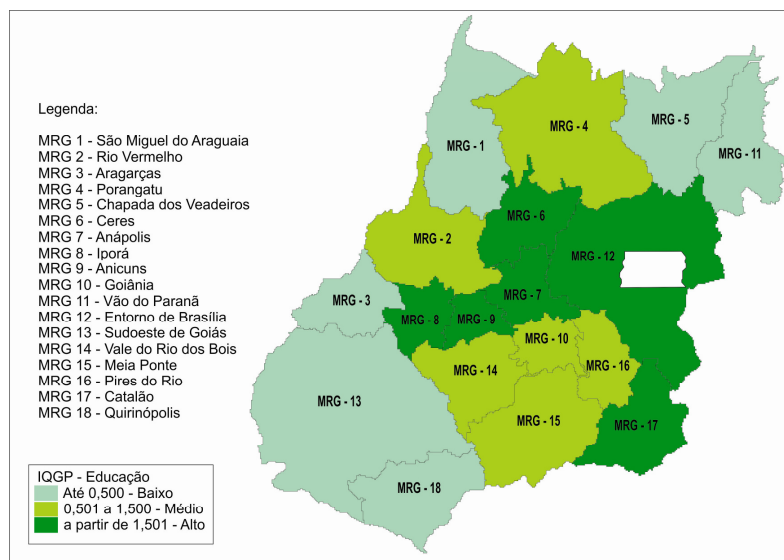


Gráfico 3: Índice de Qualidade do Gasto Público em Educação considerando a média das despesas totais de 2004 a 2008 com os indicadores sociais em 2009

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados do Portal IDEB, Finbra e TCM-GO.

O mapa 5 apresenta as MRG do Estado de Goiás classificadas com base nos IQGP's em três intervalos distintos: baixo, médio e alto, do mesmo modo como apresentado no mapa 4.



Mapa 5: Índice de Qualidade do Gasto Público para Função Educação considerando a média das despesas totais de 2004 a 2008 com os indicadores sociais em 2009

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados do Portal IDEB, Finbra e TCM-GO

4.2 Função Saúde

Conforme se visualiza na tabela 5, a MRG Entorno de Brasília é a melhor classificada pois apresenta o melhor IQGP (17,000) em Saúde no ano de 2009.

A segunda melhor classificada é a MRG de Vão do Paranã (IQGP 4,667). As MRG com piores IQGP foram Vale do Rio dos Bois (0,200), Porangatu (0,231) e Rio Vermelho (0,400).

A melhor pontuação no índice de Bem-Estar foi a MRG de Ceres (18 pontos).

Tabela 5: Índice de Qualidade do Gasto Público em Saúde nas microrregiões de Goiás em 2009

Microrregião	Índice Bem-Estar	Pontuação	Índice de Insumo	Pontuação	IQGP-Saúde	Classificação
Anápolis	0,261	12	-0,137	11	1,091	7°
Anicuns	-0,412	5	-0,203	6	0,833	11°
Aragarças	-0,665	2	-0,256	4	0,500	14°
Catalão	-0,403	6	-0,429	2	3,000	3°
Ceres	0,852	18	-0,125	12	1,500	4°
Chapada dos Veadeiros	0,263	13	-0,125	12	1,083	8°
Entorno de Brasília	0,549	17	-0,430	1	17,000	1°
Goiânia	0,208	11	0,140	16	0,688	12°
Iporá	0,498	16	-0,053	14	1,143	5°
Meia Ponte	-0,321	8	-0,166	9	0,889	10°
Pires do Rio	0,445	15	-0,231	5	3,000	3°
Porangatu	-0,663	3	-0,123	13	0,231	16°
Quirinópolis	-0,029	10	0,085	15	0,667	13°
Rio Vermelho	-0,564	4	-0,155	10	0,400	15°
São Miguel do Araguaia	-0,095	9	-0,173	8	1,125	6°
Sudoeste de Goiás	-0,336	7	-0,191	7	1,000	9°
Vale do Rio dos Bois	-0,674	1	-0,231	5	0,200	17°
Vão do Paranã	0,298	14	-0,318	3	4,667	2°

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados do Portal Datasus, Finbra e TCM-GO

Pode-se observar que das três MRGs com maior índice de insumo apenas uma figura entre as 5 melhores classificadas (Iporá, IQGP 1,143, 5ª colocada). As outras, MRG Goiânia e Quirinópolis figuraram apenas na 12ª e 13ª posição na classificação geral. Isso reforça a ideia de que maiores gastos não estão necessariamente associados a melhores resultados em termos de qualidade do gasto público.

Conforme ilustra o gráfico 4, as unidades que estão acima da bissetriz possuem IQGP maior que 1, sendo este o caso das MRGs ao redor de Brasília, Vão do Paranã, Catalão, Pires do Rio, Ceres e Iporá. De acordo com o referencial apresentado, isso indica que essas MRGs têm um melhor gasto público, pois, para cada unidade de insumo despendida, a quantidade de resultados, quantificado pelo Índice de Bem-Estar é maior que um.

As MRGs abaixo da linha bissetriz e que, portanto, possuem um IQGP menor que 1 são Aragarças, Vale do Rio dos Bois, Anicuns, Sudoeste de Goiás, Meia Ponte, Rio Vermelho, Anápolis, Chapada dos Veadeiros, Porangatu, Quirinópolis, e Goiânia. Para essas microrregiões o retorno em níveis de Bem-Estar, é inferior ao Índice de Insumo.

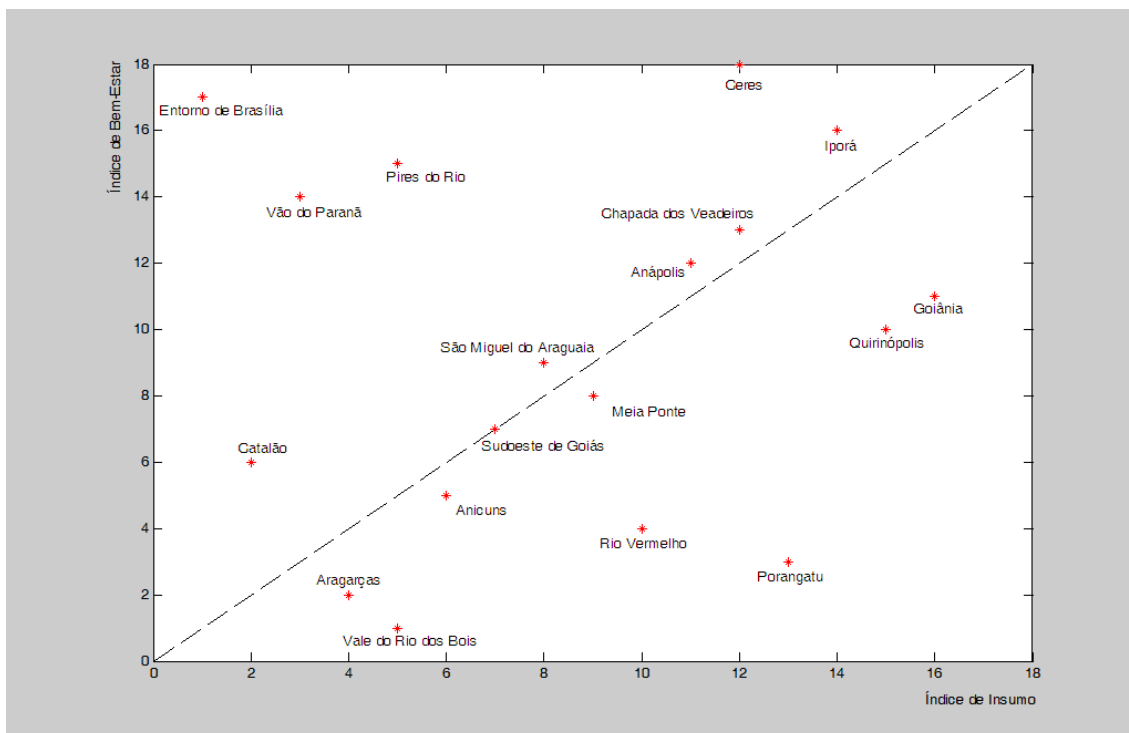
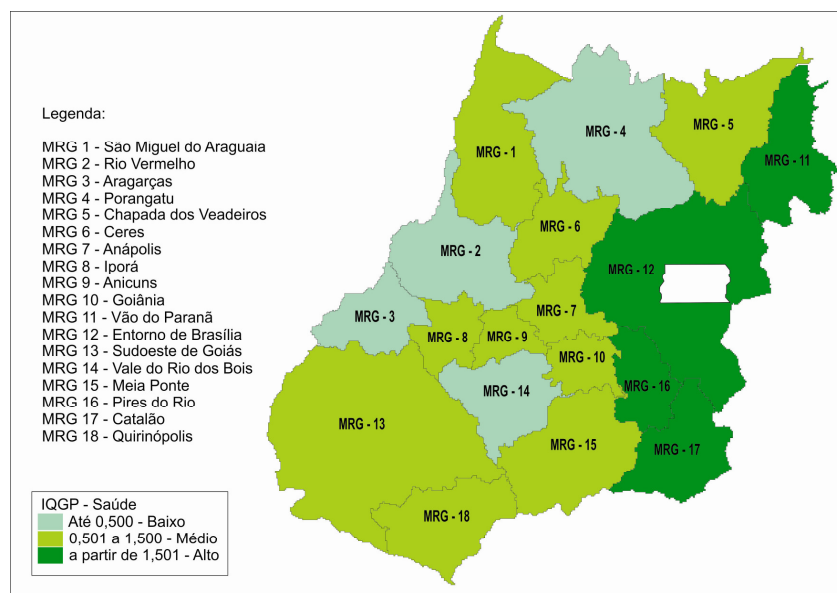


Gráfico 4: Índice de Qualidade do Gasto Público em Saúde em 2009

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados do Portal Datasus, Finbra e TCM-GO

O Mapa 6 apresenta as MRG de Goiás com os níveis de IQGP classificados em baixo, médio e alto.



Mapa 6: Índice de Qualidade do Gasto Público para Função Saúde em 2009

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados do Portal Datasus, Finbra e TCM-GO

Foram também calculados o IQGP-Saúde considerando-se a média dos gastos compreendidos entre 2004 a 2008 e os indicadores sociais de 2009.

A tabela 6 apresenta os mesmos índices de Bem-Estar da pesquisa realizada em 2009, porém Índices de Insumo calculados através da média aritmética simples da despesa entre 2004 e 2008. Pode-se visualizar que a MRG Entorno de Brasília é a melhor classificada por esse critério, tendo o melhor IQGP (8,500), permanecendo assim na primeira colocação.

A segunda melhor classificada é a MRG Catalão (IQGP 6,000) subindo uma posição considerando o resultado anterior. As MRG com piores IQGP foram Vale do Rio dos Bois (0,063), Meia Ponte (1,333) e Rio Vermelho (0,286), ressaltando que no resultado anterior Porangatu figurava entre os piores IQGP, subindo duas posições em relação ao resultado anterior, agora em 14º colocação.

A melhor pontuação no índice de Bem-Estar foi a MRG de Ceres (18 pontos).

Tabela 6: Índice de Qualidade do Gasto Público em Saúde nas microrregiões de Goiás considerando a média das despesas totais de 2004 a 2008 com os indicadores sociais em 2009

Microrregião	Índice Bem-Estar	Pontuação	Índice de Insumo	Pontuação	IQGP-Saúde	Classificação
Anápolis	0,261	12	-0,334	3	4,000	4º
Anicuns	-0,412	5	-0,284	5	1,000	9º
Aragarças	-0,665	2	-0,126	15	0,133	8º
Catalão	-0,403	6	-0,643	1	6,000	2º
Ceres	0,852	18	-0,296	4	4,500	3º
Chapada dos Veadeiros	0,263	13	-0,117	17	0,765	10º
Entorno de Brasília	0,549	17	-0,489	2	8,500	1º
Goiânia	0,208	11	-0,180	11	1,000	9º
Iporá	0,498	16	-0,230	7	2,286	5º
Meia Ponte	-0,321	8	-0,262	6	1,333	16º
Pires do Rio	0,445	15	-0,208	10	1,500	7º
Porangatu	-0,663	3	-0,228	8	0,375	14º
Quirinópolis	-0,029	10	0,075	18	0,556	13º
Rio Vermelho	-0,564	4	-0,134	14	0,286	15º
São Miguel do Araguaia	-0,095	9	-0,136	13	0,692	11º
Sudoeste de Goiás	-0,336	7	-0,179	12	0,583	12º
Vale do Rio dos Bois	-0,674	1	-0,123	16	0,063	17º
Vão do Paranã	0,298	14	-0,216	9	1,556	6º

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados do Portal Datasus, Finbra e TCM-GO

Também pode-se observar, como no resultado anterior, as três MRGs com maior índice de insumo apenas uma figura entre as 5 melhores classificadas (Iporá, IQGP-Saúde 2,286, 5ª colocada). As outras, MRG Quirinópolis e Chapada dos Veadeiros figuraram apenas a 13º e 17º posição na classificação geral.

Conforme ilustra o gráfico 5, as microrregiões que estão acima da bissetriz possuem IQGP maior que 1, sendo este o caso das MRG's Entorno de Brasília, Catalão, Anápolis, Ceres, Meia Ponte, Iporá, Vão do Paranã e Pires do Rio. De acordo com o referencial apresentado, isso significa que essas MRGs têm um melhor gasto público, pois, para cada unidade de insumo despendida, a quantidade de resultados, quantificado pelo Índice de Bem-Estar é maior que um.

As MRGs abaixo da linha bissetriz e que possuem um IQGP-Saúde menor que 1 são: Porangatu, Sudoeste de Goiás, São Miguel do Araguaia, Rio Vermelho, Aragarças, Vale do Rio dos Bois, Chapada dos Veadeiros e Quirinópolis. Portanto, para essas microrregiões o retorno em níveis de Bem-Estar, é inferior ao Índice de Insumo.

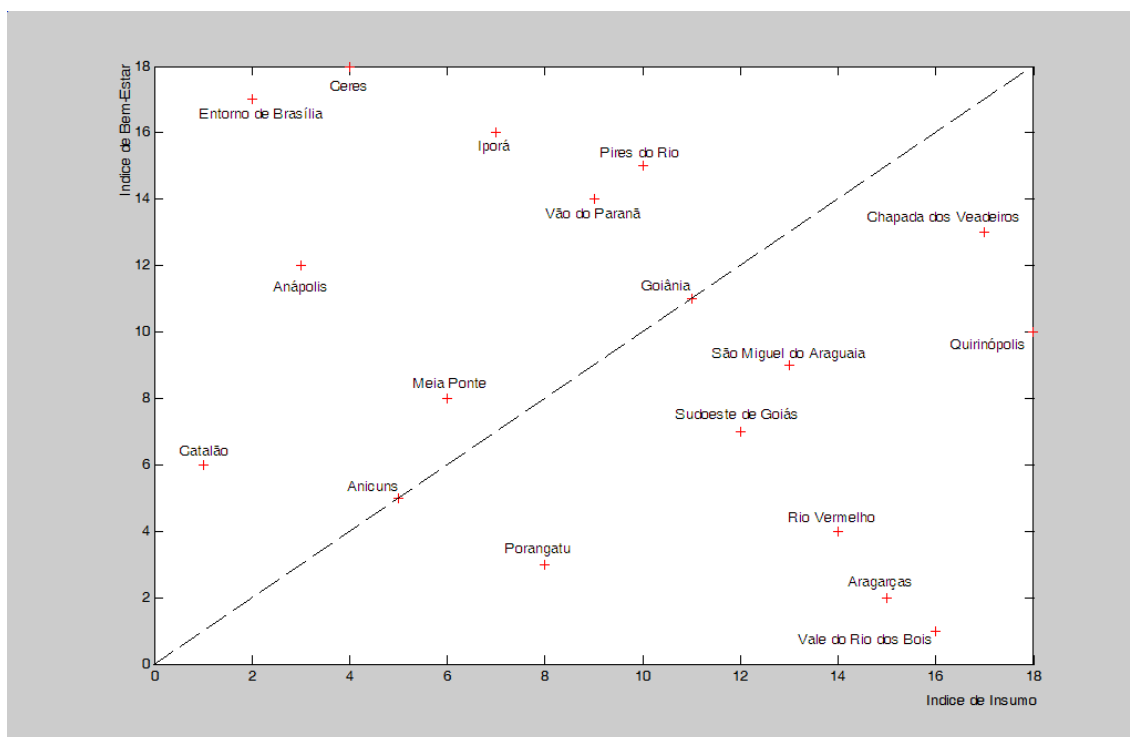
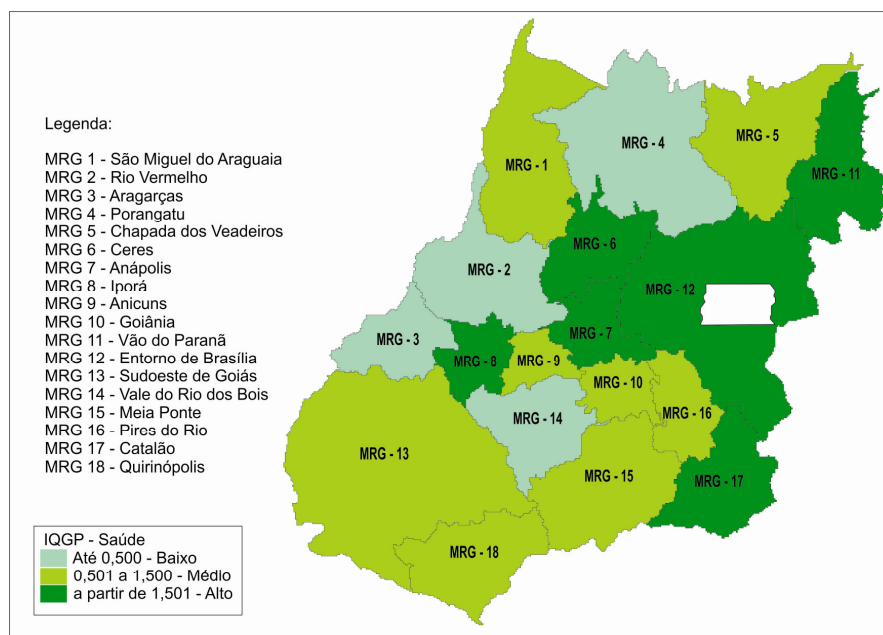


Gráfico 5: Índice de Qualidade do Gasto Público em Saúde considerando a média das despesas totais de 2004 a 2008 com os indicadores sociais em 2009

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados do Portal Datasus, Finbra e TCM-GO

O Mapa 7 apresenta as MRG de Goiás com os níveis de IQGP classificados em baixo, médio e alto.



Mapa 7: Índice de Qualidade do Gasto Público para Função Saúde considerando a média das despesas totais de 2004 a 2008 com os indicadores sociais em 2009

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados do Portal Datasus, Finbra e TCM-GO

4.3 Análise comparativa dos resultados da Educação

O gráfico 6, apresenta os resultados das duas simulações para a educação. Pode-se verificar que houve alterações nas primeiras posições no IQGP-Educação. Na simulação considerando os gastos e indicadores sociais em 2009 as microrregiões mais bem classificadas foram as MRG's Iporá (IQGP 16,000), Goiânia e Ceres (4,500), Meia Ponte (2,000), Anápolis (1,889) e Anicuns (1,500). Por outro lado, quando considerada a média das despesas em educação entre os anos de 2004 a 2008, observa-se alteração nas primeiras colocações. Por exemplo, a MRG Goiânia apresentou a mesma colocação de Ceres com IQGP-Educação 4,500 na pesquisa original. Na simulação considerando os gastos de 2004 a 2008, a microrregião de Goiânia passou a ocupar sétima posição com um IQGP-Educação 1,500. Observa-se que a MRG Iporá, manteve-se como primeira classificada na hierarquização das microrregiões tanto na simulação de 2009 quanto considerando a média dos gastos de 2004 a 2008.

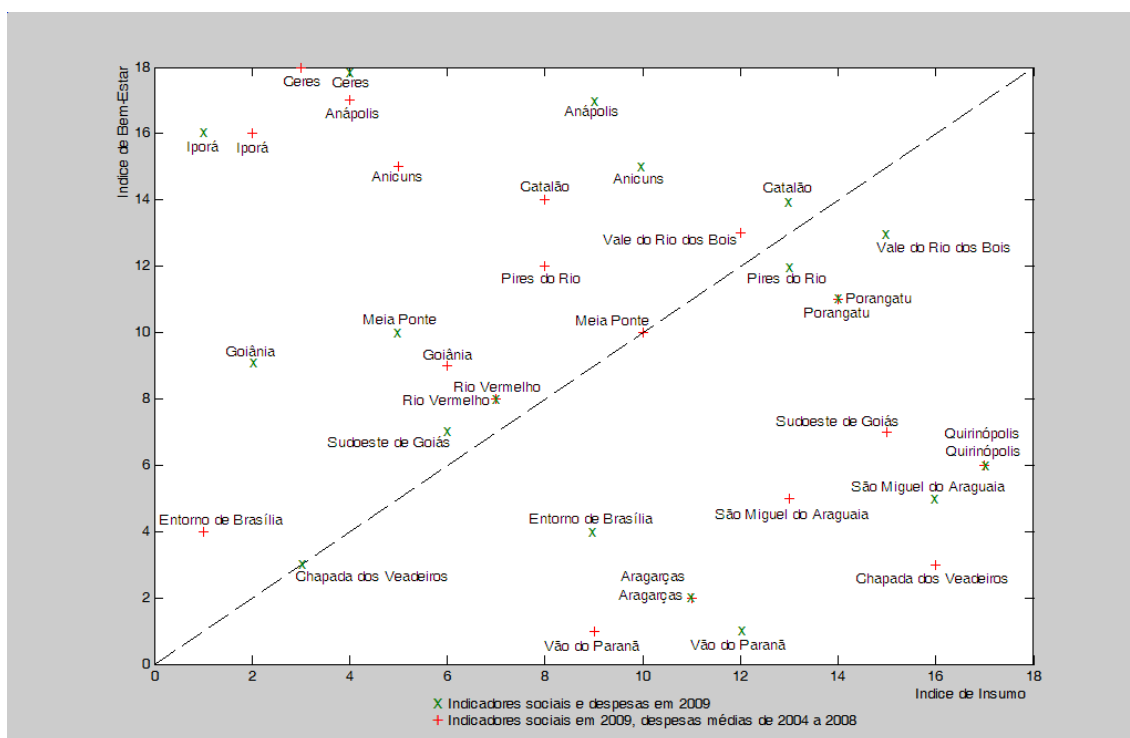


Gráfico 6: IQGP-Educação, indicadores sociais e despesas em 2009, e indicadores sociais em 2009 e despesas médias de 2004 a 2008.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados do Portal IDEB, Finbra e TCM-GO

Nas últimas classificações no IQGP-Educação também cabe algumas observações. Primeiramente, a MRG Entorno de Brasília que figurava na décima terceira colocação com IQGP-Educação 0,444 quando considerado o ano de 2009. Considerando a média das despesas de 2004 a 2008, essa microrregião passou a ser a quarta colocada com IQGP-Educação 4,000. Outras modificações em termos de classificação podem ser observadas quando se comparam as duas simulações: A MRG Vão do Paranã permanece na última posição, com um IQGP-Educação um pouco melhor, 0,111. A MRG Aragarças permanece na décima sexta colocação com IQGP-Educação inalterado (0,182). A MRG São Miguel do Araguaia subiu da décima quinta colocação para décima terceira com IQGP-Educação 0,385. A MRG Quirinópolis permanece na décima quarta colocação com IQGP-Educação também inalterado (0,353) e a MRG Chapada dos Veadeiros que anteriormente apresentava-se na nona colocação com IQGP-Educação 1,000 agora figura na décima quinta colocação com 0,188.

Após essa análise comparativa, pode-se concluir que de modo geral, os resultados das duas simulações reforçam as conclusões do trabalho original de Brunet, Bertê e Borges (2007), uma vez que as microrregiões, tanto na análise de 2009, quanto

na simulação que leva em consideração o período de 2004 a 2008 se observa que a elevação das despesas em educação nas microrregiões do Estado de Goiás nas duas simulações levou a resultados obtidos em termos das variáveis analisadas não proporcionais ao aumento das despesas. Ou seja, um maior gasto não garante melhor posicionamento de uma microrregião em relação às demais.

4.4 Análise comparativa dos resultados da Saúde

Conforme ilustrado no gráfico 7 a MRG Entorno de Brasília permanece na primeira colocação na classificação geral das microrregiões na simulação que considera o período 2004-2008. A MRG Vão do Paranã que era a segunda classificada na hierarquia das microrregiões utilizando o método do IQGP-Saúde caiu para sexta colocação com IQGP-Saúde 1,556, índice quase três vezes menor que o anterior. As microrregiões de Catalão e Pires do Rio estavam empatadas na terceira colocação com IQGP-Saúde 3,000, quando se considerou apenas o ano de 2009. No entanto, no resultado da simulação considerando o período 2004-2008, a MRG Catalão subiu para a segunda colocação com IQGP-Saúde duas vezes maior. Enquanto a MRG Pires do Rio caiu para sétima colocação com IQGP-Saúde 1,500, a MRG Ceres que figura na quarta posição com IQGP-Saúde 1,500 agora subiu para terceira posição com IQGP-Saúde 4,500. A MRG Anápolis que anteriormente estava classificada na sétima colocação subiu para quarta posição, agora com IQGP-Saúde de 4,000. A MRG Iporá permanece em quinta colocação, melhorando seu IQGP-Saúde de 1,143 para 2,286.

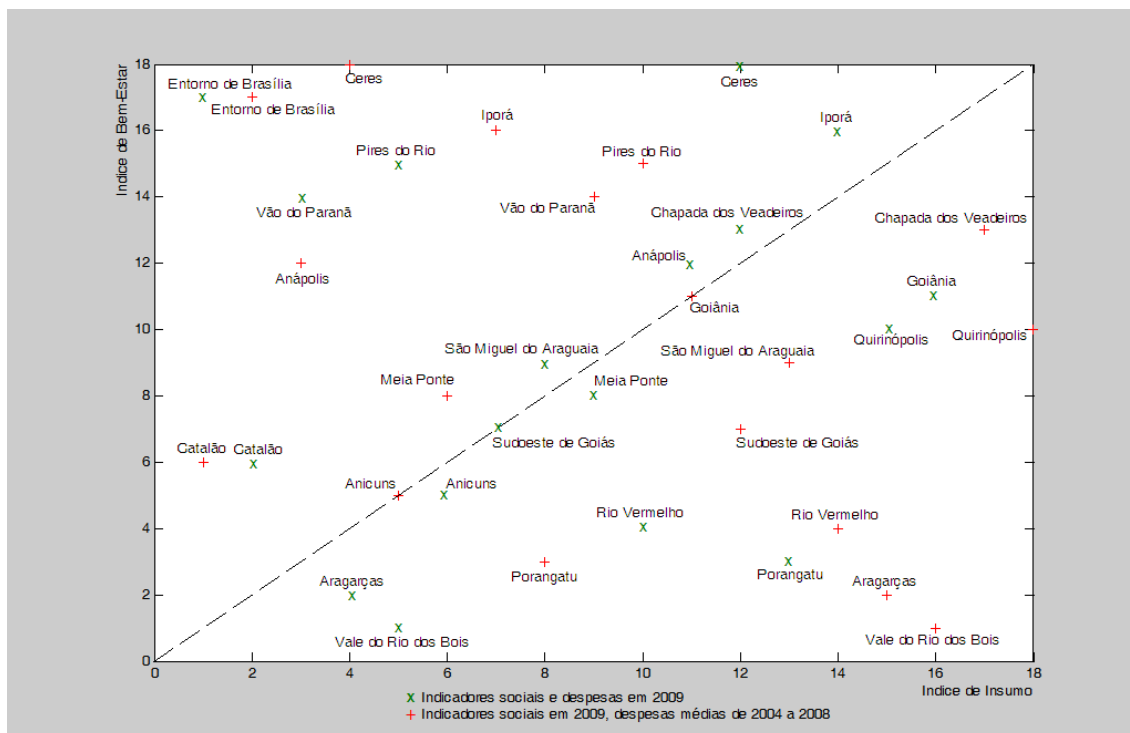


Gráfico 7: IQGP-Saúde, indicadores sociais e despesas em 2009, e indicadores sociais em 2009 e despesas médias de 2004 a 2008.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados do Portal Datasus, Finbra e TCM-GO

No outro extremo dos resultados do IQGP-Saúde pode-se verificar que a MRG Vale do Rio dos Bois ainda continua com o pior índice, na décima sétima colocação, com queda no índice de 0,200 para 0,063, a MRG Porangatu que antes tinha o segundo pior IQGP (0,231), subiu duas posições na classificação geral, agora com IQGP-Saúde 0,375, a MRG Rio Vermelho permanece na décima quinta colocação, porém, com IQGP-Saúde menor, 0,286, índice quase uma vez e meia menor que o resultado anterior, a MRG Aragarças que era a décima quarta colocada na hierarquia das microrregiões, subiu para a oitava posição, agora com IQGP-Saúde 0,133, a MRG Quirinópolis ainda continua com o quinto pior IQGP-Saúde nas MRG's do Estado de Goiás, com IQGP-Saúde 0,556.

Os resultados comparativos da saúde demonstram a realidade da qualidade do gasto público nessa área nas microrregiões do Estado de Goiás em 2009 e no período de 2004 a 2008, sendo que da mesma forma da função educação, observou-se um resultado semelhante aos resultados apresentados por Brunet, Bertê e Borges (2007), onde a elevação da despesa em saúde no presente trabalho nas microrregiões do Estado de Goiás tende a tornar as microrregiões com menor qualidade do gasto público, ou seja, os resultados obtidos em termos das variáveis analisadas não é proporcional ao aumento

da despesa, ou seu gasto elevado não a garante melhor posicionamento em relação às demais.

4.5 Análise conjunta da Educação e da Saúde

Mediante os resultados da pesquisa, fica demonstrado que há grandes diferenças em relação à classificação das microrregiões, tanto em relação aos dois momentos da pesquisa na mesma função orçamentária, quando comparado com outra função. Desse modo, o gráfico 8 apresenta os resultados de todas as microrregiões do Estado de Goiás comparando-se os IQGP-Educação e IQGP-Saúde, considerando os indicadores sociais e gastos em 2009, onde fica claro que as microrregiões são dispersas entre si e em relação às funções orçamentárias da educação e saúde. A MRG Iporá, que obteve um melhor posicionamento no IQGP-Educação, quando comparado ao IQGP-Saúde a mesma se posiciona na quinta classificação, observa-se que tanto no IQGP Educação e IQGP-Saúde, a MRG Iporá obteve a mesma pontuação no Índice de Bem-Estar, no entanto, houve mais dispêndios no IQGP-Saúde em relação ao IQGP-Educação para que se alcançasse a mesmo Índice de Bem-Estar.

Na observância ainda do gráfico 8, infere-se uma grande diferença da MRG Entorno de Brasília quando comparados aos IQGP's Educação e Saúde. No primeiro a mesma obteve a nona colocação, estando abaixo da linha bissetriz, enquanto na segunda figura em primeira colocação, com a segunda melhor pontuação em Índice de Bem-Estar (17) com o melhor Índice de Insumo em relação às demais.

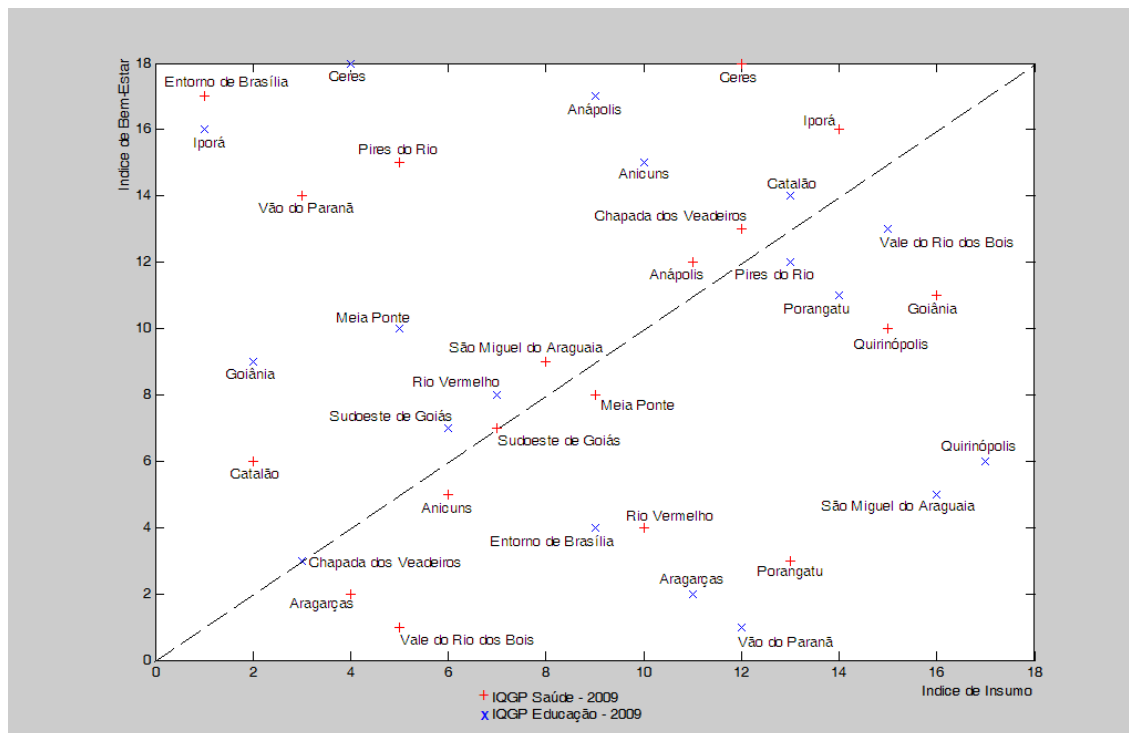


Gráfico 8: IQGP-Educação e IQGP-Saúde, indicadores sociais e despesas em 2009

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados do Portal Datasus e IDEB, Finbra e TCM-GO

A MRG Ceres obteve nos dois IQGP's a melhor pontuação em níveis de Bem-Estar (18) com Índice de Insumo com pontuação para Educação (4) e para Saúde (12), garantindo a segunda classificação na função Educação e 3º na Saúde.

Observa-se também que a MRG Goiânia na função Educação conseguiu uma pontuação no Índice de Bem-Estar de 9, enquanto a pontuação no Índice de Insumo foi de 2, resultando um IQGP 4,500, empatada com Ceres na classificação geral, entretanto, na função Saúde a mesma fica abaixo da linha bissetriz, resultando dessa forma um IQGP menor que 1, mostrando uma grande dispersão nos resultados dessa microrregião em relação as funções analisadas.

Quando analisados o IQGP-Educação a MRG Vão do Paranã figura a pior classificação geral, com IQGP 0,083, no entanto na função Saúde a mesma figura na segunda colocação geral, conforme visualiza-se no gráfico 8, demonstrando no primeiro índice que ela esta posicionada com um baixo Índice de Bem-Estar com um elevado Índice de Insumo, ficando bem abaixo da linha da bissetriz que representa IQGP 1,000.

A MRG Sudoeste de Goiás obtém a mesma pontuação em níveis de Bem-Estar (7), porém perde uma posição na função saúde, fazendo com que no IQGP-Saúde figure em cima da linha da bissetriz, representando IQGP 1,000. A MRG Vale do Rio dos Bois, na função Saúde tinha obtido a pior pontuação no Índice de Bem-Estar, no

entanto, conseguiu a quinta melhor pontuação no Índice de Insumo, dessa forma, figurando apenas a última posição geral, no IQGP-Educação consegui a sexta melhor pontuação em níveis de Bem-Estar, mas, com a terceira pior pontuação no Índice de Insumo, classificando-a apenas na décima primeira colocada na classificação geral.

A microrregião de Aragarças nas duas funções analisadas está figurada abaixo da linha da bissetriz, representando dessa forma um IQGP menor que um, o mesmo ocorre com a MRG's Quirinópolis, Vale do Rio dos Bois e Porangatu.

As microrregiões que nas duas funções estão acima da linha da bissetriz, representam um IQGP maior que um, são os casos das MRG's Ceres, Catalão, Iporá e Anápolis.

Quando observados as MRG's acima da linha da bissetriz na função Educação confrontada com os resultados da Saúde que estão abaixo da linha, ou seja, na função Educação tinha um IQGP maior que um e na função Saúde IQGP menor um, são: Goiânia, Meia Ponte, Anicuns e Rio Vermelho, a MRG Sudoeste de Goiás figurava acima da linha na função Educação e na função Saúde apresenta-se em cima da linha da bissetriz (IQGP-Saúde 1,000)

Observando-se as MRG's acima da linha da bissetriz na função Saúde confrontada com os resultados da Educação que estão abaixo da linha, ou seja, na função Saúde tinha um IQGP maior que um e na função Educação IQGP menor um, são: Entorno de Brasília, Pires do Rio, Vão do Paranã, São Miguel do Araguaia, a MRG Chapada dos Veadeiros figurava acima da linha na função Saúde e na função Educação apresenta-se em cima da linha da bissetriz (IQGP-Educação 1,000).

Fazendo-se uma análise dos resultados do IQGP em Educação e Saúde, considerando a média das despesas totais despendidas em cada área nos anos de 2004 a 2008, e com os indicadores sociais em 2009, tem-se o gráfico 9, que assim como nos casos anteriores mostra uma grande dispersão entre si.

Portanto, considerando essa fase da pesquisa é possível verificar que a MRG Entorno de Brasília na função Saúde obteve o melhor IQGP-Saúde (8,500), no entanto, quando analisada na função Educação apresenta-se na quarta posição, caso semelhante ocorre com a MRG Iporá, que nas duas funções selecionadas permanece com a mesma pontuação de Índice de Bem-Estar (16), entretanto, na função saúde fez mais dispêndios para alcançar a mesma pontuação, daí sua saída da primeira para quinta colocada na classificação geral. A MRG Goiânia, teve um IQGP-Educação 1,500, figurando acima

da linha da bissetriz, entretanto, figura em cima da linha da bissetriz na função Saúde, com IQGP-Saúde 1,000. A MRG Vale do Rio dos Bois que tem classificação na nona posição no IQGP-Educação, acima da linha da bissetriz, figura agora, na última posição com índice 0,063.

A MRG Chapada dos Veadeiros conseguiu uma melhor classificação em níveis de bem-estar na função Saúde comparado com a função Educação, no entanto, continuou abaixo da linha da bissetriz com IQGP nas duas funções abaixo de um, o mesmo ocorre com as MRG's Quirinópolis e São Miguel do Araguaia.

A MRG Ceres apresenta a melhor pontuação nas duas funções selecionadas, no entanto, com gastos em Educação acima das MRG's Entorno de Brasília e Iporá, e na função Saúde das MRG's Catalão, Entorno de Brasília, e Anápolis, obteve-se um IQGP-Educação 6,000 (segunda melhor classificação) e IQGP-Saúde 4,500 (terceira melhor classificação). Nas funções Educação e Saúde a MRG de Aragarças obteve a mesma pontuação (2), no entanto, com baixa pontuação no Índice de Insumo, se apresenta em 16º colocação em Educação e 8º em Saúde.

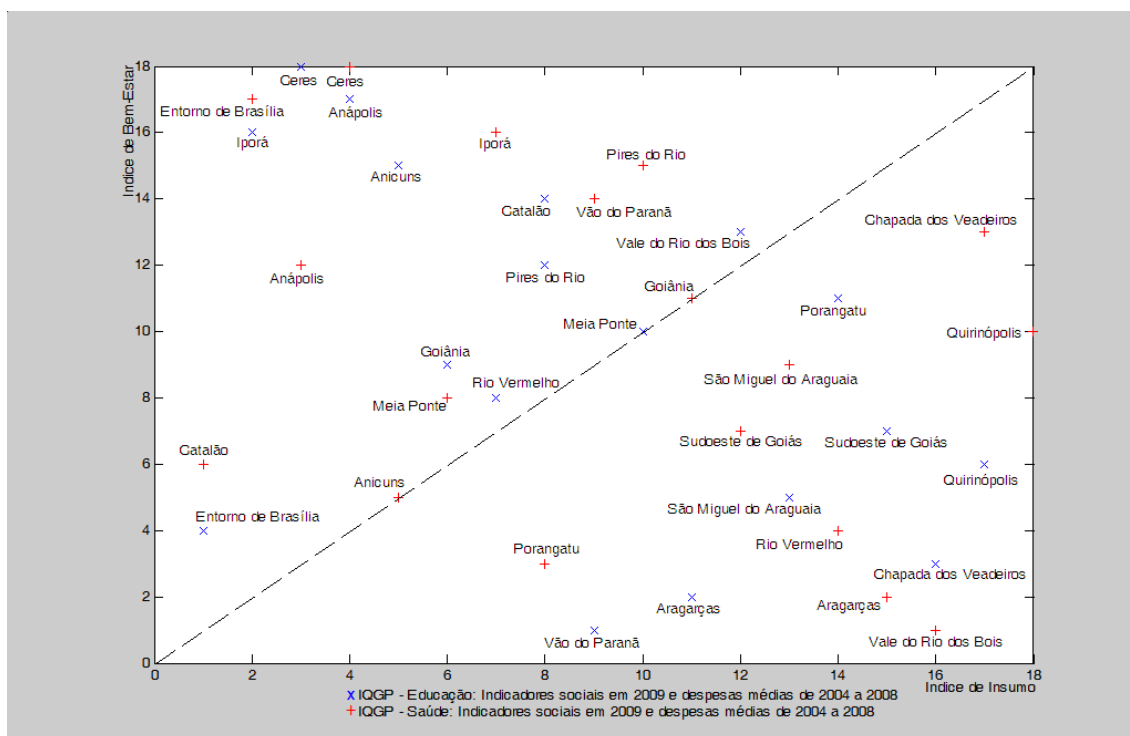


Gráfico 9: IQGP-Educação e IQGP-Saúde, indicadores sociais em 2009 e despesas médias de 2004 a 2008.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados do Portal Datasus e IDEB, Finbra e TCM-GO

A MRG Vão do Paranã obteve a pior classificação na função Educação, com IQGP-Educação 0,111, na função Saúde sobe na classificação para 6º posição, enquanto

a MRG Vale do Rio dos Bois obteve a pior classificação em Saúde com IQGP-Saúde 0,063, na função Educação sobe para 9º na classificação geral.

A microrregião de Aragarças nas duas funções analisadas está figurada abaixo da linha da bissetriz, representando dessa forma um IQGP menor que um, o mesmo ocorre com a MRG's Quirinópolis, Sudoeste de Goiás, São Miguel do Araguaia, Porangatu, Chapada dos Veadeiros

As microrregiões que nas duas funções estão acima da linha da bissetriz, representam um IQGP maior que um, são os casos das MRG's Ceres, Iporá, Catalão, Anápolis, Pires do Rio e Entorno de Brasília.

Quando observados as MRG's acima da linha da bissetriz na função Educação confrontada com os resultados da Saúde que estão abaixo da linha, ou seja, na função Educação tinha um IQGP maior que um e na função Saúde IQGP menor um, são: Vale do Rio dos Bois e Rio Vermelho, as MRG's Goiânia e Anicuns figurava acima da linha na função Educação e na função Saúde apresenta-se em cima da linha da bissetriz (IQGP-Saúde 1,000)

A MRG Vão do Paranã esta acima da linha da bissetriz na função Saúde enquanto na função Educação está abaixo da linha, ou seja, na função Saúde tinha um IQGP maior que um e na função Educação IQGP menor um, a MRG Meia Ponte figurava acima da linha na função Saúde e na função Educação apresenta-se em cima da linha da bissetriz (IQGP-Educação 1,000).

Enfim, de modo geral, pode-se verificar no gráfico 10 todos os resultados do IQGP-Educação e IQGP-Saúde considerando os indicadores sociais e gastos 2009 quanto os indicadores no mesmo ano com despesas médias entre 2004 a 2008, o que se pode reafirmar que as MRG's do Estado de Goiás são dispersas entre si quando comparado os IQGP's nas funções Educação e Saúde.

Apresenta-se a MRG Ceres em todas as simulações feitas, a melhor pontuação em níveis de bem-estar, no entanto, o que não a garantiu em primeiro em todas, foram os dispêndios mais altos comparados com as demais microrregiões, entretanto, sempre apresenta-se nas quatro primeiras classificações gerais, a MRG de Iporá, em todas as pesquisas apresentou-se sempre com pontuação 16 em níveis de bem estar, garantindo-lhe a primeira posição no IQGP-Educação nas duas pesquisas realizadas, e a quinta posição nas duas pesquisas realizadas na função Saúde.

A MRG Anápolis, sempre figura acima da linha da bissetriz, apresentando-se sempre entre as sete melhores classificações gerais das microrregiões do Estado de Goiás, a MRG Entorno de Brasília na função Saúde sempre está em primeira classificação geral, no entanto, na função Educação considerando os indicadores sociais e os gastos em 2009 fica abaixo da linha da bissetriz, com IQGP-Educação 0,444, décima terceira classificação geral, no entanto, quando se considera as despesas médias entre 2004 a 2008 e os indicadores em 2009, apresenta-se na quarta colocação geral com IQGP-Educação 4,000.

A MRG Vão do Paranã, nas duas pesquisas para Saúde sempre figurou acima da bissetriz, enquanto na função Educação sempre apresentou-se abaixo da bissetriz com IQGP menor que um, sempre com o pior classificação geral nessa última função.

As MRG's Aragarças, Porangatu e Quirinópolis nas duas pesquisas para Educação sempre obteve a mesma pontuação, estando no mesmo ponto no gráfico, sempre abaixo da bissetriz, apresentando dessa forma IQGP menor que 1.

A MRG Catalão sempre que considerados as despesas médias de 2004 a 2008, com os indicadores sociais em 2009, tanto na função Educação, tanto na Saúde, os resultados foram melhores, na primeira subiu da oitava posição para sexta, enquanto na segunda subiu de terceira para segunda posição na classificação geral das microrregiões.

A MRG Goiânia obteve um melhor resultado em Educação quando observado apenas os indicadores sociais e gastos em 2009 (2ª posição), enquanto quando se observa os indicadores no mesmo ano, com a média dos gastos efetuados entre 2004 a 2008 apresenta-se na 7ª posição, caso inverso acontece na função Saúde, quando observados os indicadores e gastos em 2009 figura-se na décima segunda colocação geral, quando se observa as despesas médias de 2004 a 2008, essa classificação sobe para nona colocação.

A MRG Sudoeste de Goiás sempre apresenta-se pior classificada quando compara os indicadores sociais e gastos em 2009 com os indicadores nesse mesmo ano com as despesas médias de 2004 a 2008, na função Educação cai da sexta para décima segunda posição, enquanto na função Saúde cai da nona para a décima segunda posição, cabe ressaltar que essa microrregião apresenta o mesmo nível de Bem-Estar para todas as funções de todos os anos pesquisados.

Em cima da linha bissetriz onde o IQGP-Educação é igual a um, verifica-se as MRG's Chapada dos Veadeiros e Meia Ponte e no IQGP-Saúde Anicuns, Sudoeste de Goiás e Goiânia.

As únicas MRG's que sempre estão acima da linha da bissetriz com IQGP-Educação e Saúde que tem índice maior que um em todos os momentos da pesquisa são: Ceres, Iporá, Catalão e Anápolis e as únicas que estão abaixo da linha da bissetriz com IQGP menor que um em todos os momentos da pesquisa são: Quirinópolis, e Porangatu as demais, em algum momento figura, ou em cima da linha ou acima dela.

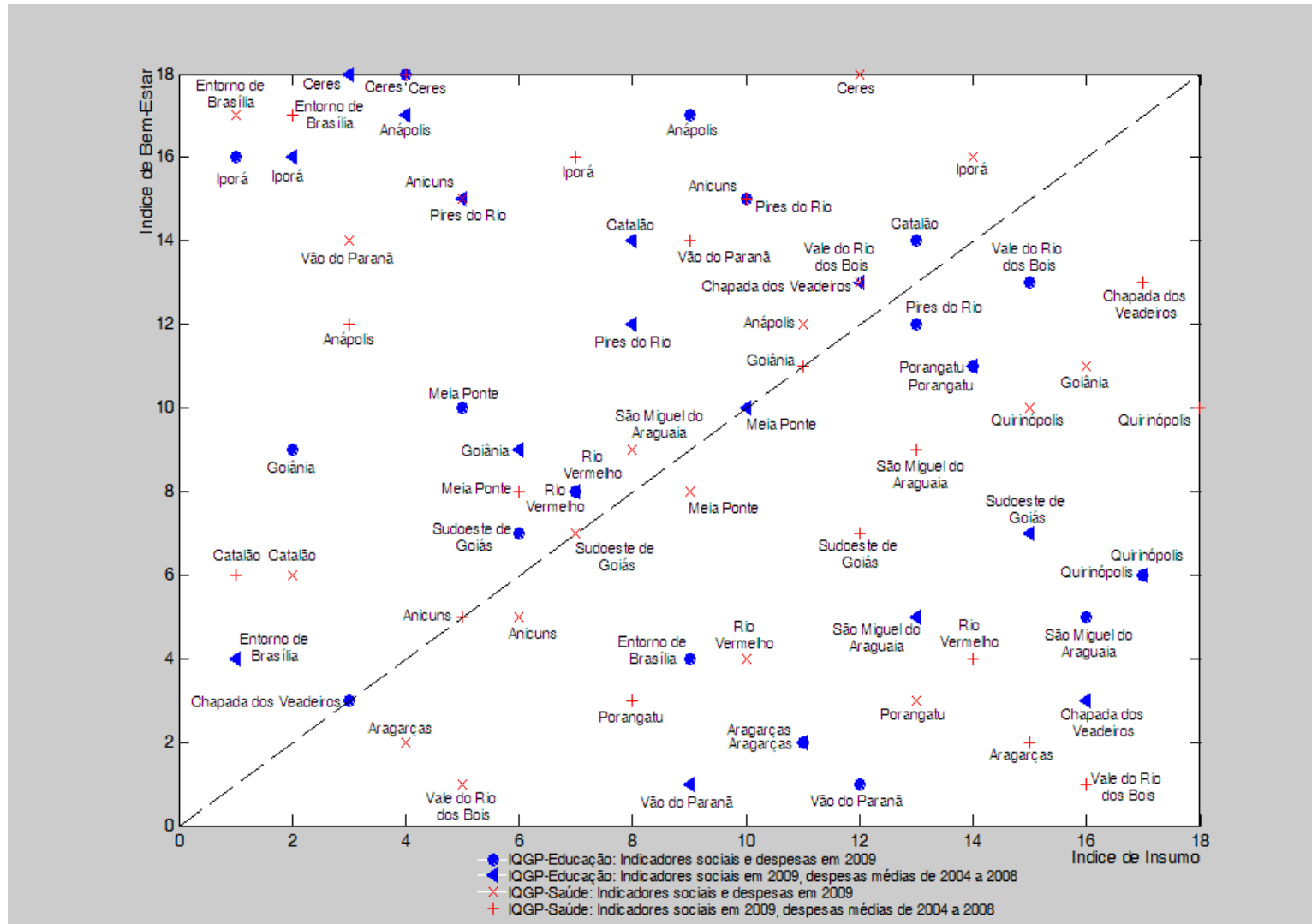


Gráfico 10: IQGP-Educação e IQGP-Saúde, com indicadores e despesas em 2009 e indicadores em 2009 e despesas médias de 2004 a 2008
 Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados do Portal Datasus e IDEB, Finbra e TCM-GO

4.6 Discussões gerais dos resultados

A partir do problema de pesquisa foi possível, então, hierarquizar as microrregiões de Goiás, demonstrando através do IQGP qual foi a qualidade do gasto público em Goiás nas áreas da educação e saúde, mesmo considerando as limitações do método, foi possível demonstrar qual a realidade do gasto público nas dezoito microrregiões do Estado de Goiás em 2009, observando que essas microrregiões estão dispersas entre si e que não há predominância de microrregiões com melhor classificação em uma função orçamentária com outra, ou seja, as melhores classificadas na função educação, não foi necessariamente em saúde e vice e versa.

Também para efeitos comparativos analisaram-se as microrregiões do Estado de Goiás considerando os gastos médios de 2004 a 2008 com o objetivo de ao menos diminuir a limitação do IQGP, onde o mesmo não constitui um histórico das microrregiões, uma vez que os resultados das variáveis utilizadas (que no método de cálculo apresentam-se como os retornos em níveis de Bem-Estar) poderiam ter sido justificados pelos investimentos anteriores ao ano que as mesmas foram quantificadas, no entanto, conforme apresentação dos resultados infere-se que as microrregiões do Estado de Goiás mesmo com essas comparações continuam sendo muito dispersas entre si, porém com algumas diferenças entre as microrregiões na classificação geral.

Além das dispersões entre as microrregiões de Goiás, há o fato que as melhores classificadas em uma função orçamentária não foram necessariamente em outra, onde na função Educação, as com maiores IQGP's estão ao centro do Estado próximo a MRG Goiânia, porém, quando se analisa os investimentos cinco anos antes das variáveis é possível verificar que há microrregiões próximas ao Entorno de Brasília com altos IQGP's em Educação, também na função saúde, ocorre quase o oposto, as com maiores IQGP estão próximos a MRG Entorno de Brasília, porém quando se analisa os gastos médios de 2004 a 2008 verifica-se que há microrregiões próximas a MRG Goiânia, fatos esses verificados através da visualização dos IQGP's considerados "altos" pela metodologia apresentada nos mapas 4, 5, 6 e 7.

Porém, há de se levar em consideração que as predominâncias de "altos" IQGP's mesmo na Educação quanto na Saúde, estão sempre próximos as MRG's:

Goiânia, Entorno de Brasília, Anápolis e Catalão, a MRG mais “longe” dessa outras com IQGP alto é a de Iporá.

Outro fato de discussão dos resultados das microrregiões é que os mesmos são dados pela média aritmética simples dos IQGP’s dos municípios. No entanto, a escolha de critérios para ponderação dessa média também poderia suscitar discussões, principalmente quais critérios seriam utilizados para essa ponderação, ou seja, o que seria mais importante dentro do município para ponderar esse resultado? Brunet, Bertê e Borges (2007, p. 13) já previam essa discussão afirmando que “a escolha feita é a mais simples e, também, a mais transparente: todos os indicadores têm o mesmo peso. Pode-se dizer que escolha é a mais *democrática*, embora arbitrária, mas sem deixar de ser razoável.”, desse modo, todos os itens utilizados no IQGP nessa pesquisa, tantos os indicadores sociais de resultados, os gastos efetuados, a população dos municípios etc, tem o mesmo peso.

Observa-se que o IQGP se constitui apenas de um método de avaliação da qualidade do gasto público, que considera os gastos dos municípios com relação a um conjunto de variáveis selecionadas, que por consequência, não pode ser analisado isoladamente para quaisquer julgamentos. Faria (2009) expõe que todo método possui algum tipo de limitação ou deficiência, ou seja, a verdadeira “qualidade” do gasto público exige um maior debate sobre diversos aspectos, tanto dos investimentos em longo prazo dos municípios, Estados, Distrito Federal e União, a evolução dos indicadores sociais ao longo do tempo, o combate a desperdícios de recursos públicos, qualificação do quadro de pessoal da saúde, educação, segurança pública etc, no entanto, Borges (2009) afirma que o IQGP, mesmo com suas todas as suas limitações se constitui de uma alternativa para avaliação de setores sob a responsabilidade da administração pública.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O método do Índice de Qualidade do Gasto Público (IQGP) permite avaliar de forma comparativa a qualidade do gasto público em diversas áreas de interesse da sociedade. No presente trabalho consideraram-se as funções orçamentárias da Educação e Saúde, a partir de um conjunto de variáveis selecionadas para cada uma, conforme disponibilidade dos mesmos.

A análise dos resultados obtidos através do IQGP pelo método desenvolvido, permite de forma geral, observar que as microrregiões do Estado de Goiás com menor despesa apresentam melhor desempenho em termos de qualidade do gasto público.

De modo geral, percebeu-se que a tendência é de que a elevação das despesas não resulta necessariamente em melhores níveis de Bem-Estar, ocasionado principalmente pelo fato que a elevação dessas despesas comparativamente com as demais microrregiões não acarreta retorno proporcional em termos de qualidade do gasto, que Brunet, Bertê e Borges (2008, p. 31) afirmam que nesses casos pode-se chamar de deseconomia de escala nas funções selecionadas para a pesquisa.

A análise comparativa entre as duas situações simuladas, ou seja, considerando-se o gasto em 2009 e a média de 2004 a 2008 das funções Educação e Saúde das microrregiões de Goiás levou, de modo geral, a modificações pouco expressivas. Pode-se concluir que mudanças relevantes em termos de qualidade do gasto não foram verificadas. Portanto, a simples elevação das despesas nem sempre garante melhora proporcional em níveis de Bem-Estar, confirmando os resultados obtidos por Brunet, Bertê e Borges (2008).

Podem ser levantadas várias hipóteses para se explicar os resultados obtidos nas duas simulações. Primeiramente ressalta-se que as microrregiões mais bem classificadas e que obtêm um melhor retorno em níveis de Bem-Estar através dos indicadores sociais de resultado com um menor gasto comparativamente com as demais microrregiões, estão mais próximas aos centros administrativos do Estado de Goiás e da União, portanto, próximos a capital goiana e a capital federal. À medida que se afasta desse centro, pode-se concluir que, por algum motivo, as virtudes do “gastar bem” e da eficiência quanto ao gerir a administração pública vão se desfazendo. Por outro lado, também pode ser justificado em função das políticas públicas específicas implantadas

nessas áreas de atuação do governo municipais ou por investimentos do Estado ou União, dado que na presente metodologia, só se leva em consideração os gastos efetuados pelos municípios. Este fato pode ser considerado outra limitação do índice.

Outra possibilidade seria a própria escolha das variáveis. Dada a disponibilidade de dados dos portais públicos de estatísticas e pesquisas não foi possível levar em conta todas as variáveis possíveis da educação e saúde, podendo-se dessa forma ter prejuízos quanto aos níveis de Bem-Estar. Assim, se pudessem ser consideradas todas as variáveis existentes nas funções selecionadas os resultados poderiam ser diferentes, o que não pôde ser verificado face à indisponibilidade de todas elas. Outro fato relevante para os resultados da pesquisa são a exclusão de alguns municípios dos quais não se possuíam dados completos para o cálculo do IQGP, o que foi devidamente explicado na metodologia no capítulo 3. Desse modo, podem ter sido excluídos municípios com altos índices de Bem-Estar com Índice de Insumo baixo. No entanto, pela indisponibilidade dos dados não foi possível constatar se esses municípios fariam ou não diferença no resultado final da microrregião.

Deve-se ressaltar que os próprios autores Brunet, Bertê e Borges (2008, p. 31) afirmam que o resultado obtido através do IQGP pode ser influenciado por algumas limitações do próprio método. Faria (2009) reforça esse ponto, lembrando que na obtenção do indicador de qualidade do gasto têm-se algumas limitações relevantes, principalmente que o mesmo não avalia todo o conjunto de variáveis das funções selecionadas para a pesquisa, e sim apenas algumas disponíveis para cada caso.

Como bem observa Borges (2009), vivencia-se um novo tempo da administração pública brasileira, onde os resultados da implementação de certa política pública são quantificados através dos indicadores sociais de resultado. O amadurecimento da democracia no país tem levado a própria sociedade a ter acesso aos dados. Mesmo não se conseguindo evitar a ineficiência do gasto em certos casos ou o desperdício dos recursos públicos em algumas situações, a transparência das informações certamente contribui para o aperfeiçoamento do gasto público, de modo a que possa prevalecer cada vez mais o interesse coletivo e não o privado.

Como sugestão para trabalhos futuros pode-se mencionar:

1 – fazer uma análise utilizando os mesmos indicadores socioeconômicos de resultados posteriores ao presente trabalho objetivando acompanhar a evolução ou retrocesso das

microrregiões de Goiás quanto à qualidade do gasto público municipal em educação e saúde utilizando o método do IQGP.

2 – Fazer uma análise qualitativa das políticas públicas para tentar justificar o porquê dos resultados das microrregiões se apresentarem muito dispersas entre si.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AÇÃO EDUCATIVA. Unicef, Pnud. Inep, Seb/MEC (coordenadores). **Indicadores da qualidade na educação**. São Paulo: Ação Educativa, 2007.

AMARANTE, Patrícia Araújo. MOREIRA, Ivan Targino. **A evolução dos gastos públicos por função e por grupo de despesas no período de 1980 a 2006**. UFPB-PRG. 2008. Artigo. 9p.

ARELARO, Lisete Regina Gomes. **O ensino fundamental no Brasil: avanços, perplexidades e tendências**. IN: Educ. Soc., Campinas, vol. 26, Especial – Out 2005.

ARVATE, P. R. BIDERMAN, C. Vantagens e desvantagens da intervenção do governo na economia. In: MENDES, M. (Org.). **Gasto Público Eficiente – 91 Propostas para o Desenvolvimento do Brasil**, Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.

ÁVILA, Ana Paula Oliveira. **O Princípio da Impessoalidade da Administração Pública**. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antonio. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros, 1999. p. 70

BAPTISTELLI, Patrícia Maria Fontes Borges. **Qualidade dos Gastos Públicos dos Municípios Mineiros na área da Educação**. 2009. 188 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Administração, Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, Minas Gerais, 2009.

BISCARETTI DI RUFFIA, Paolo. **Derecho Consitucional**. Trad. Verdú. Madri, 1965.

BORGES, Matheus Fachin. **Qualidade do Gasto Público Municipal: uma abordagem microrregional para o Estado do Rio Grande do Sul**. 170 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: Texto Constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n^{os} 1/92 a 56/2007 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n^{os} 1 a 6/94**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008, 88 p.

BRASIL. Lei n^o 4.320/64 de 17 de março de 1964. **Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e contrôles dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm acesso em 05/01/2011.

BRASIL. Lei nº 9.394/1996 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>, acesso em 31/10/2011.

BRASIL. Lei nº 9.784/99 de 29 de janeiro de 1999. **Regula o Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9784.htm, acesso em 03/01/2011.

BRASIL, Ministério da Saúde, Secretária Executiva. **A Saúde no Brasil: estatísticas essenciais 1990-2000.** Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

BRASIL, Ministério da Saúde. Sistema Único de Saúde. **Descentralização das ações e serviços de saúde: a ousadia de cumprir e fazer cumprir a lei.** Brasília, Ministério da Saúde, 1993, p. 48.

BRASIL. Portaria n. 931/2005, de 21 de março de 2005. Brasília, Diário Oficial da República Federativa do Brasil - DOU Nº 55, 22/3/2005, SEÇÃO 1, P. 16/17, 2005

BRUNET, Júlio Francisco Gregory, BERTÊ, A. M. de A. BORGES, C. B. **Estudo Comparativo das Despesas Públicas dos Estados Brasileiros: um Índice de Qualidade do Gasto Público.** 47 f. Porto Alegre, out. 2007.

_____, **Qualidade do Gasto Público em Educação nas Redes Públicas Estaduais e Municipais,** 37 f. Porto Alegre, 2008.

CASTRO, Rodrigo Batista. **Eficácia, Eficiência e Efetividade na Administração Pública.** 30º Encontro Encontro da ANPAD. Salvador, 2006.

CENTRO-OESTE, Secretaria do Desenvolvimento. **Plano estratégico de desenvolvimento do centro-oeste: PEDCO – 2007 – 2020.** Ministério da Integração Nacional. 2007.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos humanos na Empresa: pessoas, organizações e sistemas.** 3.ed. São Paulo: Atlas, 1994.

COHN. Amélia. ELIAS. Paulo E. **Saúde no Brasil. Políticas e organização de serviços.** 5. ed. São Paulo: Cortez, CEDEC, 2003.

COVA. Carlos José Guimarães. **A qualidade do Gasto Público.** Portal Qualidade: Gazeta Mercantil, 2004.

DI PIETRO, Matria Sylvia Zanella. **Direito administrativo.** 10. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

FARIA. Daniela de Melo. **Gestão fiscal e qualidade de vida da sociedade: uma análise do desempenho dos estados brasileiros.** 2009. 70 f. Dissertação (Mestrado) –

Fundação Getúlio Vargas, Curso de Mestrado Acadêmico em Administração Pública, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

FERREIRA, Aline Marques. **A importância dos indicadores sociais na avaliação e monitoramento de cooperativas populares: a experiência do sistema de indicadores da incubadora tecnológica de cooperativas populares (ITCP/COPPE/UFRJ)**. 103 f. Monografia – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

FERNANDEZ, Antoni. Las políticas públicas. In: BADIA, Miquel C. (ed.) **Manual de ciência política**. 3. ed. Madrid: Tecnos, 2006.

FURTADO, Celso. **Pequena Introdução ao Desenvolvimento – Enfoque Interdisciplinar**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

GIAMBIAGI, F. ALÉM, A. C. **Finanças Públicas – Teoria e Prática no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUERZONI FILHO, Gilberto. Política de pessoal em um ambiente de economia estável. In: MENDES, M. (Org.). **Gasto Público Eficiente – 91 Propostas para o Desenvolvimento do Brasil**, Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.

HAURIOU, Maurice. **Précis Élémentaires de Droit Administratif**. Paris, 1926.

HUMENHUK, Hesterston. **O direito à saúde no Brasil e a teoria dos direitos fundamentais**. Jus Navigandi, Teresina, ano 8, n. 227, 20 fev. 2004. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4839>>. Acesso em: 01 set. 2011.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Sociais no Brasil – Conceitos, Fontes de Dados e Aplicações**. 4. ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009. 141p.

JELLINEK, Walter. **Direito Administrativo**. 1931.

KHAIR, A. AFONSO, J. R. OLIVEIRA, W. Lei de Responsabilidade Fiscal: os avanços e aperfeiçoamentos necessários. In: MENDES, M. (Org.). **Gasto Público Eficiente – 91 Propostas para o Desenvolvimento do Brasil**, Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.

LIMA, Edilberto Carlos Pontes Lima. IN: **Responsabilidade na Gestão Pública – os desafios dos municípios**, Série avaliação de políticas públicas, Brasília, Câmara dos Deputados, 2008. (Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica).

MATIAS-PEREIRA, José. **Finanças Públicas – A Política Orçamentária no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 35 ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

MENDES, M. Despesas dos poderes autônomos: Legislativo, Judiciário e Ministério Público. In: MENDES, M. (Org.). **Gasto Público Eficiente – 91 Propostas para o Desenvolvimento do Brasil**, Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.

MENDES, Marcos. **Gasto Público Eficiente. Propostas para o Desenvolvimento do Brasil**. São Paulo: Instituto Braudel, 2006.

MENDONÇA, Alzino Furtado de. ROCHA, Cláudia Regina Ribeiro. NUNES, Heliane Prudente. **Trabalhos Acadêmicos – planejamento, execução e avaliação**. Goiânia: Faculdades Alves Faria, 2008.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política nacional de plantas medicinais e fitoterápicos**. Brasília, 2006.

MOLON, Ana Paula. **Análise da Qualidade dos Gastos Públicos, nos municípios da Aglomeração Urbana do Nordeste, no ano 2008**. 62 f. (Monografia) – Prêmio Esaf, Monografias em Educação Fiscal e Financeira, 2008.

MORAES, Alexandre de. **Reforma Administrativa: Emenda Constitucional nº 19/98**. 3. ed., São Paulo : Atlas, 1999.

MUÑOZ-REPISO, José M. (coord.) **La calidad Del gobierno**: evaluación económica de las políticas públicas. Madrid: Delta, 2006.

NASCIMENTO, Leonardo do, CHERMAN, Bernardo. **Contabilidade Pública**. Rio de Janeiro: Ferreira, 2007.

PAULUS JÚNIOR. Aylton. CORDONI JÚNIOR, Luiz. **Políticas Públicas de Saúde no Brasil**. Revista Espaço para a Saúde, Londrina, v. 8. n. 1, p. 13-19, dez. 2006.

PERES, Pedro Pereira dos Santos. **O direito à educação e o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana**. Jus Navigandi, Teresina, ano 9, n. 417, 28 ago. 2004. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/5633>>. Acesso em: 31 ago. 2011.

PESSOA, Hugo Costa. **O desempenho dos alunos do ensino fundamental dos municípios de Rondônia: uma abordagem a partir dos sistemas de avaliações interna e externa**. 2006. 17 f. (Artigo), 2006.

RANIERI, Nina. **Autonomia Universitária**. São Paulo: Edusp, 1994.

REZENDE, Fernando A. **Finanças Públicas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

RIANI, Flávio. **Economia do Setor Público: uma abordagem introdutória**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SANTAGADA, Salvatore. **Indicadores Sociais: uma primeira abordagem social e histórica.** Pensamento Plural | Pelotas [01]: 113 - 142, julho/dezembro 2007.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo,** São Paulo: Malheiros, 2000.

TOLENTINO, M. A. BOTELHO, E. M. EVANGELISTA, G. V. Q. **A Gestão Pública Municipal e a qualidade do gasto público com a educação: uma investigação empírica nos municípios do Norte de Minas 2002-2005.** 2009. Unimontes. Artigo. 3p.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. **Estado, democracia e administração pública no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

VIANA, Ana Luiza D'Ávila. POZ, Mario Roberto Dal. **A Reforma do Sistema de Saúde no Brasil e o Programa de Saúde da Família.** In: PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 1998. p. 11-48.

VICTORIA, Cesar G. et al. **Condições de Saúde e inovações nas políticas de saúde no Brasil: o caminho a percorrer.** Saúde no Brasil, 9 de maio de 2011, p. 90-102.

VELLOSO, R. Ajuste fiscal através da redução de despesas obrigatórias. In: MENDES, M. (Org.). **Gasto Público Eficiente – 91 Propostas para o Desenvolvimento do Brasil,** Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.

WANDER, A. E. Métodos e técnicas de análise regional. In: NEGRET, F. (Org.). **Desenvolvimento regional e gestão de empreendimentos: Conceitos, métodos, instrumentos e estratégias.** 1 ed. Goiânia-GO: Faculdades Alves Faria, 2010, p. 1-15.

WELTER, Henri. **Le Contrôle Jurisdictionnel de La Moralité Administrative.** Paris, 1929.

Sites:

PNAN – **Política Nacional de Alimentação e Nutrição** – nutricao.saude.gov.br

DATASUS – **Dados do Sistema Único de Saúde** – www.datasus.gov.br

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística** – www.ibge.gov.br

INEP – **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais** – www.inep.gov.br

PORTAL IDEB – **Portal do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica** – www.portalideb.inep.gov.br

TCM-GO – **Tribunal de Contas dos Municípios** – www.tcm.go.gov.br

FINBRA – **Finanças do Brasil** - www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – www.seade.gov.br

SEPLAN – Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás – www.seplan.go.gov.br

APÊNDICES

APÊNDICE A: Índice de Bem-Estar – Função Educação 2009

Município	Função Educação										
	Taxa de Aprovação 1ª Série	Taxa de Aprovação 2ª Série	Taxa de Aprovação 3ª Série	Taxa de Aprovação 4ª Série	Taxa de Aprovação 1ª a 4ª Série	Nota Prova Brasil Matemática	Nota Prova Brasil Português	Nota Padronizada 4ª Série	IDEB 4ª Série 2009	Indicador de Rendimento	Índice Bem Estar
	Microrregião São Miguel do Araguaia										
Crixás	86,4	90,7	92,7	91,3	91,3	223,51	198,77	5,84	5,3	0,91	4,239
Mozarlândia	76,2	89,4	80,0	91,5	86,1	196,62	180,42	5,00	4,3	0,86	-4,53
Mundo Novo	87,8	91,8	86,0	97,7	91,8	197,85	173,25	4,89	4,5	0,92	0,164
Nova Crixás	75,4	81,8	72,5	81,3	81,8	181,98	169,05	4,51	3,6	0,80	-12,126
Novo Planalto	77,6	83,6	80,0	79,4	82,9	178,28	168,02	4,42	3,7	0,83	-10,744
São Miguel do Araguaia	84,8	88,3	86,9	90,1	89,1	214,86	196,71	5,64	5,0	0,89	1,079
Uirapuru	88,9	85,5	96,3	89,2	91,6	195,91	173,49	4,86	4,4	0,91	-0,776
Média	85,73	89,09	90,03	92,53	90,64	200,24	182,14	5,12	4,63	0,9	-3,242
Desvio Padrão	8,158	7,248	6,761	5,969	5,408	24,931	22,202	0,715	0,741	0,054	

Município	Função Educação										
	Taxa de Aprovação 1ª Série	Taxa de Aprovação 2ª Série	Taxa de Aprovação 3ª Série	Taxa de Aprovação 4ª Série	Taxa de Aprovação 1ª a 4ª Série	Nota Prova Brasil Matemática	Nota Prova Brasil Português	Nota Padronizada 4ª Série	IDEB 4ª Série 2009	Indicador de Rendimento	Índice Bem Estar
	Microrregião Rio Vermelho										
Araguapaz	89,9	95,5	95,7	100,0	95,5	203,74	182,43	5,17	5,0	0,96	5,214
Aruanã	82,6	85,2	84,6	94,9	89,7	200,32	185,98	5,17	4,6	0,89	-1,315
Britânia	82,7	61,1	77,6	80,0	83,9	195,00	176,63	4,90	3,8	0,78	-11,526
Faina	96,2	97,3	93,2	92,1	95,9	194,76	180,35	4,96	4,7	0,95	3,456
Goiás	88,4	90,1	92,9	87,5	93,5	217,84	189,97	5,58	5,1	0,92	2,938
Itapirapuã	83,0	84,7	79,5	91,2	86,9	191,90	173,78	4,79	4,1	0,86	-5,378
Jussara	87,6	92,0	90,9	96,0	92,9	204,71	187,38	5,28	4,9	0,93	2,808
Matrinchã	62,5	78,8	96,6	89,3	85,3	193,99	176,06	4,87	4,0	0,83	-6,687
Santa Fé de Goiás	86,5	91,9	91,5	92,1	90,6	180,34	166,13	4,43	4,0	0,91	-2,706
Média	85,73	89,09	90,03	92,53	90,64	200,24	182,14	5,12	4,63	0,9	-1,466
Desvio Padrão	8,158	7,248	6,761	5,969	5,408	24,931	22,202	0,715	0,741	0,054	

Município	Função Educação										
	Taxa de Aprovação 1ª Série	Taxa de Aprovação 2ª Série	Taxa de Aprovação 3ª Série	Taxa de Aprovação 4ª Série	Taxa de Aprovação 1ª a 4ª Série	Nota Prova Brasil Matemática	Nota Prova Brasil Português	Nota Padronizada 4ª Série	IDEB 4ª Série 2009	Indicador de Rendimento	Índice Bem Estar
	Microrregião Aragarças										
Aragarças	84,4	91,0	88,8	94,2	89,7	192,99	183,87	4,99	4,5	0,90	-0,547
Arenópolis	94,7	97,7	96,3	100,0	97,5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,98	-23,763
Baliza	81,4	78,1	77,5	100,0	84,5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,86	-33,492
Bom Jardim de Goiás	91,5	88,7	90,0	97,8	94,6	207,90	185,22	5,30	4,9	0,93	3,39
Montes Claros de Goiás	90,3	92,7	92,7	96,8	94,9	184,99	165,53	4,50	4,3	0,94	0,372
Piranhas	91,4	94,4	93,0	97,5	95,3	203,03	185,07	5,20	5,0	0,95	4,518
Média	85,73	89,09	90,03	92,53	90,64	200,24	182,14	5,12	4,63	0,9	-8,254
Desvio Padrão	8,158	7,248	6,761	5,969	5,408	24,931	22,202	0,715	0,741	0,054	

Município	Função Educação										
	Taxa de Aprovação 1ª Série	Taxa de Aprovação 2ª Série	Taxa de Aprovação 3ª Série	Taxa de Aprovação 4ª Série	Taxa de Aprovação 1ª a 4ª Série	Nota Prova Brasil Matemática	Nota Prova Brasil Português	Nota Padronizada 4ª Série	IDEB 4ª Série 2009	Indicador de Rendimento	Índice Bem Estar
	Microrregião Porangatu										
Alto Horizonte	88,8	93,1	87,0	95,1	93,3	192,43	171,76	4,76	4,4	0,92	-0,145
Amaralina	81,5	83,3	86,4	96,0	87,6	187,16	173,66	4,69	4,1	0,87	-4,098
Bonópolis	73,7	88,2	82,3	92,8	85,9	189,51	174,95	4,76	4,1	0,85	-5,628
Campinaçu	91,7	89,3	88,2	91,3	92,7	184,45	165,57	4,49	4,1	0,91	-2,277
Campinorte	82,2	87,6	91,4	95,2	88,7	199,58	186,56	5,16	4,6	0,88	-0,182
Campos Verdes	87,5	90,9	100,0	98,8	95,1	198,21	178,73	5,00	4,7	0,95	3,596
Estrela do Norte	91,2	92,3	90,7	97,8	94,1	181,89	163,50	4,41	4,1	0,94	-0,477
Formoso	76,8	81,6	89,4	92,1	81,2	205,41	183,72	5,22	4,2	0,81	-4,357
Mara Rosa	92,1	87,3	91,9	94,8	91,5	193,04	179,75	4,92	4,5	0,92	0,523
Minaçu	82,5	89,9	89,1	85,0	88,9	201,16	183,36	5,14	4,6	0,89	-1,952
Montividiu do Norte	83,3	87,9	95,9	81,5	89,6	183,65	164,25	4,46	4,0	0,89	-4,903
Mutunópolis	92,4	100,0	94,9	95,2	96,4	215,10	191,86	5,56	5,4	0,96	7,36
Nova Iguaçu de Goiás	81,7	89,8	100,0	94,8	92,4	218,91	184,38	5,49	5,1	0,92	3,837
Santa Tereza de Goiás	92,9	100,0	95,2	96,2	95,1	184,20	180,96	4,77	4,5	0,95	3,324
Santa Terezinha de Goiás	93,8	93,3	94,3	98,9	92,8	219,65	188,47	5,58	5,2	0,93	6,214
Uruaçu	86,5	86,5	90,5	91,2	89,9	202,34	183,75	5,17	4,6	0,90	-0,371
Média	85,73	89,09	90,03	92,53	90,64	200,24	182,14	5,12	4,63	0,9	0,029
Desvio Padrão	8,158	7,248	6,761	5,969	5,408	24,931	22,202	0,715	0,741	0,054	

Município	Função Educação										
	Taxa de Aprovação 1ª Série	Taxa de Aprovação 2ª Série	Taxa de Aprovação 3ª Série	Taxa de Aprovação 4ª Série	Taxa de Aprovação 1ª a 4ª Série	Nota Prova Brasil Matemática	Nota Prova Brasil Português	Nota Padronizada 4ª Série	IDEB 4ª Série 2009	Indicador de Rendimento	Índice Bem Estar
	Microrregião Chapada dos Veadeiros										
Alto Paraíso de Goiás	66,9	74,8	75,0	79,3	72,7	197,81	180,02	5,01	3,6	0,72	-14,091
Campos Belos	70,1	76,9	84,4	85,8	82,0	200,53	188,42	5,22	4,3	0,82	-7,32
Cavalcante	75,9	84,6	86,7	85,4	85,6	182,50	161,91	4,39	3,8	0,86	-8,281
Colinas do Sul	74,1	87,7	78,9	83,0	80,5	196,65	166,12	4,74	3,8	0,81	-9,42
Monte Alegre de Goiás	74,2	74,8	77,0	87,5	82,0	190,12	173,05	4,74	3,8	0,81	-10,385
Nova Roma	86,6	89,7	82,5	97,4	90,2	187,59	172,80	4,69	4,2	0,89	-2,311
Teresina de Goiás	89,4	93,8	92,9	90,7	91,6	160,00	156,85	3,87	3,6	0,92	-4,455
Média	85,73	89,09	90,03	92,53	90,64	200,24	182,14	5,12	4,63	0,9	-8,038
Desvio Padrão	8,158	7,248	6,761	5,969	5,408	24,931	22,202	0,715	0,741	0,054	

Município	Função Educação										
	Taxa de Aprovação 1ª Série	Taxa de Aprovação 2ª Série	Taxa de Aprovação 3ª Série	Taxa de Aprovação 4ª Série	Taxa de Aprovação 1ª a 4ª Série	Nota Prova Brasil Matemática	Nota Prova Brasil Português	Nota Padronizada 4ª Série	IDEB 4ª Série 2009	Indicador de Rendimento	Índice Bem Estar
	Microrregião Ceres										
Barro Alto	87,7	88,2	88,5	90,5	91,6	200,90	187,15	5,20	4,7	0,91	0,205
Carmo do Rio Verde	97,3	100,0	97,5	98,6	98,4	188,34	168,52	4,62	4,5	0,98	4,675
Ceres	92,9	97,2	98,4	94,0	96,6	211,43	207,77	5,78	5,6	0,96	8,534
Goianésia	84,5	88,6	90,8	95,8	91,4	226,35	203,59	5,99	5,5	0,91	5,011
Guaraíta	86,0	86,5	94,9	88,2	92,0	174,63	150,13	4,03	3,7	0,91	-5,314
Hidrolina	89,5	83,7	85,9	94,4	90,7	208,38	194,22	5,47	4,9	0,90	1,167
Ipiranga de Goiás	100,0	100,0	97,7	100,0	99,5	194,92	188,91	5,12	5,1	1,00	8,18
Itapaci	84,9	94,4	95,3	87,9	92,2	269,96	225,33	7,21	6,6	0,91	11,271
Itapuranga	91,7	93,5	94,6	97,0	95,4	199,15	186,53	5,16	4,9	0,95	4,31
Morro Agudo de Goiás	100,0	100,0	100,0	96,2	99,2	189,82	175,46	4,78	4,7	0,99	5,994
Nova América	92,5	90,0	90,5	98,2	94,0	209,57	191,25	5,44	5,1	0,94	4,53
Rialma	93,3	99,0	95,9	96,1	96,8	211,76	202,49	5,69	5,5	0,97	8,373
Rianápolis	94,8	91,5	92,9	98,6	96,1	202,01	181,56	5,12	4,9	0,95	4,407
Rubiataba	97,4	98,4	98,0	99,3	98,4	223,22	193,33	5,74	5,6	0,98	10,219
São Luiz do Norte	84,3	92,5	88,7	93,8	91,2	216,02	196,41	5,66	5,2	0,92	3,242
São Patrício	97,4	100,0	100,0	100,0	99,4	198,22	181,59	5,05	5,0	0,99	7,751
Uruana	90,2	94,4	88,2	90,2	93,7	211,85	197,68	5,60	5,2	0,92	3,837
Média	85,73	89,09	90,03	92,53	90,64	200,24	182,14	5,12	4,63	0,9	5,082
Desvio Padrão	8,158	7,248	6,761	5,969	5,408	24,931	22,202	0,715	0,741	0,054	

Município	Função Educação										
	Taxa de Aprovação 1ª Série	Taxa de Aprovação 2ª Série	Taxa de Aprovação 3ª Série	Taxa de Aprovação 4ª Série	Taxa de Aprovação 1ª a 4ª Série	Nota Prova Brasil Matemática	Nota Prova Brasil Português	Nota Padronizada 4ª Série	IDEB 4ª Série 2009	Indicador de Rendimento	Índice Bem Estar
	Microrregião Anápolis										
Araçu	87,2	97,4	93,5	95,7	94,6	205,08	183,92	5,22	4,9	0,95	3,97
Brazabrantes	85,7	93,0	100,0	100,0	95,2	216,89	201,42	5,77	5,4	0,94	7,665
Campo Limpo de Goiás	77,3	84,4	94,8	87,2	88,5	198,02	174,52	4,92	4,3	0,88	-3,46
Caturai	68,5	84,6	83,3	88,6	83,2	227,56	211,50	6,15	5,1	0,84	-1,382
Inhumas	90,6	93,3	90,3	92,7	93,2	203,48	188,14	5,27	4,9	0,93	2,75
Itaberaí	92,4	94,4	93,8	96,3	95,1	207,92	189,69	5,38	5,1	0,95	5,306
Itaguari	97,1	98,6	95,3	95,4	97,4	228,16	199,99	5,95	5,8	0,97	10,02
Itaguaru	100,0	96,6	100,0	99,0	98,9	218,75	185,54	5,51	5,5	0,99	9,658
Itauçu	88,0	74,5	94,6	98,3	89,7	237,26	199,06	6,11	5,4	0,89	4,384
Jaraguá	89,6	88,2	93,5	96,3	93,5	210,57	189,74	5,43	5,1	0,93	3,913
Jesúpolis	92,1	90,3	97,5	90,2	93,3	215,01	196,36	5,64	5,3	0,93	5,076
Nova Veneza	93,0	94,8	98,6	97,0	96,5	197,84	183,75	5,08	4,9	0,97	5,188
Ouro Verde de Goiás	92,1	95,7	95,1	95,6	95,3	205,00	199,42	5,50	5,2	0,95	6,189
Petrolina de Goiás	89,8	94,0	99,1	96,7	95,6	212,34	191,19	5,49	5,2	0,95	6,415
Santa Rosa de Goiás	86,8	87,8	87,5	96,7	92,3	225,10	200,79	5,91	5,4	0,91	4,595
São Francisco de Goiás	89,0	97,3	94,7	98,4	96,0	200,38	179,43	5,05	4,8	0,96	4,322
Taquaral de Goiás	75,5	86,7	100,0	93,2	89,9	208,64	184,78	5,31	4,8	0,90	0,814
Média	85,73	89,09	90,03	92,53	90,64	200,24	182,14	5,12	4,63	0,9	4,440
Desvio Padrão	8,158	7,248	6,761	5,969	5,408	24,931	22,202	0,715	0,741	0,054	

Município	Função Educação										
	Taxa de Aprovação 1ª Série	Taxa de Aprovação 2ª Série	Taxa de Aprovação 3ª Série	Taxa de Aprovação 4ª Série	Taxa de Aprovação 1ª a 4ª Série	Nota Prova Brasil Matemática	Nota Prova Brasil Português	Nota Padronizada 4ª Série	IDEB 4ª Série 2009	Indicador de Rendimento	Índice Bem Estar
	Microrregião Iporá										
Córrego do Ouro	100,0	97,2	97,8	97,1	97,0	201,44	189,57	5,26	5,1	0,97	7,296
Fazenda Nova	93,0	96,4	95,2	100,0	96,1	192,21	194,64	5,17	5,0	0,96	5,859
Iporá	91,3	92,5	100,0	90,1	95,3	208,70	189,06	5,38	5,1	0,94	4,82
Israelândia	88,0	100,0	92,3	92,5	93,6	191,70	173,58	4,78	4,5	0,94	1,362
Jaupaci	85,7	88,2	98,4	100,0	93,9	199,03	188,93	5,20	4,9	0,94	3,764
Moiporá	95,0	87,5	100,0	100,0	97,3	179,61	151,30	4,14	4,0	0,96	0,558
Média	85,73	89,09	90,03	92,53	90,64	200,24	182,14	5,12	4,63	0,9	3,943
Desvio Padrão	8,158	7,248	6,761	5,969	5,408	24,931	22,202	0,715	0,741	0,054	

Município	Função Educação										
	Taxa de Aprovação 1ª Série	Taxa de Aprovação 2ª Série	Taxa de Aprovação 3ª Série	Taxa de Aprovação 4ª Série	Taxa de Aprovação 1ª a 4ª Série	Nota Prova Brasil Matemática	Nota Prova Brasil Português	Nota Padronizada 4ª Série	IDEB 4ª Série 2009	Indicador de Rendimento	Índice Bem Estar
	Microrregião Anicuns										
Americano do Brasil	90,2	91,0	93,8	92,7	93,7	211,25	186,69	5,39	5,0	0,93	3,551
Anicuns	92,3	89,2	91,6	90,8	93,7	204,68	189,65	5,32	4,9	0,93	2,536
Aurilândia	85,4	96,3	93,3	92,7	92,5	189,38	180,64	4,86	4,5	0,93	0,825
Avelinópolis	91,1	88,6	91,5	100,0	92,2	191,18	177,69	4,84	4,5	0,92	1,267
Buriti de Goiás	100,0	97,0	96,0	98,2	98,2	223,16	198,37	5,83	5,7	0,98	10,31
Firminópolis	84,8	93,6	91,7	100,0	94,8	204,15	195,68	5,42	5,1	0,93	4,658
Mossâmedes	90,3	95,2	93,3	90,9	95,1	205,50	187,03	5,29	5,0	0,94	3,674
Nazário	95,2	86,2	95,5	91,6	94,6	199,09	184,67	5,12	4,8	0,93	2,508
Sanclerlândia	89,5	98,8		98,7	96,8	217,07	202,47	5,79	5,6	0,97	-5,385
Santa Bárbara de Goiás	95,6	95,1	100,0	100,0	98,2	202,19	185,16	5,19	5,1	0,98	7,259
São Luis de Montes Belos	94,6	98,1	97,4	97,5	95,7	204,57	190,98	5,34	5,1	0,96	6,808
Turvânia	91,2	81,3	92,3	100,0	95,5	213,90	188,81	5,48	5,1	0,92	4,113
Média	85,73	89,09	90,03	92,53	90,64	200,24	182,14	5,12	4,63	0,9	3,510
Desvio Padrão	8,158	7,248	6,761	5,969	5,408	24,931	22,202	0,715	0,741	0,054	

Município	Função Educação										
	Taxa de Aprovação 1ª Série	Taxa de Aprovação 2ª Série	Taxa de Aprovação 3ª Série	Taxa de Aprovação 4ª Série	Taxa de Aprovação 1ª a 4ª Série	Nota Prova Brasil Matemática	Nota Prova Brasil Português	Nota Padronizada 4ª Série	IDEB 4ª Série 2009	Indicador de Rendimento	Índice Bem Estar
	Microrregião Goiânia										
Abadia de Goiás	87,7	92,1	91,4	96,3	92,9	205,06	188,82	5,31	4,9	0,93	3,094
Aparecida de Goiânia	86,7	89,8	89,4	92,9	90,7	193,40	178,53	4,90	4,4	0,91	-0,84
Aragoiânia	81,8	86,9	80,4	95,3	87,1	196,96	182,13	5,03	4,4	0,87	-3,01
Bela Vista de Goiás	78,2	86,9	85,5	88,1	86,3	207,53	186,56	5,32	4,6	0,87	-2,77
Bonfinópolis	76,3	88,1	91,2	89,9	87,8	192,75	177,44	4,87	4,3	0,88	-3,436
Caldazinha	70,2	84,0	85,5	88,2	86,6	196,52	169,42	4,79	4,0	0,84	-6,878
Goianápolis	81,8	84,0	93,2	95,3	90,8	185,80	169,33	4,59	4,1	0,90	-2,831
Goiânia	92,7	88,4	93,4	94,0	93,1	207,98	192,86	5,44	5,1	0,93	3,893
Goianira	75,5	78,6	80,5	90,8	84,6	209,19	195,15	5,50	4,6	0,84	-4,19
Guapó	89,0	91,7	90,3	95,2	92,8	207,08	185,11	5,28	4,9	0,93	2,697
Hidrolândia	86,6	83,3	83,6	87,2	86,9	191,49	177,51	4,85	4,2	0,87	-4,808
Nerópolis	80,7	86,0	90,4	93,1	89,4	213,08	200,40	5,67	5,1	0,89	1,615
Santa Terezinha de Goiás	93,8	93,3	94,3	98,9	92,8	219,65	188,47	5,58	5,2	0,93	6,214
Terezópolis de Goiás	83,1	86,2	86,2	94,7	88,6	197,34	180,04	5,00	4,5	0,89	-1,867
Trindade	83,3	86,8	87,7	90,2	88,9	195,41	179,86	4,96	4,4	0,88	-2,526
Média	85,73	89,09	90,03	92,53	90,64	200,24	182,14	5,12	4,63	0,9	-1,043
Desvio Padrão	8,158	7,248	6,761	5,969	5,408	24,931	22,202	0,715	0,741	0,054	

Município	Função Educação										
	Taxa de Aprovação 1ª Série	Taxa de Aprovação 2ª Série	Taxa de Aprovação 3ª Série	Taxa de Aprovação 4ª Série	Taxa de Aprovação 1ª a 4ª Série	Nota Prova Brasil Matemática	Nota Prova Brasil Português	Nota Padronizada 4ª Série	IDEB 4ª Série 2009	Indicador de Rendimento	Índice Bem Estar
	Microrregião Vão do Paranã										
Alvorada do Norte	73,8	75,4	72,0	85,0	82,1	185,37	169,19	4,58	3,6	0,80	-12,374
Buritópolis	74,1	90,0	84,7	90,7	88,1	189,24	176,27	4,78	4,2	0,87	-4,677
Flores de Goiás	70,6	70,9	70,6	74,5	75,7	171,76	162,50	4,20	3,2	0,75	-18,537
Guarani de Goiás	84,2	83,9	93,6	89,6	89,3	190,09	163,31	4,56	4,1	0,89	-3,884
Iaciara	73,2	69,5	87,3	93,3	81,7	166,74	154,16	3,95	3,2	0,82	-12,491
Mambai	89,0	79,0	88,1	90,5	88,5	177,44	161,43	4,29	3,8	0,88	-6,173
Posse	75,5	83,5	80,2	82,9	84,7	215,24	191,63	5,56	4,6	0,83	-4,711
Média	85,73	89,09	90,03	92,53	90,64	200,24	182,14	5,12	4,63	0,9	-8,978
Desvio Padrão	8,158	7,248	6,761	5,969	5,408	24,931	22,202	0,715	0,741	0,054	

Município	Função Educação										
	Taxa de Aprovação 1ª Série	Taxa de Aprovação 2ª Série	Taxa de Aprovação 3ª Série	Taxa de Aprovação 4ª Série	Taxa de Aprovação 1ª a 4ª Série	Nota Prova Brasil Matemática	Nota Prova Brasil Português	Nota Padronizada 4ª Série	IDEB 4ª Série 2009	Indicador de Rendimento	Índice Bem Estar
	Microrregião Entorno de Brasília										
Abadiânia	80,5	84,0	95,6	86,8	88,2	201,47	185,11	5,17	4,6	0,88	-1,744
Água Fria de Goiás	76,1	93,0	87,0	93,2	89,4	181,86	161,61	4,37	3,9	0,89	-4,915
Águas Lindas de Goiás	73,2	80,0	84,0	88,6	83,1	182,18	167,23	4,48	3,7	0,83	-9,396
Alexânia	77,9	84,2	93,1	90,7	89,6	204,66	174,20	5,04	4,5	0,88	-2,178
Cabeceiras	84,2	89,4	93,7	90,9	89,8	0,00	0,00	0,00	0,0	0,91	-29,656
Cidade Ocidental	78,1	81,4	85,9	88,6	85,2	192,20	176,82	4,85	4,1	0,86	-6,009
Cocalzinho de Goiás	76,9	83,7	88,3	84,2	86,0	188,57	175,06	4,75	4,1	0,86	-6,435
Corumbá de Goiás	84,7	92,5	93,7	97,6	93,0	198,49	186,95	5,15	4,8	0,93	2,657
Cristalina	78,3	84,9	86,2	85,4	86,1	189,22	174,72	4,75	4,1	0,86	-6,162
Formosa	98,9	91,5	91,5	93,2	95,0	197,98	178,50	4,99	4,7	0,95	2,828
Luziânia	84,9	85,9	81,6	87,0	83,1	196,54	178,15	4,95	4,1	0,83	-5,51
Mimoso de Goiás	68,8	94,7	83,0	94,0	87,8	196,83	171,29	4,83	4,2	0,87	-4,286
Novo Gama	70,4	79,1	83,0	89,5	82,5	214,66	193,32	5,58	4,6	0,82	-4,774
Padre Bernardo	70,1	80,4	76,6	72,5	80,3	192,85	174,91	4,82	3,8	0,78	-12,743
Pirenópolis	83,7	91,4	88,7	93,0	91,1	188,35	173,17	4,71	4,3	0,91	-1,851
Planaltina	74,1	77,5	77,1	82,7	81,1	186,02	168,40	4,58	3,7	0,81	-11,718
Santo Antônio do Descoberto	74,9	79,8	81,7	88,1	83,6	187,35	170,88	4,65	3,9	0,84	-8,671
Valparaíso de Goiás	78,0	81,4	86,7	90,1	85,4	198,75	181,78	5,06	4,3	0,86	-4,554
Vila Boa	76,5	73,5	75,6	93,5	82,3	178,97	163,31	4,35	3,6	0,83	-11,101
Vila Propício	75,2	86,3	85,1	90,2	85,4	215,94	195,06	5,63	4,9	0,86	-1,536
Média	85,73	89,09	90,03	92,53	90,64	200,24	182,14	5,12	4,63	0,9	-6,388
Desvio Padrão	8,158	7,248	6,761	5,969	5,408	24,931	22,202	0,715	0,741	0,054	

Município	Função Educação										
	Taxa de Aprovação 1ª Série	Taxa de Aprovação 2ª Série	Taxa de Aprovação 3ª Série	Taxa de Aprovação 4ª Série	Taxa de Aprovação 1ª a 4ª Série	Nota Prova Brasil Matemática	Nota Prova Brasil Português	Nota Padronizada 4ª Série	IDEB 4ª Série 2009	Indicador de Rendimento	Índice Bem Estar
	Microrregião Sudoeste de Goiás										
Aparecida do Rio Doce	84,3	91,8	98,4	100,0	94,1	194,79	179,76	4,95	4,7	0,94	2,943
Aporé	82,1	89,1	91,5	98,4	92,4	211,87	201,26	5,67	5,2	0,92	3,978
Caiapônia	92,6	95,5	92,7	98,4	95,6	203,53	181,52	5,15	4,9	0,96	4,634
Castelândia	81,0	82,3	95,0	93,8	89,9	178,60	166,39	4,40	3,9	0,90	-4,279
Chapadão do Céu	83,5	83,9	81,8	91,1	86,9	231,45	203,83	6,09	5,3	0,88	1,305
Doverlândia	92,2	91,7	89,4	82,0	91,8	194,00	171,12	4,78	4,3	0,90	-2,154
Jataí	81,9	88,7	90,7	92,5	90,8	215,73	200,92	5,73	5,2	0,90	2,698
Maurilândia	78,5	80,6	84,1	91,4	86,7	190,63	174,42	4,77	4,1	0,86	-5,852
Mineiros	85,5	82,9	83,0	83,0	85,2	218,72	197,13	5,72	4,9	0,85	-1,995
Montividiu	89,0	92,8	99,3	96,4	95,2	201,86	182,04	5,13	4,9	0,95	4,306
Palestina de Goiás	100,0	100,0	100,0	98,0	99,6	198,45	179,51	5,02	5,0	1,00	7,643
Perolândia	78,0	91,7	82,7	91,8	88,6	197,84	177,46	4,97	4,3	0,87	-3,192
Portelândia	81,4	68,1	73,6	100,0	64,3	0,00	0,00	0,00	0,0	0,70	-39,487
Santa Helena de Goiás	86,1	90,9	91,0	99,2	93,0	203,46	184,53	5,20	4,8	0,93	2,622
Santa Rita do Araguaia	79,8	82,1	87,0	87,8	86,3	195,62	173,87	4,86	4,2	0,86	-5,304
Santo Antônio da Barra	73,3	88,0	87,3	90,5	87,8	191,05	167,17	4,65	4,0	0,87	-5,554
Serranópolis	82,7	82,4	93,6	94,1	90,0	210,05	195,44	5,53	4,9	0,89	1,285
Média	85,73	89,09	90,03	92,53	90,64	200,24	182,14	5,12	4,63	0,9	-2,141
Desvio Padrão	8,158	7,248	6,761	5,969	5,408	24,931	22,202	0,715	0,741	0,054	

Município	Função Educação										
	Taxa de Aprovação 1ª Série	Taxa de Aprovação 2ª Série	Taxa de Aprovação 3ª Série	Taxa de Aprovação 4ª Série	Taxa de Aprovação 1ª a 4ª Série	Nota Prova Brasil Matemática	Nota Prova Brasil Português	Nota Padronizada 4ª Série	IDEB 4ª Série 2009	Indicador de Rendimento	Índice Bem Estar
	Microrregião Vale do Rio dos Bois										
Acreúna	82,0	87,9	83,7	86,7	85,7	220,40	196,57	5,74	4,9	0,85	-0,833
Campestre de Goiás	88,9	91,4	91,2	94,1	91,3	215,67	194,39	5,61	5,1	0,91	3,789
Cezarina	85,8	92,5	87,5	97,0	93,1	199,07	180,68	5,05	4,6	0,92	1,088
Edealina	96,6	97,9	95,5	100,0	97,9	214,15	193,64	5,57	5,4	0,98	8,842
Edéia	89,6	91,9	92,1	95,0	93,6	210,04	187,07	5,37	5,0	0,93	3,661
Indiara	97,1	97,8	96,6	99,2	98,3	199,94	186,78	5,18	5,1	0,98	7,161
Jandaia	91,9	97,3	94,6	96,1	95,5	201,19	180,67	5,09	4,9	0,96	4,46
Palmeiras de Goiás	98,9	96,1	98,9	99,3	98,2	200,06	182,33	5,10	5,0	0,98	7,048
Palminópolis	98,0	92,5	97,7	98,6	96,3	214,46	190,87	5,53	5,3	0,96	7,728
Turvelândia	71,7	89,7	85,4	95,2	87,5	182,88	163,29	4,42	3,9	0,87	-6,01
Varjão	69,4	58,6	100,0	88,9	79,0	204,47	181,98	5,17	4,1	0,79	-8,163
Média	85,73	89,09	90,03	92,53	90,64	200,24	182,14	5,12	4,63	0,9	2,616
Desvio Padrão	8,158	7,248	6,761	5,969	5,408	24,931	22,202	0,715	0,741	0,054	

Município	Função Educação										
	Taxa de Aprovação 1ª Série	Taxa de Aprovação 2ª Série	Taxa de Aprovação 3ª Série	Taxa de Aprovação 4ª Série	Taxa de Aprovação 1ª a 4ª Série	Nota Prova Brasil Matemática	Nota Prova Brasil Português	Nota Padronizada 4ª Série	IDEB 4ª Série 2009	Indicador de Rendimento	Índice Bem Estar
	Microrregião Meia Ponte										
Água Limpa	89,3	100,0	100,0	100,0	97,9	196,27	176,33	4,92	4,8	0,98	5,677
Bom Jesus de Goiás	74,4	74,0	83,5	86,5	83,3	213,14	193,03	5,54	4,6	0,82	-5,384
Cachoeira Dourada	85,1	90,0	83,8	92,9	89,6	197,91	181,42	5,04	4,5	0,90	-1,42
Caldas Novas	88,5	94,3	94,6	85,6	89,9	181,57	168,91	4,50	4,0	0,89	-2,642
Goiatuba	90,8	89,3	88,8	87,6	88,2	214,72	197,24	5,65	5,0	0,88	1,66
Inaciolândia	77,8	82,1	86,9	79,1	82,9	195,06	179,32	4,95	4,1	0,83	-7,503
Itumbiara	85,9	89,2	90,0	91,0	91,5	211,95	195,51	5,56	5,0	0,90	2,137
Joviânia	88,3	97,4	91,2	95,7	93,2	200,91	180,45	5,08	4,7	0,93	2,69
Mairipotaba	93,2	91,7	86,1	83,0	89,8	197,32	181,03	5,02	4,5	0,90	-1,537
Morrinhos	82,0	87,8	86,7	87,4	87,6	208,75	190,15	5,41	4,7	0,88	-1,397
Panamá	95,9	88,6	94,3	100,0	93,4	206,40	184,10	5,25	4,9	0,93	4,508
Piracanjuba	81,5	88,3	81,8	84,2	82,6	212,17	193,28	5,53	4,6	0,83	-3,351
Porteirão	82,9	84,1	80,0	89,9	81,7	182,66	164,06	4,43	3,6	0,82	-8,636
Rio Quente	78,8	94,3	86,2	95,3	90,9	194,45	188,44	5,10	4,6	0,90	-0,193
Vicentinópolis	89,5	94,1	88,9	97,0	90,6	210,00	189,32	5,41	4,9	0,91	3,231
Média	85,73	89,09	90,03	92,53	90,64	200,24	182,14	5,12	4,63	0,9	-0,811
Desvio Padrão	8,158	7,248	6,761	5,969	5,408	24,931	22,202	0,715	0,741	0,054	

Município	Função Educação										
	Taxa de Aprovação 1ª Série	Taxa de Aprovação 2ª Série	Taxa de Aprovação 3ª Série	Taxa de Aprovação 4ª Série	Taxa de Aprovação 1ª a 4ª Série	Nota Prova Brasil Matemática	Nota Prova Brasil Português	Nota Padronizada 4ª Série	IDEB 4ª Série 2009	Indicador de Rendimento	Índice Bem Estar
	Microrregião Pires do Rio										
Cristianópolis	83,6	88,8	71,4	96,9	86,8	210,10	184,44	5,33	4,6	0,86	-2,362
Gameleira de Goiás	90,3	84,9	78,3	71,4	84,3	217,73	192,00	5,61	4,7	0,84	-4,651
Orizona	94,7	89,8	87,7	86,8	90,5	222,41	202,43	5,89	5,3	0,90	3,656
Pires do Rio	87,4	89,1	93,0	89,1	90,2	193,25	177,80	4,88	4,4	0,90	-1,12
São Miguel do Passa Quatro	90,1	100,0	93,0	88,9	92,6	178,79	167,17	4,42	4,1	0,93	-0,947
Silvânia	91,2	92,1	87,6	90,1	92,2	206,69	190,37	5,37	4,9	0,92	1,986
Urutaí	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	198,48	177,23	4,97	5,0	1,00	7,901
Média	85,73	89,09	90,03	92,53	90,64	200,24	182,14	5,12	4,63	0,9	
Desvio Padrão	8,158	7,248	6,761	5,969	5,408	24,931	22,202	0,715	0,741	0,054	0,638

Município	Função Educação										
	Taxa de Aprovação 1ª Série	Taxa de Aprovação 2ª Série	Taxa de Aprovação 3ª Série	Taxa de Aprovação 4ª Série	Taxa de Aprovação 1ª a 4ª Série	Nota Prova Brasil Matemática	Nota Prova Brasil Português	Nota Padronizada 4ª Série	IDEB 4ª Série 2009	Indicador de Rendimento	Índice Bem Estar
	Microrregião Catalão										
Anhanguera	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	0,00	0,00	0,00	0,0	1,00	-21,744
Campo Alegre de Goiás	88,1	96,9	89,8	90,8	92,4	209,66	196,04	5,53	5,1	0,93	3,632
Catalão	86,9	85,6	84,7	79,8	85,4	207,16	191,80	5,40	4,6	0,85	-3,25
Corumbaba	91,6	90,3	97,6	99,2	94,1	221,88	196,78	5,78	5,4	0,94	7,326
Goiandira	100,0	100,0	97,7	100,0	99,6	264,98	215,44	6,94	6,9	1,00	17,176
Ipameri	88,7	85,9	89,1	89,5	89,9	223,74	202,48	5,92	5,3	0,90	3,016
Ouvidor	95,3	100,0	94,4	100,0	97,8	225,27	213,13	6,14	6,0	0,98	11,719
Três Ranchos	86,0	88,0	88,2	95,2	91,0	222,41	222,28	6,25	5,7	0,91	5,871
Média	85,73	89,09	90,03	92,53	90,64	200,24	182,14	5,12	4,63	0,9	2,968
Desvio Padrão	8,158	7,248	6,761	5,969	5,408	24,931	22,202	0,715	0,741	0,054	

Município	Função Educação										
	Taxa de Aprovação 1ª Série	Taxa de Aprovação 2ª Série	Taxa de Aprovação 3ª Série	Taxa de Aprovação 4ª Série	Taxa de Aprovação 1ª a 4ª Série	Nota Prova Brasil Matemática	Nota Prova Brasil Português	Nota Padronizada 4ª Série	IDEB 4ª Série 2009	Indicador de Rendimento	Índice Bem Estar
	Microrregião Quirinópolis										
Cachoeira Alta	89,2	97,7	95,2	92,9	93,0	200,49	190,23	5,25	4,9	0,93	3,853
Caçu	89,3	93,5	93,4	93,8	92,9	204,45	191,52	5,35	5,0	0,93	3,64
Gouvelândia	90,0	90,6	100,0	66,7	93,7					0,88	-31,24
Itajá	54,5	98,5	92,5	91,6	92,4	201,48	184,66	5,17	4,3	0,83	-2,341
Itarumã	82,6	82,0	73,5	90,8	85,2	206,98	186,57	5,31	4,5	0,84	-4,647
Lagoa Santa	89,3	88,6	84,2	93,3	90,9	202,89	194,21	5,37	4,9	0,91	1,061
Paranaiguara	87,4	84,4	84,7	91,8	86,4	236,18	206,06	6,22	5,4	0,87	2,896
Quirinópolis	85,1	92,7	93,6	94,2	92,5	212,86	190,23	5,48	5,1	0,93	3,641
São Simão	82,0	82,8	91,9	93,8	88,4	224,03	203,79	5,94	5,3	0,89	2,724
Média	85,73	89,09	90,03	92,53	90,64	200,24	182,14	5,12	4,63	0,9	-2,268
Desvio Padrão	8,158	7,248	6,761	5,969	5,408	24,931	22,202	0,715	0,741	0,054	

APÊNDICE B: Índice de Insumo – Função Educação 2009 e Média de 2004 a 2008

Município	Função Educação							
	Despesa Total 2004	Despesa Total 2005	Despesa Total 2006	Despesa Total 2007	Despesa Total 2008	Despesa Total 2009	Despesa Per Capita 2009	Despesa Per Capita 2004-2008
	Microrregião São Miguel do Araguaia							
Crixás	3.279.993,98	3.170.979,63	3.241.664,68	4.337.339,61	6.941.678,29	6.339.621,17	422,50	279,53
Mozarlândia	1.666.000,00	1.568.500,00	3.008.174,46	2.080.891,49	3.769.844,36	4.299.263,49	305,50	150,00
Mundo Novo	1.471.000,00	1.370.552,00	1.706.240,00	1.896.886,64	2.454.333,55	2.236.047,75	329,46	262,24
Nova Crixás	2.716.078,00	3.004.802,00	2.392.759,00	2.990.644,00	5.755.335,75	5.326.475,94	396,55	251,04
Novo Planalto	1.085.000,00	1.435.935,17	942.166,22	1.120.363,47	1.936.783,94	1.470.039,26	344,59	305,68
São Miguel do Araguaia	4.143.000,00	4.905.077,00	4.795.847,00	5.534.678,81	7.782.968,68	7.815.495,78	337,72	234,74
Uirapuru	967.742,23	1.243.540,53	948.594,25	1.096.067,39	1.903.119,98	2.204.077,84	707,12	406,08
Média	2.784.714,50	2.753.896,99	3.714.840,07	4.097.369,98	5.834.094,43	6.455.071,87	Índice de Insumo 0,068	Índice de Insumo -0,152
Desvio Padrão	4.527.104,48	4.751.422,23	7.687.237,19	8.670.968,97	9.536.046,53	24932865,82		

Município	Função Educação							
	Despesa Total 2004	Despesa Total 2005	Despesa Total 2006	Despesa Total 2007	Despesa Total 2008	Despesa Total 2009	Despesa Per Capita 2009	Despesa Per Capita 2004-2008
	Microrregião Rio Vermelho							
Araguapaz	1.638.500,85	1.496.975,61	1.508.361,50	1.669.153,90	1.720.050,29	1.772.210,09	227,79	206,50
Aruanã	781.392,48	1.513.250,87	1.798.952,31	1.914.226,33	2.395.741,92	2.882.479,93	408,51	238,20
Britânia	935.166,47	1.123.800,17	1.238.390,44	1.400.608,02	1.431.805,23	1.513.616,26	291,64	236,21
Faina	1.591.869,69	1.840.573,08	1.593.805,16	1.867.501,06	2.597.332,04	2.134.422,36	304,05	270,40
Goiás	3.059.263,30	3.349.978,98	6.428.814,08	4.279.352,12	4.162.749,02	2.963.350,09	120,44	172,74
Itapirapuã	1.283.600,12	1.210.288,20	2.010.451,84	1.939.344,65	1.501.446,72	2.502.422,29	321,15	206,74
Jussara	2.159.753,99	3.439.302,02	3.731.380,27	3.715.751,81	7.033.788,35	6.501.704,81	339,87	209,93
Matrinchã	875.276,16	1.367.198,36	1.542.446,79	1.685.535,33	3.199.743,70	1.607.715,69	363,74	392,32
Santa Fé de Goiás	1.164.412,76	1.224.793,44	1.594.847,42	1.133.768,02	1.317.802,96	1.760.251,30	360,56	262,08
Média	2.784.714,50	2.753.896,99	3.714.840,07	4.097.369,98	5.834.094,43	6.455.071,87	Índice de Insumo	Índice de Insumo
Desvio Padrão	4.527.104,48	4.751.422,23	7.687.237,19	8.670.968,97	9.536.046,53	24932865,82	-0,593	-0,238

Município	Função Educação							
	Despesa Total 2004	Despesa Total 2005	Despesa Total 2006	Despesa Total 2007	Despesa Total 2008	Despesa Total 2009	Despesa Per Capita 2009	Despesa Per Capita 2004-2008
	Microrregião Aragarças							
Aragarças	1.167.336,00	3.514.844,00	3.126.600,00	3.903.088,00	5.033.112,75	4.525.675,85	253,07	184,95
Arenópolis	969.339,00	1.295.436,24	1.275.079,10	1.315.793,37	1.387.190,96	1.257.513,05	361,25	355,31
Baliza	1.015.526,00	1.460.030,00	851.961,00	1.155.995,50	1.560.791,09	1.823.573,18	495,67	332,18
Bom Jardim de Goiás	1.379.881,45	2.612.042,79	3.589.864,57	1.634.221,00	1.619.722,00	1.681.195,62	192,49	235,39
Montes Claros de Goiás	547.022,10	488.877,81	1.067.618,03	1.043.159,41	852.004,81	3.510.983,29	435,07	279,37
Piranhas	1.686.797,00	2.123.118,00	2.208.428,00	2.104.817,00	3.149.287,00	3.365.181,10	300,06	219,66
Média	2.784.714,50	2.753.896,99	3.714.840,07	4.097.369,98	5.834.094,43	6.455.071,87	Índice de Insumo	Índice de Insumo
Desvio Padrão	4.527.104,48	4.751.422,23	7.687.237,19	8.670.968,97	9.536.046,53	24932865,82	-0,364	-0,179

Município	Função Educação							
	Despesa Total 2004	Despesa Total 2005	Despesa Total 2006	Despesa Total 2007	Despesa Total 2008	Despesa Total 2009	Despesa Per Capita 2009	Despesa Per Capita 2004-2008
	Microrregião Porangatu							
Alto Horizonte	885.173,34	1.014.882,80	1.118.951,49	1.464.445,33	2.919.528,09	2.934.768,00	865,20	436,50
Amaralina	1.173.456,15	1.128.955,43	971.416,74	1.154.593,68	1.500.925,44	2.006.879,61	539,63	318,87
Bonópolis	982.109,71	1.129.670,95	832.219,00	1.040.250,70	1.807.418,58	1.862.008,54	545,56	339,39
Campinaçu	2.132.094,89	1.526.777,22	1.562.427,41	1.849.934,75	2.731.447,39	2.475.989,02	633,57	501,67
Campinorte	1.905.210,32	1.875.610,22	2.029.806,24	1.990.371,71	3.089.683,84	92.709,58	9,23	216,97
Campos Verdes	592.641,02	1.859.358,71	1.232.497,13	1.497.398,90	2.367.583,93	2.434.819,40	399,61	247,81
Estrela do Norte	747.378,00	1.101.645,53	681.078,49	1.210.038,30	1.508.836,18	761.664,12	236,32	325,72
Formoso	833.582,57	811.238,89	1.357.054,68	1.657.614,34	1.381.669,89	1.407.967,99	264,31	226,81
Mara Rosa	1.994.910,57	1.216.215,34	1.627.707,89	2.053.726,98	3.081.992,07	3.233.324,31	312,10	192,56
Minaçu	4.404.165,38	8.250.578,09	8.933.260,50	7.957.872,02	11.305.051,28	14.302.756,25	455,26	260,06
Montividiu do Norte	1.577.305,56	1.561.288,56	988.114,91	1.322.930,72	2.453.159,20	2.528.465,65	537,74	336,15
Mutunópolis	963.214,07	1.118.031,05	1.151.300,52	1.297.510,62	1.539.748,47	1.785.764,72	437,04	297,10
Nova Iguaçu de Goiás	771.182,77	1.014.269,47	1.048.242,00	1.239.845,29	1.403.076,82	1.102.147,51	411,56	409,01
Santa Tereza de Goiás	887.058,89	819.495,30	1.283.901,42	1.245.967,05	1.454.634,10	1.291.706,32	311,93	274,86
Santa Terezinha de Goiás	1.934.822,66	2.022.123,15	2.073.354,72	1.969.352,19	2.855.139,00	2.767.572,00	233,97	183,53
Uruaçu	4.139.331,96	4.128.820,89	7.203.827,66	7.444.827,00	7.508.019,69	7.753.527,77	224,94	176,53
Média	2.784.714,50	2.753.896,99	3.714.840,07	4.097.369,98	5.834.094,43	6.455.071,87	Índice de Insumo	Índice de Insumo
Desvio Padrão	4.527.104,48	4.751.422,23	7.687.237,19	8.670.968,97	9.536.046,53	24932865,82	-0,129	-0,143

Município	Função Educação							
	Despesa Total 2004	Despesa Total 2005	Despesa Total 2006	Despesa Total 2007	Despesa Total 2008	Despesa Total 2009	Despesa Per Capita 2009	Despesa Per Capita 2004-2008
	Microrregião Chapada dos Veadeiros							
Alto Paraíso de Goiás	1.967.175,07	1.973.408,31	1.658.619,94	1.689.093,28	3.797.997,13	1.186.525,19	169,94	317,57
Campos Belos	3.382.781,40	4.276.829,62	3.995.878,58	3.897.869,33	4.056.859,18	2.317.205,63	120,90	202,88
Cavalcante	3.116.967,00	3.249.874,20	3.183.420,60	3.183.420,60	5.321.627,15	1.771.634,92	170,38	405,78
Colinas do Sul	1.073.704,34	992.703,96	1.332.406,43	1.520.603,01	2.048.784,46	1.969.073,19	489,09	346,16
Monte Alegre de Goiás	762.266,28	1.547.676,29	1.508.214,02	1.587.138,56	2.016.043,63	2.278.101,74	305,13	157,34
Nova Roma	1.205.004,05	1.085.702,00	908.065,00	1.263.339,00	1.115.527,51	1.561.581,00	429,83	232,34
Teresina de Goiás	799.984,38	431.889,12	1.022.498,87	751.457,46	1.086.856,06	1.643.321,06	563,75	286,55
Média	2.784.714,50	2.753.896,99	3.714.840,07	4.097.369,98	5.834.094,43	6.455.071,87	Índice de Insumo	Índice de Insumo
Desvio Padrão	4.527.104,48	4.751.422,23	7.687.237,19	8.670.968,97	9.536.046,53	24932865,82	-0,823	-0,069

Município	Função Educação							
	Despesa Total 2004	Despesa Total 2005	Despesa Total 2006	Despesa Total 2007	Despesa Total 2008	Despesa Total 2009	Despesa Per Capita 2009	Despesa Per Capita 2004-2008
	Microrregião Ceres							
Barro Alto	1.752.403,60	963.718,29	1.832.353,71	2.190.134,96	4.792.344,82	5.997.150,46	893,23	343,49
Carmo do Rio Verde	801.000,00	1.730.638,06	1.608.891,00	1.852.385,12	1.730.638,06	3.459.227,65	364,86	112,39
Ceres	1.510.177,93	1.419.230,13	9.645.875,60	4.191.761,22	2.904.322,34	2.530.907,70	132,72	202,94
Goianésia	7.275.244,63	7.066.342,24	7.939.109,75	9.490.444,09	13.713.841,76	5.930.088,64	104,33	160,05
Guaraíta	611.128,85	801.958,02	815.028,64	1.262.468,09	1.167.095,96	1.286.239,77	542,72	393,05
Hidrolina	744.688,75	785.025,53	1.135.342,07	1.237.437,74	1.675.334,81	1.473.269,00	351,20	265,93
Ipiranga de Goiás	1.151.760,32	945.203,39	782.070,78	849.151,04	815.610,91	1.498.037,83	515,50	320,73
Itapaci	1.070.303,74	4.222.571,60	3.731.126,87	4.714.016,32	4.705.171,53	3.951.787,99	231,29	208,07
Itapuranga	2.978.182,43	3.627.077,52	3.481.970,41	3.995.207,89	5.095.272,42	5.465.342,40	217,14	152,39
Morro Agudo de Goiás	796.359,75	599.943,42	876.536,53	912.599,29	1.072.829,54	844.604,41	355,02	363,80
Nova América	834.998,00	770.602,67	779.820,86	850.875,82	1.490.109,98	1.448.214,31	635,74	414,96
Rialma	1.171.633,26	1.414.035,00	2.161.539,82	2.336.554,77	1.899.066,57	2.477.968,74	227,11	164,66
Rianópolis	919.758,73	840.432,33	1.135.088,05	1.319.313,09	1.436.655,62	1.556.033,48	365,61	265,57
Rubiataba	1.844.896,92	2.331.537,12	2.703.925,41	2.999.016,53	4.217.076,67	4.792.002,61	257,39	151,43
São Luiz do Norte	726.852,97	907.165,97	929.896,34	1.350.974,79	1.636.071,75	2.018.305,39	452,94	249,15
São Patrício	593.533,67	807.987,13	935.188,02	1.022.391,60	1.286.019,43	1.023.586,17	477,42	433,31
Uruana	1.706.003,97	925.157,30	2.074.444,99	2.368.272,40	2.867.457,91	2.866.995,57	203,12	140,86
Média	2.784.714,50	2.753.896,99	3.714.840,07	4.097.369,98	5.834.094,43	6.455.071,87	Índice de Insumo	Índice de Insumo
Desvio Padrão	4.527.104,48	4.751.422,23	7.687.237,19	8.670.968,97	9.536.046,53	24932865,82	-0,782	-0,349

Município	Função Educação							
	Despesa Total 2004	Despesa Total 2005	Despesa Total 2006	Despesa Total 2007	Despesa Total 2008	Despesa Total 2009	Despesa Per Capita 2009	Despesa Per Capita 2004-2008
	Microrregião Anápolis							
Araçu	738.925,91	686.773,04	1.061.242,79	1.151.812,24	1.272.417,50	1.234.312,90	312,80	248,92
Brazabranes	436.450,67	950.436,00	899.824,04	1.001.047,96	950.436,00	872.754,36	270,04	180,80
Campo Limpo de Goiás	1.323.248,00	787.330,00	958.625,00	1.109.182,00	2.578.944,09	2.271.432,79	377,19	224,42
Caturai	759.864,74	994.316,65	1.435.116,85	1.501.741,65	2.261.901,21	1.246.557,98	267,10	297,96
Inhumas	6.469.046,58	5.243.131,06	9.085.008,93	10.996.599,54	13.088.599,85	12.309.549,75	263,10	191,86
Itaberaí	4.484.546,39	5.235.694,20	5.468.885,51	6.219.442,13	8.938.225,80	10.957.527,71	338,66	187,58
Itaguari	770.583,64	899.949,98	985.020,17	1.018.787,95	1.580.751,78	825.031,23	189,05	240,84
Itaguaru	897.987,03	1.266.184,12	1.302.205,69	1.329.078,91	1.927.363,62	537.120,87	96,07	240,49
Itauçu	949.442,67	995.915,00	1.470.243,19	2.050.592,57	2.730.022,55	1.688.858,70	185,24	179,80
Jaraguá	3.396.253,17	4.283.529,95	5.144.769,62	5.861.351,07	9.107.557,54	10.413.004,00	249,28	133,07
Jesúpolis	381.475,09	421.499,01	724.382,08	905.190,12	874.071,27	964.105,54	419,91	288,03
Nova Veneza	908.452,13	1.237.472,13	1.561.395,23	1.329.481,97	1.879.455,35	2.058.243,82	284,29	191,06
Ouro Verde de Goiás	1.059.574,77	1.398.315,04	1.444.956,47	1.044.257,04	1.845.655,90	2.132.523,86	463,69	290,70
Petrolina de Goiás	1.498.280,06	1.629.288,65	1.592.880,06	1.815.990,12	2.681.417,43	2.317.979,89	230,39	183,24
Santa Rosa de Goiás	1.008.746,78	702.831,67	1.300.345,15	1.170.295,55	1.071.282,41	1.040.822,77	376,43	380,00
São Francisco de Goiás	1.223.532,32	820.789,02	1.048.813,38	1.253.382,92	2.098.413,63	2.268.285,96	389,54	221,36
Taquaral de Goiás	779.517,79	843.138,51	988.266,09	1.068.823,54	1.050.006,28	1.115.252,11	321,31	272,53
Média	2.784.714,50	2.753.896,99	3.714.840,07	4.097.369,98	5.834.094,43	6.455.071,87	Índice de Insumo	Índice de Insumo
Desvio Padrão	4.527.104,48	4.751.422,23	7.687.237,19	8.670.968,97	9.536.046,53	24932865,82	-0,526	-0,333

Município	Função Educação							
	Despesa Total 2004	Despesa Total 2005	Despesa Total 2006	Despesa Total 2007	Despesa Total 2008	Despesa Total 2009	Despesa Per Capita 2009	Despesa Per Capita 2004-2008
	Microrregião Iporá							
Córrego do Ouro	676.611,80	755.750,34	910.741,12	1.134.027,55	1.200.711,84	1.097.507,70	416,99	355,46
Fazenda Nova	1.134.992,47	1.160.583,43	1.226.939,31	1.460.818,97	1.282.780,57	1.276.699,14	199,52	194,69
Iporá	2.490.283,67	2.404.562,38	4.881.439,39	5.831.379,10	4.008.243,65	5.025.951,75	156,84	122,43
Israelândia	606.638,75	724.652,09	665.645,42	996.307,27	795.534,93	1.158.081,06	402,67	269,77
Jaupaci	688.370,00	887.236,74	1.063.689,33	952.337,60	2.122.614,43	1.311.666,59	428,79	373,60
Moiporá	654.320,27	677.607,70	948.862,51	862.439,56	990.065,54	709.566,32	380,46	443,25
Média	2.784.714,50	2.753.896,99	3.714.840,07	4.097.369,98	5.834.094,43	6.455.071,87	Índice de Insumo	Índice de Insumo
Desvio Padrão	4.527.104,48	4.751.422,23	7.687.237,19	8.670.968,97	9.536.046,53	24932865,82	-0,931	-0,376

Município	Função Educação							
	Despesa Total 2004	Despesa Total 2005	Despesa Total 2006	Despesa Total 2007	Despesa Total 2008	Despesa Total 2009	Despesa Per Capita 2009	Despesa Per Capita 2004-2008
	Microrregião Anicuns							
Americano do Brasil	599.613,98	698.461,26	838.531,58	1.056.747,99	1.021.099,76	1.660.223,95	346,24	234,27
Anicuns	640.064,94	684.308,61	1.279.993,67	1.358.952,57	1.653.188,84	7.152.907,86	396,79	230,87
Aurilândia	816.688,84	835.579,57	909.298,97	853.855,79	962.952,33	1.253.074,98	337,85	172,66
Avelinópolis	981.703,68	755.576,59	1.007.340,07	985.468,84	1.178.429,20	1.112.824,76	459,66	405,50
Buriti de Goiás	656.984,73	835.857,84	919.718,76	1.440.194,05	989.771,39	1.033.313,58	469,05	439,63
Firminópolis	676.904,73	694.090,30	1.622.249,44	1.392.806,67	1.236.382,14	2.077.383,62	193,57	102,17
Mossâmedes	741.637,71	854.569,09	1.402.373,47	1.328.615,85	1.313.499,28	1.526.427,23	311,45	230,19
Nazário	1.004.523,79	1.077.143,56	1.619.301,53	1.535.895,50	1.884.062,82	2.307.051,55	302,68	186,85
Sanclerlândia	897.717,90	874.231,49	1.432.691,55	1.421.380,52	1.815.682,18	1.880.090,00	236,91	162,34
Santa Bárbara de Goiás	841.808,35	1.048.713,41	1.402.241,39	1.435.697,15	2.288.237,66	1.522.202,99	252,40	232,69
São Luis de Montes Belos	3.417.868,01	4.109.407,66	5.117.431,43	5.172.623,63	6.836.508,47	6.736.287,56	242,37	177,41
Turvânia	676.050,61	781.093,02	1.145.503,18	1.393.370,28	1.106.655,49	1.652.378,19	324,95	196,46
Média	2.784.714,50	2.753.896,99	3.714.840,07	4.097.369,98	5.834.094,43	6.455.071,87	Índice de Insumo	Índice de Insumo
Desvio Padrão	4.527.104,48	4.751.422,23	7.687.237,19	8.670.968,97	9.536.046,53	24932865,82	-0,423	-0,312

Município	Função Educação							
	Despesa Total 2004	Despesa Total 2005	Despesa Total 2006	Despesa Total 2007	Despesa Total 2008	Despesa Total 2009	Despesa Per Capita 2009	Despesa Per Capita 2004-2008
	Microrregião Goiânia							
Abadia de Goiás	1.373.846,70	1.685.545,27	1.014.526,35	1.399.728,43	2.642.381,04	2.776.840,58	440,70	204,11
Aparecida de Goiânia	32.175.876,46	75.230.931,49	69.683.330,04	80.778.532,93	67.081.126,69	51.541.540,87	100,91	97,78
Aragoiânia	2.118.341,00	1.808.098,00	1.436.130,00	1.524.198,00	3.098.616,00	1.271.627,60	165,10	259,29
Bela Vista de Goiás	3.961.724,40	968.455,60	3.441.445,65	3.734.489,05	5.915.456,02	4.023.899,29	185,61	166,26
Bonfinópolis	2.060.076,55	1.276.896,00	1.388.901,00	1.550.272,00	2.081.777,42	2.095.260,95	285,61	214,62
Caldazinha	692.625,41	885.668,08	874.618,83	938.718,08	1.410.868,79	1.539.815,72	460,88	287,49
Goianápolis	977.547,29	1.624.440,77	1.858.099,49	2.440.006,58	2.719.321,67	2.536.460,90	217,48	164,96
Goiânia	186.433.080,54	198.582.661,66	383.534.795,20	406.537.519,70	354.954.146,1	347.758.073,97	271,27	238,70
Goianira	3.452.842,00	4.121.802,43	4.144.933,00	4.379.263,62	7.943.786,77	8.153.094,46	309,58	182,58
Guapó	1.632.625,41	1.778.146,92	3.241.816,37	2.471.906,33	3.271.448,50	3.759.600,15	269,06	177,43
Hidrolândia	1.895.723,00	3.037.092,00	2.342.387,00	2.747.465,00	6.529.224,00	2.287.071,34	155,39	224,92
Nerópolis	2.792.777,28	4.791.887,11	3.945.889,60	4.422.904,80	8.852.819,28	9.737.667,93	480,64	244,88
Santa Terezinha de Goiás	1.934.822,66	2.022.123,15	2.073.354,72	1.969.352,19	2.855.139,00	2.767.572,00	233,97	183,53
Terezópolis de Goiás	19.385.999,38	9.102.468,99	17.543.962,87	23.909.462,49	35.573.329,46	2.183.940,72	366,99	233,87
Trindade	14.331.735,26	7.130.862,59	18.097.472,38	17.766.870,80	15.557.367,97	1.833.622,07	497,86	3974,52
Média	2.784.714,50	2.753.896,99	3.714.840,07	4.097.369,98	5.834.094,43	6.455.071,87	Índice de Insumo	Índice de Insumo
Desvio Padrão	4.527.104,48	4.751.422,23	7.687.237,19	8.670.968,97	9.536.046,53	24932865,82	-0,856	-0,287

Município	Função Educação							
	Despesa Total 2004	Despesa Total 2005	Despesa Total 2006	Despesa Total 2007	Despesa Total 2008	Despesa Total 2009	Despesa Per Capita 2009	Despesa Per Capita 2004-2008
	Microrregião Vão do Paranã							
Alvorada do Norte	1.569.111,33	1.988.929,98	1.990.109,98	2.373.499,64	2.871.516,00	2.872.401,56	331,46	249,09
Buritinópolis	1.140.574,73	881.219,36	825.741,07	1.080.215,42	1.542.072,55	1.667.928,27	466,81	306,18
Flores de Goiás	2.705.809,36	3.579.546,87	5.056.307,47	1.812.641,26	4.453.284,37	5.659.330,56	492,84	260,44
Guarani de Goiás	1.131.273,17	1.465.244,46	1.638.798,42	1.407.393,15	1.870.203,70	944.582,59	230,78	366,66
Iaciara	1.718.511,36	2.680.337,07	1.976.008,67	2.492.627,29	4.248.059,36	4.384.966,44	341,11	204,05
Mambaí	1.079.354,17	1.445.290,51	1.082.653,64	1.431.630,25	2.719.418,75	547.459,39	77,15	222,42
Posse	4.319.087,03	5.149.461,37	5.234.800,85	4.901.116,42	9.146.972,57	9.294.132,93	297,35	190,76
Média	2.784.714,50	2.753.896,99	3.714.840,07	4.097.369,98	5.834.094,43	6.455.071,87	Índice de Insumo	Índice de Insumo
Desvio Padrão	4.527.104,48	4.751.422,23	7.687.237,19	8.670.968,97	9.536.046,53	24932865,82	-0,259	-0,213

Município	Função Educação							
	Despesa Total 2004	Despesa Total 2005	Despesa Total 2006	Despesa Total 2007	Despesa Total 2008	Despesa Total 2009	Despesa Per Capita 2009	Despesa Per Capita 2004-2008
	Microrregião Entorno de Brasília							
Abadiânia	1.615.433,16	2.020.524,92	1.923.370,78	2.490.628,90	3.906.696,69	3.217.268,09	240,49	178,75
Água Fria de Goiás	1.072.511,49	857.308,67	1.382.892,50	1.500.608,37	2.175.321,26	2.315.301,18	435,37	262,83
Águas Lindas de Goiás	6.577.874,31	18.807.500,87	15.172.631,70	21.493.776,93	18.491.303,17	36.119.718,54	252,27	108,35
Alexânia	3.476.068,03	4.924.261,69	4.200.164,86	4.588.133,25	8.262.842,69	8.902.172,13	429,93	205,27
Cabeceiras	1.189.720,49	1.091.454,23	1.206.343,09	1.514.503,77	2.047.486,48	2.374.201,97	349,46	207,52
Cidade Ocidental	6.174.736,42	9.114.746,23	5.508.126,48	7.105.918,28	14.730.193,92	20.123.396,73	384,18	159,98
Cocalzinho de Goiás	3.415.502,77	4.720.636,79	2.242.634,16	3.070.649,94	3.604.909,53	6.648.310,05	434,64	222,99
Corumbá de Goiás	1.226.689,00	599.388,00	1.430.462,36	1.485.790,44	2.573.919,88	2.505.493,94	267,34	156,13
Cristalina	8.717.018,87	8.898.918,26	9.211.077,81	10.925.027,53	8.942.338,31	6.348.087,06	164,87	196,09
Formosa	12.366.562,14	12.531.312,63	15.615.334,07	17.017.210,78	27.200.006,70	25.817.919,81	268,14	176,00
Luziânia	32.587.735,10	24.379.303,56	25.899.452,06	33.661.589,80	46.410.594,98	50.322.304,23	239,56	155,13
Mimoso de Goiás	980.735,00	1.094.243,00	809.474,41	1.440.999,45	1.705.406,32	1.718.033,58	584,17	410,12
Novo Gama	9.696.318,44	10.085.789,58	7.182.537,00	8.706.622,00	20.340.515,00	6.086.871,52	68,52	126,10
Padre Bernardo	2.625.750,00	7.370.074,34	4.065.235,31	4.891.372,79	11.930.578,59	12.408.957,90	442,99	220,50
Pirenópolis	2.379.429,00	2.759.277,00	2.505.579,80	2.311.731,69	5.395.260,68	6.091.463,53	290,83	146,59
Planaltina	12.701.528,71	20.993.426,90	11.188.202,06	15.810.523,98	26.275.088,11	30.699.893,45	385,43	207,08
Santo Antônio do Descoberto	8.821.005,20	12.188.540,47	9.756.963,42	10.255.503,03	22.168.693,46	24.975.138,76	427,12	226,32
Valparaíso de Goiás	16.175.216,41	17.343.289,16	9.011.121,28	10.543.193,85	39.943.665,00	34.698.788,00	281,09	150,70
Vila Boa	951.572,64	1.303.003,16	1.242.311,30	1.408.202,88	1.741.687,69	2.696.321,29	588,97	290,38
Vila Propício	1.263.029,16	1.638.093,81	1.355.456,12	1.608.234,77	2.303.356,25	2.605.100,14	486,12	304,84
Média	2.784.714,50	2.753.896,99	3.714.840,07	4.097.369,98	5.834.094,43	6.455.071,87	Índice de Insumo -0,522	Índice de Insumo -0,435
Desvio Padrão	4.527.104,48	4.751.422,23	7.687.237,19	8.670.968,97	9.536.046,53	24932865,82		

Município	Função Educação							
	Despesa Total 2004	Despesa Total 2005	Despesa Total 2006	Despesa Total 2007	Despesa Total 2008	Despesa Total 2009	Despesa Per Capita 2009	Despesa Per Capita 2004-2008
	Microrregião Sudoeste de Goiás							
Aparecida do Rio Doce	1.046.009,30	1.332.584,46	1.220.003,48	1.171.840,85	3.143.229,41	1.137.808,11	396,31	551,28
Aporé	1.240.258,85	1.238.151,85	1.422.933,02	1.633.594,11	3.284.097,96	2.670.280,92	720,14	475,68
Caiapônia	3.311.457,49	2.698.054,00	4.418.988,00	3.680.367,00	4.605.360,00	4.970.228,00	300,15	226,03
Castelândia	803.364,14	944.431,97	1.107.261,79	1.129.721,99	1.409.170,23	1.172.445,43	329,62	303,29
Chapadão do Céu	4.430.344,00	2.950.916,71	3.793.354,00	4.417.464,00	5.955.949,00	5.239.274,00	893,62	735,05
Doverlândia	2.054.675,63	2.380.231,07	2.355.111,24	2.405.350,89	2.380.231,07	2.872.153,71	335,14	265,08
Jataí	13.158.297,59	23.939.705,40	15.758.206,90	20.077.189,68	31.908.244,29	15.535.602,75	179,71	242,56
Maurilândia	2.275.337,63	1.072.642,87	1.726.394,57	1.760.495,35	3.148.941,68	3.537.279,65	304,83	172,08
Mineiros	10.509.241,50	7.678.278,01	2.565.771,62	9.291.876,20	19.417.723,44	8.223.410,96	170,15	204,69
Montividiu	2.106.000,00	2.390.127,09	2.552.357,98	3.262.113,20	5.947.497,58	2.434.418,10	244,30	326,30
Palestina de Goiás	947.714,13	921.858,26	1.117.877,64	1.050.412,97	2.133.263,36	1.971.855,52	594,47	372,09
Perolândia	1.307.293,96	1.381.224,43	1.312.508,04	1.669.554,41	1.976.133,90	2.151.221,36	760,15	540,40
Portelândia	954.976,39	1.381.224,43	1.580.267,18	1.770.589,56	1.658.291,41	1.145.775,09	345,01	442,36
Santa Helena de Goiás	5.665.320,32	8.381.736,59	7.805.928,90	8.454.409,05	8.512.437,38	8.754.171,01	240,92	167,54
Santa Rita do Araguaia	802.234,32	844.376,08	1.057.627,33	1.137.959,39	1.431.663,57	1.466.421,84	233,62	168,04
Santo Antônio da Barra	1.327.602,12	1.356.876,89	1.054.774,04	1.216.199,44	2.410.655,75	2.531.716,43	589,46	343,01
Serranópolis	2.147.824,00	2.268.201,00	1.637.487,00	2.041.778,00	4.171.808,57	4.282.161,51	548,08	314,02
Média	2.784.714,50	2.753.896,99	3.714.840,07	4.097.369,98	5.834.094,43	6.455.071,87	Índice de Insumo	Índice de Insumo
Desvio Padrão	4.527.104,48	4.751.422,23	7.687.237,19	8.670.968,97	9.536.046,53	24932865,82	-0,600	-0,120

Município	Função Educação							
	Despesa Total 2004	Despesa Total 2005	Despesa Total 2006	Despesa Total 2007	Despesa Total 2008	Despesa Total 2009	Despesa Per Capita 2009	Despesa Per Capita 2004-2008
	Microrregião Vale do Rio dos Bois							
Acreúna	4.062.048,65	3.897.139,00	3.874.710,83	4.144.376,13	7.245.735,17	6.157.033,78	319,91	241,34
Campestre de Goiás	774.952,00	831.090,00	811.709,00	808.218,00	1.070.633,57	1.591.973,70	443,32	224,59
Cezarina	3.402.637,09	2.901.704,53	2.008.188,49	3.333.670,31	3.363.254,80	3.304.085,82	421,87	280,07
Edealina	1.466.097,28	1.483.290,22	1.232.044,02	1.244.068,20	1.319.800,81	2.172.850,76	568,66	354,98
Edéia	2.034.922,54	2.181.345,71	2.575.202,92	2.351.501,55	3.963.633,37	3.950.600,46	372,56	247,20
Indiara	2.947.796,86	2.449.420,93	2.274.594,67	2.418.369,36	4.648.802,47	5.213.267,97	390,10	220,58
Jandaia	1.313.680,37	1.682.761,58	1.790.414,58	2.007.281,21	2.581.338,15	2.606.017,00	395,09	284,28
Palmeiras de Goiás	2.374.577,00	2.707.058,00	3.329.214,00	3.324.280,00	5.484.232,29	5.791.941,39	254,05	151,06
Palminópolis	913.043,03	1.044.403,39	1.045.328,34	1.197.265,51	1.303.917,51	1.504.511,65	400,03	292,69
Turvelândia	2.024.918,23	2.122.239,18	948.826,28	1.698.661,23	3.136.502,06	1.562.930,23	384,20	505,93
Varjão	684.992,21	764.220,53	869.264,38	1.076.871,31	1.869.109,70	2.058.427,68	540,84	276,64
Média	2.784.714,50	2.753.896,99	3.714.840,07	4.097.369,98	5.834.094,43	6.455.071,87	Índice de Insumo	Índice de Insumo
Desvio Padrão	4.527.104,48	4.751.422,23	7.687.237,19	8.670.968,97	9.536.046,53	24932865,82	-0,002	-0,158

Município	Função Educação							
	Despesa Total 2004	Despesa Total 2005	Despesa Total 2006	Despesa Total 2007	Despesa Total 2008	Despesa Total 2009	Despesa Per Capita 2009	Despesa Per Capita 2004-2008
	Microrregião Meia Ponte							
Água Limpa	820.476,61	769.695,61	857.713,55	986.065,25	1.227.906,39	1.360.175,01	644,33	441,67
Bom Jesus de Goiás	4.032.085,20	3.873.883,06	3.589.864,57	3.710.745,45	6.882.693,76	5.507.703,14	260,99	209,35
Cachoeira Dourada	3.385.096,67	3.838.891,46	2.530.242,44	2.745.510,57	5.327.268,48	2.949.778,71	389,62	470,93
Caldas Novas	8.287.753,20	12.494.145,20	9.644.382,60	11.900.478,58	15.937.574,41	8.937.513,22	132,24	135,44
Goiatuba	11.610.897,25	6.478.970,51	12.098.625,25	9.915.165,74	17.791.769,71	10.040.060,35	310,80	358,44
Inaciolândia	1.482.842,62	1.659.282,19	1.727.738,03	1.604.589,17	2.682.968,80	2.108.950,80	354,51	307,86
Itumbiara	15.317.708,64	9.527.974,64	25.181.855,87	25.614.323,61	31.055.563,84	18.663.789,92	201,05	229,87
Joviânia	1.609.897,41	1.548.638,15	1.556.285,34	1.710.555,83	2.689.207,72	2.717.435,76	393,03	263,66
Mairipotaba	727.331,86	623.732,00	828.569,64	945.199,72	1.274.946,29	1.004.474,36	357,34	313,04
Morrinhos	4.725.059,05	5.237.293,41	7.150.186,91	7.600.472,06	9.198.015,00	9.233.560,91	226,10	166,08
Panamá	524.793,27	829.729,00	927.849,36	1.043.891,55	933.823,30	1.521.616,09	570,96	312,03
Piracanjuba	3.932.591,00	4.176.866,00	4.806.256,00	4.488.627,00	7.618.464,59	8.070.622,79	335,81	208,24
Porteirão	1.090.593,58	794.770,86	981.389,24	1.155.862,77	1.783.106,00	1.729.982,18	547,81	367,68
Rio Quente	1.617.128,75	1.674.623,34	1.352.709,69	1.523.194,47	2.405.213,39	2.556.415,90	778,21	521,94
Vicentinópolis	2.119.517,57	1.753.074,22	1.723.703,13	1.785.400,69	2.507.880,81	2.650.383,40	434,99	324,62
Média	2.784.714,50	2.753.896,99	3.714.840,07	4.097.369,98	5.834.094,43	6.455.071,87	Índice de Insumo	Índice de Insumo
Desvio Padrão	4.527.104,48	4.751.422,23	7.687.237,19	8.670.968,97	9.536.046,53	24932865,82	-0,730	-0,206

Município	Função Educação							
	Despesa Total 2004	Despesa Total 2005	Despesa Total 2006	Despesa Total 2007	Despesa Total 2008	Despesa Total 2009	Despesa Per Capita 2009	Despesa Per Capita 2004-2008
	Microrregião Pires do Rio							
Cristianópolis	747.808,03	878.975,12	950.317,00	950.583,00	785.508,54	947.893,23	323,29	294,21
Gameleira de Goiás	1.158.409,00	1.263.026,00	894.924,00	1.010.244,00	2.434.673,00	1.390.939,06	388,31	377,51
Orizona	2.847.807,79	3.325.856,56	2.207.679,64	2.617.099,24	5.903.855,25	5.954.080,83	391,69	222,38
Pires do Rio	2.803.602,28	3.404.948,70	5.262.928,41	5.271.191,24	6.108.427,37	5.657.402,02	202,57	163,64
São Miguel do Passa Quatro	1.071.673,86	1.141.444,13	1.047.177,69	1.366.637,70	1.772.583,58	1.896.663,44	491,87	331,93
Silvânia	2.032.428,47	3.423.177,72	4.835.864,61	5.201.944,23	6.697.255,74	6.926.691,57	361,63	231,71
Urutaí	894.772,00	1.096.918,03	1.224.912,82	1.184.819,00	1.506.544,24	1.466.538,94	539,17	434,41
Média	2.784.714,50	2.753.896,99	3.714.840,07	4.097.369,98	5.834.094,43	6.455.071,87	Índice de Insumo	Índice de Insumo
Desvio Padrão	4.527.104,48	4.751.422,23	7.687.237,19	8.670.968,97	9.536.046,53	24932865,82	-0,255	-0,214

Município	Função Educação							
	Despesa Total 2004	Despesa Total 2005	Despesa Total 2006	Despesa Total 2007	Despesa Total 2008	Despesa Total 2009	Despesa Per Capita 2009	Despesa Per Capita 2004-2008
	Microrregião Catalão							
Anhanguera	468.433,00	400.612,00	820.083,00	919.706,00	857.904,00	682.278,00	670,21	681,09
Campo Alegre de Goiás	1.454.281,44	632.213,80	1.645.946,30	1.845.238,13	4.080.206,79	2.214.861,49	352,35	307,28
Catalão	14.102.673,94	12.043.867,87	13.961.851,64	2.333.180,38	24.965.354,27	21.534.682,57	265,50	166,21
Corumbafba	3.455.440,75	3.108.065,53	2.510.875,01	2.751.360,67	4.061.960,91	3.880.547,46	449,97	296,37
Goiandira	720.466,54	742.127,90	1.367.156,18	1.317.090,69	1.679.380,89	1.126.094,83	221,63	229,33
Ipameri	4.196.349,70	3.851.085,21	3.766.300,35	4.781.375,35	7.187.009,08	7.436.800,66	309,60	198,01
Ouidor	1.919.991,67	1.395.433,49	2.642.035,52	2.873.527,63	2.784.237,49	1.634.011,37	325,69	463,03
Três Ranchos	900.621,57	934.974,07	1.265.479,38	58.681,66	1.251.139,70	13.434.975,36	127,98	8,40
Média	2.784.714,50	2.753.896,99	3.714.840,07	4.097.369,98	5.834.094,43	11.756.200,99	Índice de Insumo	Índice de Insumo
Desvio Padrão	4.527.104,48	4.751.422,23	7.687.237,19	8.670.968,97	9.536.046,53	43063499,09	-0,255	-0,214

Município	Função Educação							
	Despesa Total 2004	Despesa Total 2005	Despesa Total 2006	Despesa Total 2007	Despesa Total 2008	Despesa Total 2009	Despesa Per Capita 2009	Despesa Per Capita 2004-2008
	Microrregião Quirinópolis							
Cachoeira Alta	1.726.084,84	1.579.459,29	1.697.601,18	1.901.194,05	2.098.617,40	2.697.056,97	327,51	209,60
Caçu	2.704.063,15	2.528.887,82	2.367.384,05	2.252.678,69	2.836.797,09	3.443.383,09	303,57	223,75
Gouvelândia	1.329.845,30	1.007.575,59	1.228.321,61	1.329.526,00	1.188.474,40	2.308.783,48	482,00	255,49
Itajá	1.655.906,29	1.775.349,13	1.854.918,46	2.175.868,17	2.937.378,00	2.698.224,98	488,10	376,25
Itarumã	1.373.226,04	1.634.702,41	1.498.821,29	1.593.162,60	3.383.284,05	2.944.495,49	536,34	345,47
Lagoa Santa	985.632,93	904.277,40	817.147,62	859.347,32	1.531.869,48	1.248.442,70	927,52	757,54
Paranaiguara	1.337.384,52	1.689.242,51	2.388.363,29	2.245.951,10	2.676.888,67	2.592.454,81	329,74	262,98
Quirinópolis	6.692.701,52	7.298.101,72	8.319.607,61	8.882.806,80	15.197.109,62	13.101.422,85	329,55	233,38
São Simão	4.015.143,09	4.373.008,03	6.020.224,81	6.032.329,70	8.099.788,96	6.822.524,93	474,68	397,14
Média	2.784.714,50	2.753.896,99	3.714.840,07	4.097.369,98	5.834.094,43	6.455.071,87	Índice de Insumo	Índice de Insumo
Desvio Padrão	4.527.104,48	4.751.422,23	7.687.237,19	8.670.968,97	9.536.046,53	24932865,82	0,142	-0,027

APÊNDICE C: Índice de Bem-Estar – Função Saúde 2009

Município	Função Saúde							
	Percentual de Crianças com aleitamento materno exclusivo	Percentual de coberturas de pré-natal	Taxa de Mortalidade Infantil por diarreia	Prevalência de Desnutrição	Taxa de hospitalização por pneumonia	Taxa de hospitalização por desidratação	Taxa de procedimentos clínicos - atendimento	Índice de Bem Estar
	Microrregião São Miguel do Araguaia							
Mozarlândia	69,8	99,3	0,0	2,0	5,2	2,1	47,70	-1,063
Mundo Novo	75,9	93,9	43,5	0,4	6,3	15,7	45,60	5,072
Nova Crixás	75,4	100,0	0,0	0,5	0,0	0,0	40,50	-1,370
Novo Planalto	78,3	91,5	0,0	1,2	8,8	17,7	38,70	-0,929
São Miguel do Araguaia	67,5	98,3	0,0	0,6	10,8	16,8	56,10	-1,251
Uirapuru	61,2	97,5	0,0	3,7	0,0	10,5	52,70	-1,027
Média	78,04	95,50	1,63	1,33	22,67	14,24	52,60	-0,095
Desvio Padrão	11,78	9,74	6,85	2,40	53,79	28,20	17,64	

Município	Função Saúde							
	Percentual de Crianças com aleitamento materno exclusivo	Percentual de coberturas de pré-natal	Taxa de Mortalidade Infantil por diarreia	Prevalência de Desnutrição	Taxa de hospitalização por pneumonia	Taxa de hospitalização por desidratação	Taxa de procedimentos clínicos - atendimento	Índice de Bem Estar
	Microrregião Rio Vermelho							
Araguapaz	68,0	99,4	0,0	1,8	0,0	0,0	40,20	-1,521
Aruanã	88,6	0,0	0,5	21,9	0,0	0,0	50,80	-1,439
Britânia	85,9	98,8	0,0	0,0	3,2	18,9	53,20	0,022
Faina	91,5	97,7	0,0	0,9	2,5	0,0	68,40	0,200
Goiás	76,8	99,0	0,0	0,1	28,4	2,4	47,20	-0,854
Itapirapuã	79,6	96,1	0,0	1,2	6,4	3,2	50,10	-0,812
Jussara	81,0	95,9	0,0	1,8	25,7	15,2	66,80	0,456
Média	78,04	95,50	1,63	1,33	22,67	14,24	52,60	-0,564
Desvio Padrão	11,78	9,74	6,85	2,40	53,79	28,20	17,64	

Município	Função Saúde							
	Percentual de Crianças com aleitamento materno exclusivo	Percentual de coberturas de pré-natal	Taxa de Mortalidade Infantil por diarreia	Prevalência de Desnutrição	Taxa de hospitalização por pneumonia	Taxa de hospitalização por desidratação	Taxa de procedimentos clínicos - atendimento	Índice de Bem Estar
	Microrregião Aragarças							
Aragarças	71,6	97,5	0,0	1,6	0,0	0,0	41,50	-1,483
Arenópolis	93,0	100,0	0,0	0,9	5,3	0,0	34,60	0,341
Baliza	80,9	96,0	0,0	0,5	45,9	45,9	23,80	1,031
Bom Jardim de Goiás	77,1	96,8	0,0	0,1	4,7	4,7	44,70	-1,434
Montes Claros de Goiás	68,1	97,8	0,0	0,0	7,4	7,4	71,00	-1,778
Piranhas	74,3	98,8	0,0	0,3	15,5	15,5	60,50	-0,671
Média	78,04	95,50	1,63	1,33	22,67	14,24	52,60	-0,665
Desvio Padrão	11,78	9,74	6,85	2,40	53,79	28,20	17,64	

Município	Função Saúde							
	Percentual de Crianças com aleitamento materno exclusivo	Percentual de coberturas de pré-natal	Taxa de Mortalidade Infantil por diarreia	Prevalência de Desnutrição	Taxa de hospitalização por pneumonia	Taxa de hospitalização por desidratação	Taxa de procedimentos clínicos - atendimento	Índice de Bem Estar
	Microrregião Porangatu							
Alto Horizonte	78,1	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	59,70	-1,194
Amaralina	39,7	99,3	0,0	0,0	0,0	0,0	70,80	-4,437
Bonópolis	91,7	86,0	0,0	0,4	5,8	0,0	70,50	-1,116
Campinaçu	62,1	98,6	0,0	1,7	20,8	31,3	18,20	-0,827
Campinorte	84,3	99,4	0,0	0,6	5,9	0,0	49,60	-0,451
Campos Verdes	83,6	97,2	0,0	0,4	11,7	0,0	59,10	-0,635
Estrela do Norte	72,2	97,5	0,0	0,4	9,3	18,7	37,20	-1,131
Formoso	84,9	96,7	0,0	1,9	30,3	60,6	53,20	2,496
Mara Rosa	75,1	98,6	0,0	0,3	8,0	40,0	30,20	-0,140
Minaçu	70,2	94,6	0,0	1,3	7,1	3,0	60,00	-1,637
Montividiu do Norte	94,8	98,1	0,0	0,4	0,0	0,0	55,50	0,161
Mutunópolis	82,4	97,8	0,0	1,0	8,8	17,7	54,80	0,113
Niquelândia	87,2	97,1	13,9	0,6	9,2	2,1	47,70	1,709
Nova Iguaçu de Goiás	81,0	99,4	0,0	0,0	19,5	0,0	56,30	-0,675
Porangatu	69,9	94,5	0,0	0,9	27,0	13,5	53,90	-1,146
Santa Tereza de Goiás	93,3	92,0	0,0	0,1	11,9	7,9	50,70	-0,255
Santa Terezinha de Goiás	72,6	94,6	0,0	0,6	7,3	12,8	61,90	-1,358
Trombas	77,9	96,8	0,0	1,3	22,7	0,0	46,00	-0,687
Uruaçu	71,3	98,7	0,0	0,5	14,5	1,7	57,90	-1,381
Média	78,04	95,50	1,63	1,33	22,67	14,24	52,60	-0,663
Desvio Padrão	11,78	9,74	6,85	2,40	53,79	28,20	17,64	

Município	Função Saúde							
	Percentual de Crianças com aleitamento materno exclusivo	Percentual de coberturas de pré-natal	Taxa de Mortalidade Infantil por diarreia	Prevalência de Desnutrição	Taxa de hospitalização por pneumonia	Taxa de hospitalização por desidratação	Taxa de procedimentos clínicos - atendimento	Índice de Bem Estar
	Microrregião Chapada dos Veadeiros							
Alto Paraíso de Goiás	87,2	94,0	0,0	2,1	21,5	4,3	63,00	0,417
Campos Belos	92,7	95,4	0,0	0,7	12,7	7,0	56,80	0,326
Cavalcante	72,9	85,6	0,0	3,7	11,3	2,3	79,40	-1,120
Monte Alegre de Goiás	89,7	86,0	10,8	2,3	22,5	12,9	66,30	1,818
Nova Roma	84,6	90,4	0,0	3,6	10,6	5,3	41,30	0,109
São João da D´Alianca	83,9	89,9	0,0	1,9	0,0	5,4	30,60	-0,991
Teresina de Goiás	97,8	91,1	0,0	3,6	4,1	4,1	59,10	1,283
Média	78,04	95,50	1,63	1,33	22,67	14,24	52,60	0,263
Desvio Padrão	11,78	9,74	6,85	2,40	53,79	28,20	17,64	

Município	Função Saúde							
	Percentual de Crianças com aleitamento materno exclusivo	Percentual de coberturas de pré-natal	Taxa de Mortalidade Infantil por diarreia	Prevalência de Desnutrição	Taxa de hospitalização por pneumonia	Taxa de hospitalização por desidratação	Taxa de procedimentos clínicos - atendimento	Índice De Bem Estar
	Microrregião Ceres							
Barro Alto	52,6	97,8	0,0	0,2	20,5	34,1	44,20	-2,037
Carmo do Rio Verde	77,9	96,3	17,5	0,3	21,4	3,9	47,60	1,528
Ceres	65,9	94,1	5,8	0,3	59,1	10,9	47,80	-0,475
Goianésia	84,5	94,2	1,9	1,3	43,7	12,7	46,60	0,730
Guaraíta	60,5	97,1	0,0	2,2	8,6	0,0	46,60	-2,015
Hidrolina	43,3	97,8	0,0	2,0	0,0	0,0	65,50	-3,494
Ipiranga de Goiás	75,2	97,9	0,0	0,6	37,6	0,0	58,50	-0,717
Itapaci	81,8	95,5	0,0	1,3	17,6	0,0	44,40	-0,597
Itapuranga	77,7	98,2	0,0	1,0	6,4	5,5	38,10	-0,857
Nova América	82,1	100,0	0,0	2,0	48,4	8,1	62,00	1,185
Nova Glória	70,3	94,7	0,0	1,0	600,0	200,0	55,70	16,230
Rialma	79,8	99,0	0,0	0,7	333,3	57,1	38,70	7,190
Rianápolis	78,0	99,4	0,0	0,5	24,6	24,6	55,40	0,239
Rubiataba	74,8	99,8	0,0	0,9	30,5	40,6	30,50	0,651
Santa Isabel	88,1	96,9	0,0	0,1	12,3	12,3	55,9	0,012
Santa Rita do Novo Destino	83,3	94,6	0,0	1,3	88,9	0	68,4	0,958
São Luiz do Norte	56,7	98,3	0,0	0,2	20,5	20,5	65,40	-1,948
São Patrício	73,7	98,0	0,0	0,0	30,3	0,0	56,10	-1,239
Média	78,04	95,50	1,63	1,33	22,67	14,24	52,60	0,852
Desvio Padrão	11,78	9,74	6,85	2,40	53,79	28,20	17,64	

Município	Função Saúde							
	Percentual de Crianças com aleitamento materno exclusivo	Percentual de coberturas de pré-natal	Taxa de Mortalidade Infantil por diarreia	Prevalência de Desnutrição	Taxa de hospitalização por pneumonia	Taxa de hospitalização por desidratação	Taxa de procedimentos clínicos - atendimento	Índice de Bem Estar
	Microrregião Anápolis							
Anápolis	65,1	94,1	0,0	0,6	8,1	3,1	44,70	-2,515
Araçu	85,7	98,8	0,0	0,2	5,1	5,1	50,00	-0,392
Brazabrantes	81,7	96,9	0,0	2,4	66,7	0,0	63,60	1,066
Campo Limpo de Goiás	43,9	99,4	0,0	0,0	0,0	9,1	51,70	-3,902
Caturai	67,1	97,8	0,0	0,6	17,4	17,4	33,20	-1,378
Damolândia	92,0	98,6	0,0	2,3	0,0	0,0	54,10	0,756
Heitorai	82,5	100,0	0,0	0,1	0,0	5,1	25	-0,879
Inhumas	78,4	94,2	0,0	0,7	22,9	7,8	56,90	-0,793
Itaberaí	74,3	98,5	0,0	0,4	13,8	0,8	65,70	-1,171
Itaguari	64,4	98,5	0,0	1,2	15,5	15,5	36,50	-1,361
Itaguaru	70,1	100,0	0,0	0,2	10,9	0,0	69,70	-1,506
Itauçu	70,0	97,0	0,0	0,5	24,1	6,9	46,80	-1,393
Jaraguá	73,5	96,8	9,8	1,2	40,7	31,2	55,20	1,845
Jesúpolis	92,6	100,0	0,0	1,8	0,0	0,0	87,10	1,010
Nova Veneza	70,8	97,4	0,0	1,5	39,1	73,9	0,00	1,408
Ouro Verde de Goiás	70,2	98,8	0,0	0,3	18,2	13,6	56,30	-1,070
Petrolina de Goiás	75,7	98,6	0,0	0,4	71,7	237,7	54,10	8,341
Santa Rosa de Goiás	92,7	99,4	0,0	3,4	12,7	113,9	45,90	5,565
Taquaral de Goiás	90,9	98,3	0,0	1,1	5,7	43,2	0,40	1,334
Média	78,04	95,50	1,63	1,33	22,67	14,24	52,60	0,261
Desvio Padrão	11,78	9,74	6,85	2,40	53,79	28,20	17,64	

Município	Função Saúde							
	Percentual de Crianças com aleitamento materno exclusivo	Percentual de coberturas de pré-natal	Taxa de Mortalidade Infantil por diarreia	Prevalência de Desnutrição	Taxa de hospitalização por pneumonia	Taxa de hospitalização por desidratação	Taxa de procedimentos clínicos - atendimento	Índice de Bem Estar
	Microrregião Iporá							
Amorinópolis	88,7	97,3	0,0	0,7	6,2	6,2	0	-0,428
Cachoeira de Goiás	95,6	100,0	0,0	5,3	0,0	12,2	41	2,783
Córrego do Ouro	97,7	99,0	0,0	0,2	10,0	0,0	30,00	0,396
Fazenda Nova	91,3	100,0	0,0	0,3	35,6	7,9	87,00	1,215
Iporá	84,1	99,0	5,2	1,7	14,5	3,6	45,90	0,967
Israelândia	82,0	98,9	0,0	0,2	0,0	0,0	29,60	-1,136
Ivolândia	91,3	100,0	0,0	0,0	20,4	0	48,1	0,212
Jaupaci	81,3	99,3	0,0	0,0	13,8	6,9	30,40	-0,731
Moiporá	97,9	100,0	0,0	1,2	0,0	0,0	76,80	1,126
Novo Brasil	85,4	97,5	0,0	0,4	23,3	23,3	57,80	0,580
Média	78,04	95,50	1,63	1,33	22,67	14,24	52,60	0,498
Desvio Padrão	11,78	9,74	6,85	2,40	53,79	28,20	17,64	

Município	Função Saúde							
	Percentual de Crianças com aleitamento materno exclusivo	Percentual de coberturas de pré-natal	Taxa de Mortalidade Infantil por diarreia	Prevalência de Desnutrição	Taxa de hospitalização por pneumonia	Taxa de hospitalização por desidratação	Taxa de procedimentos clínicos - atendimento	Índice de Bem Estar
	Microrregião Anicuns							
Adelândia	86,4	98,8	66,7	0,0	0,0	0	49,7	9,048
Americano do Brasil	60,3	90,5	0,0	0,1	36,2	79,7	42,80	-0,278
Anicuns	84,5	96,0	0,0	1,3	14,3	7,1	48,90	-0,089
Aurilândia	66,7	95,3	0,0	0,8	6,1	6,1	32,40	-2,203
Avelinópolis	84,2	99,4	0,0	2,3	0,0	0,0	57,80	0,206
Buriti de Goiás	86,7	98,6	0,0	2,5	39,0	39,0	52,10	2,481
Firminópolis	90,2	99,5	0,0	0,0	6,5	2,2	38,30	-0,193
Mossâmedes	71,7	97,3	0,0	0,4	29,0	58,1	52,90	0,696
Nazário	76,4	96,4	0,0	0,6	26,3	0,0	82,20	-0,787
Sanclerlândia	81,5	0,0	0,4	0,0	0,0	34,8	0,00	-10,369
Santa Bárbara de Goiás	71,8	99,4	0,0	0,5	0,0	5,3	54,40	-1,437
São Luis de Montes Belos	82,6	99,8	0,0	0,3	12,9	1,7	74,10	-0,291
Turvânia	54,2	100,0	0,0	2,4	0,0	0,0	70,00	-2,139
Média	78,04	95,50	1,63	1,33	22,67	14,24	52,60	-0,412
Desvio Padrão	11,78	9,74	6,85	2,40	53,79	28,20	17,64	

Município	Função Saúde							
	Percentual de Crianças com aleitamento materno exclusivo	Percentual de coberturas de pré-natal	Taxa de Mortalidade Infantil por diarreia	Prevalência de Desnutrição	Taxa de hospitalização por pneumonia	Taxa de hospitalização por desidratação	Taxa de procedimentos clínicos - atendimento	Índice de Bem Estar
	Microrregião Goiânia							
Abadia de Goiás	70,6	93,5	0,0	3,1	0,0	0,0	48,70	-1,295
Aparecida de Goiânia	75,7	92,3	0,0	1,0	23,3	5,9	61,50	-1,115
Aragoiânia	83,3	97,9	14,7	1,1	47,0	33,6	49,70	3,622
Bela Vista de Goiás	56,1	94,2	6,6	0,3	10,2	7,6	61,80	-2,093
Bonfinópolis	84,8	98,9	0,0	0,1	6,8	0,0	51,00	-0,641
Caldazinha	91,8	94,1	0,0	0,9	0,0	0,0	66,80	-0,204
Goianópolis	89,9	96,7	0,0	0,4	3,9	6,5	46,40	-0,169
Goiânia	83,8	97,0	3,1	1,5	77,9	22,5	16,80	1,959
Goianira	76,5	95,4	0,0	0,7	17,2	5,5	50,10	-1,074
Guapó	76,1	95,1	0,0	0,7	13,8	2,5	66,00	-1,179
Hidrolândia	82,8	94,8	0,0	0,2	15,8	1,0	53,20	-0,969
Leopoldo de Bulhões	82,0	98,8	0,0	0,6	17,9	0,0	75,10	-0,279
Nerópolis	82,2	99,5	0,0	0,3	41,7	5,6	32,80	-0,016
Santa Terezinha de Goiás	72,6	94,6	0,0	0,6	7,3	12,8	61,90	-1,358
Senador Canedo	91,3	98,7	2,8	0,4	22,5	7,0	58,90	1,029
Terezópolis de Goiás	85,3	87,7	0,0	0,9	10,2	20,4	45,20	-0,676
Trindade	78,6	95,6	6,3	4,0	282,9	50,4	55,30	7,996
Média	78,04	95,50	1,63	1,33	22,67	14,24	52,60	0,208
Desvio Padrão	11,78	9,74	6,85	2,40	53,79	28,20	17,64	

Município	Função Saúde							
	Percentual de Crianças com aleitamento materno exclusivo	Percentual de coberturas de pré-natal	Taxa de Mortalidade Infantil por diarreia	Prevalência de Desnutrição	Taxa de hospitalização por pneumonia	Taxa de hospitalização por desidratação	Taxa de procedimentos clínicos - atendimento	Índice de Bem Estar
	Microrregião Vão do Paranã							
Alvorada do Norte	75,7	95,4	0,0	1,7	13,4	14,9	59,00	-0,390
Buritinópolis	87,6	95,8	0,0	3,3	0,0	0,0	59,50	0,556
Damianópolis	98,3	84,5	0,0	0,6	0,0	0,0	49,90	-0,900
Divinópolis de Goiás	88,9	97,3	0,0	0,6	5,2	5,2	46,80	-0,128
Flores de Goiás	90,2	92,8	0,0	1,0	3,5	1,7	64,30	-0,327
Guarani de Goiás	47,7	81,9	0,0	20,8	0,0	0,0	66,80	3,099
Iaciara	71,5	91,6	0,0	2,4	8,7	1,0	46,60	-1,525
Mambaí	74,5	90,1	0,0	7,0	0,0	0,0	72,20	0,504
Posse	77,0	93,5	0,0	2,7	15,9	34,2	80,70	0,849
São Domingos	92,1	91,9	0,0	0,8	2,1	8,4	86,70	0,052
Simolândia	94,3	90,8	0,0	2,5	18,8	21,9	70,20	1,490
Média	78,04	95,50	1,63	1,33	22,67	14,24	52,60	0,298
Desvio Padrão	11,78	9,74	6,85	2,40	53,79	28,20	17,64	

Município	Função Saúde							
	Percentual de Crianças com aleitamento materno exclusivo	Percentual de coberturas de pré-natal	Taxa de Mortalidade Infantil por diarreia	Prevalência de Desnutrição	Taxa de hospitalização por pneumonia	Taxa de hospitalização por desidratação	Taxa de procedimentos clínicos - atendimento	Índice de Bem Estar
	Microrregião Entorno de Brasília							
Abadiânia	94,2	97,6	0	1,3	8,9	10,1	41,3	0,843
Água Fria de Goiás	90,2	91,9	0,0	2,2	5,8	0,0	18,20	-0,310
Águas Lindas de Goiás	82,0	88,5	0,0	1,3	11,4	5,1	55,10	-1,147
Alexânia	82,1	93,5	0,0	0,4	12,7	4,2	74,70	-0,849
Cabeceiras	78,9	97,9	0,0	3,2	3,4	0,0	33,70	-0,155
Cidade Ocidental	89,4	98,2	0,0	0,1	1,4	0,2	42,80	-0,482
Cocalzinho de Goiás	76,9	95,6	10,6	1,1	21,4	4,5	68,60	0,888
Corumbá de Goiás	86,5	89,1	0,0	0,7	12,5	2,1	51,70	-1,067
Cristalina	80,8	92,3	0,0	0,8	37,7	20,7	70,90	0,103
Formosa	81,3	95,6	8,5	1,0	254,4	119,4	59,40	9,245
Luziânia	76,3	85,2	0,0	1,7	4,5	1,6	68,70	-1,945
Mimoso de Goiás	93,7	90,6	0,0	3,2	12,2	12,2	71,50	1,254
Novo Gama	76,2	89,8	0,0	0,9	5,0	1,1	56,80	-1,919
Padre Bernardo	92,7	94,3	0,0	1,3	16,8	5,1	72,60	0,600
Pirenópolis	80,6	98,1	7,1	0,3	9,2	9,2	0,00	-0,001
Planaltina	86,1	94,1	0,0	3,2	28,0	5,5	64,20	0,966
Santo Antônio do Descoberto	88,9	94,6	1,9	0,7	1,4	0,6	57,00	-0,237
Valparaíso de Goiás	81,6	92,2	2,8	12,9	3,2	49,6	1,40	5,437
Vila Boa	87,7	96,1	0,0	1,6	6,6	6,6	46,10	0,134
Vila Propício	85,2	93,8	0,0	0,2	46,5	0,0	46,50	-0,387
Média	78,04	95,50	1,63	1,33	22,67	14,24	52,60	0,549
Desvio Padrão	11,78	9,74	6,85	2,40	53,79	28,20	17,64	

Município	Função Saúde							
	Percentual de Crianças com aleitamento materno exclusivo	Percentual de coberturas de pré-natal	Taxa de Mortalidade Infantil por diarreia	Prevalência de Desnutrição	Taxa de hospitalização por pneumonia	Taxa de hospitalização por desidratação	Taxa de procedimentos clínicos - atendimento	Índice de Bem Estar
	Microrregião Sudoeste de Goiás							
Aparecida do Rio Doce	31,8	98,3	0,0	0,0	5,9	0,0	56,80	-5,214
Aporé	87,6	92,8	0,0	1,2	13,2	6,6	36,10	-0,338
Caiapônia	75,9	99,2	0,0	0,1	12,1	6,0	67,00	-0,925
Chapadão do Céu	88,1	99,4	0,0	0,8	6,6	0,0	58,40	0,039
Doverlândia	86,4	100,0	0,0	0,6	12,4	4,1	57,80	0,121
Jataí	72,5	84,0	0,0	0,7	11,1	4,7	50,50	-2,723
Maurilândia	56,6	99,2	0,0	11,1	0,0	0,0	95,50	1,818
Mineiros	70,6	96,5	0,0	1,4	8,2	54,3	37,20	0,289
Montividiu	82,4	95,8	9,3	0,7	22,2	35,8	0,00	1,588
Palestina de Goiás	52,4	94,2	0,0	1,3	5,5	16,6	49,30	-2,823
Perolândia	83,8	85,7	0,0	0,5	0,0	0,0	79,90	-1,807
Portelândia	92,0	99,0	0,0	0,4	5,1	5,1	52,40	0,267
Rio Verde	77,6	89,6	0,0	0,7	17,7	4,8	67,50	-1,451
Santa Helena de Goiás	73,6	97,8	0,0	1,1	10,2	4,6	44,20	-1,116
Santa Rita do Araguaia	93,9	97,3	0,0	0,1	4,4	3,0	55,60	0,067
Santo Antônio da Barra	71,4	97,3	50,0	1,8	8,7	0,0	47,00	6,072
Serranópolis	83,5	99,1	0,0	1,0	41,5	0,0	67,70	0,425
Média	78,04	95,50	1,63	1,33	22,67	14,24	52,60	-0,336
Desvio Padrão	11,78	9,74	6,85	2,40	53,79	28,20	17,64	

Município	Função Saúde							
	Percentual de Crianças com aleitamento materno exclusivo	Percentual de coberturas de pré-natal	Taxa de Mortalidade Infantil por diarreia	Prevalência de Desnutrição	Taxa de hospitalização por pneumonia	Taxa de hospitalização por desidratação	Taxa de procedimentos clínicos - atendimento	Índice de Bem Estar
	Microrregião Vale do Rio dos Bois							
Acreúna	75,5	96,3	0,0	0,9	6,6	2,2	51,30	-1,287
Campestre de Goiás	67,1	95,1	0,0	0,5	22,4	7,5	82,40	-1,557
Cezarina	78,3	99,8	0,0	0,2	93,0	54,3	58,30	2,529
Edealina	51,5	97,2	0,0	1,4	29,2	0,0	35,30	-2,811
Edéia	62,5	97,5	0,0	1,0	6,9	1,4	40,60	-2,335
Indiara	73,1	92,5	0,0	1,0	35,6	114,4	64,00	2,781
Jandaia	80,7	96,9	0,0	0,1	0,0	7,8	36,50	-1,162
Palmeiras de Goiás	81,8	97,5	0,0	1,4	119,0	47,6	21,20	3,035
Palminópolis	67,8	91,4	0,0	0,2	22,9	0,0	56,10	-2,472
Paraúna	40,8	99,3	0,0	0,1	3,6	5,4	48,20	-4,226
Média	78,04	95,50	1,63	1,33	22,67	14,24	52,60	-0,674
Desvio Padrão	11,78	9,74	6,85	2,40	53,79	28,20	17,64	

Município	Função Saúde							
	Percentual de Crianças com aleitamento materno exclusivo	Percentual de coberturas de pré-natal	Taxa de Mortalidade Infantil por diarreia	Prevalência de Desnutrição	Taxa de hospitalização por pneumonia	Taxa de hospitalização por desidratação	Taxa de procedimentos clínicos - atendimento	Índice de Bem Estar
	Microrregião Meia Ponte							
Água Limpa	87,6	96,9	0,0	2,6	90,9	90,9	4,40	569,34
Aloândia	75,6	97,6	0,0	0,7	0,0	0	69,6	545,82
Bom Jesus de Goiás	65,4	97,1	6,8	0,4	69,6	31,6	43,70	228,45
Buriti Alegre	76,1	90,9	16,7	1,0	46,0	12,3	70,4	212,80
Cachoeira Dourada	81,9	93,3	0,0	0,1	26,5	0,0	55,20	603,97
Caldas Novas	73,4	97,3	0,0	0,4	104,2	25,0	66,10	301,13
Cromínia	83,9	99,5	0,0	2,6	0,0	0	42,1	433,83
Goiatuba	82,7	98,5	0,0	0,9	15,6	4,2	46,70	457,69
Inaciolândia	78,6	98,9	0,0	0,3	3,4	3,4	74,30	297,30
Itumbiara	87,3	94,9	0,0	0,9	11,6	7,7	57,10	346,34
Joviânia	48,2	99,0	0,0	0,0	0,0	2,5	53,20	342,10
Morrinhos	81,9	96,5	0,0	1,5	8,9	9,9	60,20	281,22
Panamá	84,0	99,0	0,0	0,3	14,6	7,3	61,70	502,67
Piracanjuba	83,0	98,3	0,0	0,3	9,0	3,6	45,70	263,22
Pontalina	87,6	98,4	0,0	0,4	0,0	0,0	60,30	306,68
Porteirão	51,5	98,2	0,0	3,0	5,5	5,5	82,40	456,82
Vicentinópolis	40,8	98,8	0,0	0,1	6,1	2,0	90,80	341,24
Média	78,04	95,50	1,63	1,33	22,67	14,24	52,60	-0,321
Desvio Padrão	11,78	9,74	6,85	2,40	53,79	28,20	17,64	

Município	Função Saúde							
	Percentual de Crianças com aleitamento materno exclusivo	Percentual de coberturas de pré-natal	Taxa de Mortalidade Infantil por diarreia	Prevalência de Desnutrição	Taxa de hospitalização por pneumonia	Taxa de hospitalização por desidratação	Taxa de procedimentos clínicos - atendimento	Índice de Bem Estar
	Microrregião Pires do Rio							
Cristianópolis	71,0	100,0	0,0	0,7	11,6	0,0	61,80	-1,272
Orizona	70,6	99,6	0,0	0,7	9,8	15,7	60,70	-0,833
Palmeio	91,1	100,0	0,0	1,9	15,4	0	81,6	1,166
Pires do Rio	64,1	92,2	5,2	0,5	32,1	20,4	46,20	-1,005
Santa Cruz de Goiás	83,3	94,0	0,0	1,1	20,2	0,0	13,50	-0,909
São Miguel do Passa Quatro	77,4	100,0	0,0	1,3	4,6	0,0	56,00	-0,656
Silvânia	89,2	97,9	0,0	0,6	82,8	48,3	52,30	2,975
Urutaí	81,8	100,0	0,0	0,7	0,0	49,6	74,70	1,292
Vianópolis	79,8	97,6	12,6	1,2	1,2	64,8	45,20	3,247
Média	78,04	95,50	1,63	1,33	22,67	14,24	52,60	0,445
Desvio Padrão	11,78	9,74	6,85	2,40	53,79	28,20	17,64	

Município	Função Saúde							
	Percentual de Crianças com aleitamento materno exclusivo	Percentual de coberturas de pré-natal	Taxa de Mortalidade Infantil por diarreia	Prevalência de Desnutrição	Taxa de hospitalização por pneumonia	Taxa de hospitalização por desidratação	Taxa de procedimentos clínicos - atendimento	Índice de Bem Estar
	Microrregião Catalão							
Ananguera	64,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	72,40	-2,289
Campo Alegre de Goiás	78,7	98,6	0,0	1,6	15,1	5,0	65,70	-0,113
Catalão	71,8	97,1	0,0	1,1	12,8	3,5	63,80	-1,173
Cumari	75,2	100,0	0,0	1,1	8,0	8	60,8	-0,540
Davinópolis	90,0	97,4	0,0	0,3	12,0	0,0	71,40	-0,008
Goiandira	85,7	100,0	0,0	0,4	7,3	0,0	44,90	-0,366
Ipameri	75,0	96,1	12,7	0,2	24,0	14,4	62,20	1,057
Ouvidor	77,3	99,7	0,0	3,8	13,7	0,0	39,80	0,386
Três Ranchos	75,3	98,7	0,0	1,1	19,2	0,0	81,10	-0,576
Média	78,04	95,50	1,63	1,33	22,67	14,24	52,60	-0,403
Desvio Padrão	11,78	9,74	6,85	2,40	53,79	28,20	17,64	

Município	Função Saúde							
	Percentual de Crianças com aleitamento materno exclusivo	Percentual de coberturas de pré-natal	Taxa de Mortalidade Infantil por diarreia	Prevalência de Desnutrição	Taxa de hospitalização por pneumonia	Taxa de hospitalização por desidratação	Taxa de procedimentos clínicos - atendimento	Índice de Bem Estar
	Microrregião Quirinópolis							
Cachoeira Alta	71,8	92,4	0,0	0,5	1,8	0,0	60,40	-2,262
Caçu	74,0	98,6	0,0	2,3	0,0	1,3	49,60	-0,763
Gouvelândia	75,7	100,0	0,0	0,8	8,8	4,4	24,80	-1,027
Itajá	80,6	98,1	0,0	0,8	2,6	5,3	56,80	-0,631
Itarumã	84,4	99,1	0,0	0,3	14,9	53,7	61,50	1,569
Lagoa Santa	75,0	98,2	0,0	1,3	0,0	32,3	75,80	0,175
Paranaiguara	81,3	97,4	0,0	0,6	43,5	10,9	56,50	0,230
Quirinópolis	85,3	99,5	0,0	0,4	0,0	0,0	65,90	-0,417
São Simão	71,8	95,0	12,5	4,0	64,5	12,2	57,30	2,864
Média	78,04	95,50	1,63	1,33	22,67	14,24	52,60	-0,029
Desvio Padrão	11,78	9,74	6,85	2,40	53,79	28,20	17,64	

APÊNDICE D: Índice de Insumo – Função Saúde 2009 e Média de 2004 a 2008

Município	Função Saúde							
	Despesa Total 2004	Despesa Total 2005	Despesa Total 2006	Despesa Total 2007	Despesa Total 2008	Despesa Total 2009	Despesa Per Capita 2009	Despesa Per Capita 2004-2008
	Microrregião São Miguel do Araguaia							
Mozarlândia	1.970.000,00	1.955.653,44	2.576.330,32	0,00	4.393.669,74	5.164.031,83	366,95	193,56
Mundo Novo	1.269.000,00	1.242.708,00	1.545.348,00	1.936.352,63	2.026.711,73	2.519.166,29	371,18	236,34
Nova Crixás	1.801.527,00	2.133.087,00	3.682.485,00	4.248.119,00	3.620.002,11	3.710.303,87	276,23	230,57
Novo Planalto	719.000,00	873.070,01	1.099.349,86	1.427.978,19	1.343.810,91	1.308.761,23	306,79	256,13
São Miguel do Araguaia	3.311.000,00	3.820.959,00	5.816.724,00	6.608.021,65	6.930.520,36	7.309.359,07	315,85	228,91
Uirapuru	576.378,47	725.402,25	1.334.819,72	0,00	1.404.247,86	1.368.506,20	439,05	324,10
Média	3.726.153,01	4.404.567,25	4.289.837,26	4.832.160,01	7.364.433,38	9.186.936,47	Índice de Insumo	Índice de Insumo
Desvio Padrão	20.598.494,04	22.717.986,72	14.952.198,31	18.410.167,42	35.847.713,42	48.688.489,75	-0,173	-0,136

Município	Função Saúde							
	Despesa Total 2004	Despesa Total 2005	Despesa Total 2006	Despesa Total 2007	Despesa Total 2008	Despesa Total 2009	Despesa Per Capita 2009	Despesa Per Capita 2004-2008
	Microrregião Rio Vermelho							
Araguapaz	1.103.379,95	1.344.959,24	1.452.574,01	1.406.580,85	2.473.614,68	1.994.667,99	256,38	200,03
Aruanã	1.154.473,88	1.644.141,25	1.904.116,55	2.508.258,76	2.239.497,13	2.500.645,66	354,40	267,87
Britânia	1.067.973,73	1.161.211,69	1.173.642,19	1.313.098,55	1.868.859,48	2.030.859,47	391,30	253,75
Faina	1.234.162,68	1.331.336,35	2.347.242,69	2.563.726,00	2.117.754,17	2.311.554,37	329,28	273,34
Goiás	5.274.969,16	7.107.336,52	4.096.807,58	5.493.037,75	8.106.036,91	9.005.424,03	366,00	249,80
Itapirapuã	1.267.396,26	1.620.392,05	1.068.969,53	1.379.570,66	1.334.082,13	2.171.070,16	278,63	171,21
Jussara	2.092.388,52	3.356.947,84	3.883.068,36	4.132.624,84	5.754.812,40	6.463.415,23	337,87	200,94
Média	3.726.153,01	4.404.567,25	4.289.837,26	4.832.160,01	7.364.433,38	9.186.936,47	Índice de Insumo	Índice de Insumo
Desvio Padrão	20.598.494,04	22.717.986,72	14.952.198,31	18.410.167,42	35.847.713,42	48.688.489,75	-0,155	-0,134

Município	Função Saúde							
	Despesa Total 2004	Despesa Total 2005	Despesa Total 2006	Despesa Total 2007	Despesa Total 2008	Despesa Total 2009	Despesa Per Capita 2009	Despesa Per Capita 2004-2008
	Microrregião Aragarças							
Aragarças	2.252.591,00	3.409.859,50	3.136.512,00	3.683.207,00	4.579.844,11	4.627.545,88	258,77	190,85
Arenópolis	899.991,00	942.268,38	921.129,69	1.112.131,13	1.373.458,85	1.769.397,51	508,30	243,15
Baliza	814.683,00	897.433,00	1.401.059,00	1.149.246,00	1.457.183,26	1.373.963,31	373,46	310,57
Bom Jardim de Goiás	1.017.684,06	2.564.157,61	4.549.474,82	1.620.423,00	1.522.575,00	2.089.341,00	239,22	249,32
Montes Claros de Goiás	1.511.704,00	1.886.978,00	2.607.709,00	2.703.091,00	2.739.881,00	2.668.089,16	330,62	283,75
Piranhas	1.589.551,38	1.847.923,48	2.707.229,00	2.797.763,21	3.012.405,66	3.188.012,08	284,26	213,19
Média	3.726.153,01	4.404.567,25	4.289.837,26	4.832.160,01	7.364.433,38	9.186.936,47	Índice de Insumo	Índice de Insumo
Desvio Padrão	20.598.494,04	22.717.986,72	14.952.198,31	18.410.167,42	35.847.713,42	48.688.489,75	-0,256	-0,126

Município	Função Saúde							
	Despesa Total 2004	Despesa Total 2005	Despesa Total 2006	Despesa Total 2007	Despesa Total 2008	Despesa Total 2009	Despesa Per Capita 2009	Despesa Per Capita 2004-2008
	Microrregião Porangatu							
Alto Horizonte	582.932,83	855.222,86	1.424.517,88	1.649.271,54	2.994.147,99	3.612.951,60	1065,14	442,58
Amaralina	613.760,97	786.880,27	1.319.296,48	1.385.097,55	1.739.295,63	1.662.554,27	447,04	314,30
Bonópolis	659.403,16	882.376,40	1.159.624,00	1.449.943,15	1.543.043,67	1.419.086,06	415,79	333,69
Campinaçu	1.126.733,18	1.343.446,38	1.299.978,89	1.321.712,64	2.140.242,87	2.182.850,17	558,56	302,48
Campinorte	1.140.099,28	1.331.092,44	2.079.929,75	2.602.716,07	524.413,58	2.605.579,73	259,55	152,97
Campos Verdes	594.483,22	1.336.353,11	1.903.824,71	2.133.232,10	1.828.234,71	1.938.563,56	318,16	255,90
Estrela do Norte	771.486,00	906.230,29	1.050.491,41	1.277.343,69	1.429.463,63	2.029.253,50	629,62	337,26
Formoso	1.299.429,47	1.061.515,46	676.825,94	1.012.590,29	1.887.687,66	1.977.957,82	371,31	184,92
Mara Rosa	1.952.914,87	1.552.973,06	2.152.885,78	2.431.171,06	1.874.600,50	2.471.382,75	238,55	141,38
Mináçu	9.393,96	23.259,36	6.267.314,71	6.546.698,07	8.002.342,90	12.196.509,58	388,21	132,72
Montividiu do Norte	632.647,54	1.001.095,65	1.214.792,13	816.871,60	1.612.712,66	1.554.222,94	330,55	138,09
Mutunópolis	798.512,65	1.074.145,33	1.174.764,30	1.043.522,13	1.644.040,20	1.905.534,27	466,36	280,71
Niquelândia	5.579.740,00	8.252.844,76	12.588.615,15	15.099.201,77	13.439.473,43	15.457.819,27	388,36	276,16
Nova Iguaçu de Goiás	640.934,97	753.746,22	963.848,00	733.485,63	1.290.890,13	1.383.678,72	516,68	327,33
Porangatu	6.303.476,64	6.748.728,55	7.622.695,75	3.547.353,52	10.160.120,83	11.400.428,29	281,71	169,92
Santa Tereza de Goiás	838.605,80	1.141.676,51	944.564,57	1.113.414,32	1.509.188,71	1.418.959,78	342,66	267,93
Santa Terezinha de Goiás	1.304.322,35	1.717.196,91	1.717.927,27	2.242.364,15	2.369.195,00	2.357.614,00	199,31	158,10
Trombas	601.313,00	874.034,55	1.341.111,00	1.417.662,14	1.499.741,83	1.482.222,69	402,56	311,45
Uruaçu	6.080.959,42	5.392.190,97	4.826.974,56	6.897.114,29	9.338.895,84	10.252.831,36	297,44	188,78
Média	3.726.153,01	4.404.567,25	4.289.837,26	4.832.160,01	7.364.433,38	9.186.936,47	Índice de Insumo	Índice de Insumo
Desvio Padrão	20.598.494,04	22.717.986,72	14.952.198,31	18.410.167,42	35.847.713,42	48.688.489,75	-0,123	-0,228

Município	Função Saúde							
	Despesa Total 2004	Despesa Total 2005	Despesa Total 2006	Despesa Total 2007	Despesa Total 2008	Despesa Total 2009	Despesa Per Capita 2009	Despesa Per Capita 2004-2008
	Microrregião Chapada dos Veadeiros							
Alto Paraíso de Goiás	1.079.296,46	1.186.255,08	2.497.634,88	2.704.020,05	2.498.264,90	2.117.391,11	303,26	285,46
Campos Belos	3.016.040,94	3.324.217,52	4.992.562,98	5.187.501,55	4.501.427,35	6.499.612,21	339,12	215,49
Cavalcante	1.437.833,00	2.615.119,36	3.203.762,54	3.498.084,13	3.792.405,72	4.614.675,77	443,80	251,50
Monte Alegre de Goiás	959.433,47	961.645,09	1.659.010,22	2.474.849,96	2.193.333,87	2.004.313,59	268,46	220,96
Nova Roma	733.985,87	803.205,32	1.001.795,00	170.569,00	658.523,11	1.320.618,00	363,51	186,45
São João da D'Alianca	1.013.308,55	2.183.476,49	1.909.225,60	2.344.514,76	2.296.689,10	2.772.046,19	313,94	214,15
Teresina de Goiás	539.109,13	711.535,33	1.065.129,73	771.924,73	1.257.634,10	1.414.290,66	485,18	306,47
Média	3.726.153,01	4.404.567,25	4.289.837,26	4.832.160,01	7.364.433,38	9.186.936,47	Índice de Insumo	Índice de Insumo
Desvio Padrão	20.598.494,04	22.717.986,72	14.952.198,31	18.410.167,42	35.847.713,42	48.688.489,75	-0,125	-0,117

Município	Função Saúde							
	Despesa Total 2004	Despesa Total 2005	Despesa Total 2006	Despesa Total 2007	Despesa Total 2008	Despesa Total 2009	Despesa Per Capita 2009	Despesa Per Capita 2004-2008
	Microrregião Ceres							
Barro Alto	1.050.674,63	2.684.652,60	2.202.416,14	3.192.673,50	3.431.102,32	3.663.070,87	545,59	374,19
Carmo do Rio Verde	916.000,00	1.449.038,52	2.035.013,00	2.567.046,44	1.741.774,49	2.622.332,66	276,59	183,71
Ceres	4.028.535,36	5.363.250,34	1.856.825,35	3.749.537,02	10.746.440,46	12.792.581,81	670,86	288,36
Goianésia	5.960.690,05	7.087.939,56	7.784.714,36	8.986.989,09	13.495.176,23	17.195.302,00	302,53	152,41
Guaraíta	579.182,31	837.416,55	927.409,33	1.021.853,25	1.095.981,95	1.293.205,00	545,66	376,53
Hidrolina	772.586,79	872.569,22	822.578,01	822.578,01	381.306,02	1.469.929,81	350,40	96,61
Ipiranga de Goiás	572.562,61	863.672,51	718.117,56	1.271.529,69	951.106,59	1.092.636,37	375,99	232,95
Itapaci	2.428.885,31	2.270.916,94	2.350.730,39	2.191.103,49	4.887.449,08	5.278.221,64	308,92	173,51
Itapuranga	3.149.292,48	3.837.707,13	3.233.012,97	3.843.178,26	5.137.900,61	6.620.254,75	263,02	152,57
Nova América	577.483,00	830.047,79	895.590,86	1.199.627,78	1.201.517,12	1.171.597,11	514,31	413,02
Nova Glória	1.064.680,00	1.299.913,63	1.059.608,91	1.156.533,25	1.555.946,58	1.574.333,37	182,38	142,18
Rialma	1.348.521,97	2.005.949,94	1.442.333,16	1.760.848,89	2.336.554,77	3.091.272,55	283,32	163,03
Rianópolis	1.019.302,97	1.197.365,87	889.162,09	1.091.854,74	1.611.080,79	1.988.543,34	467,23	216,70
Rubiataba	1.941.227,54	2.334.896,29	2.858.091,22	4.079.655,90	3.692.896,73	4.924.169,67	264,48	160,13
Santa Isabel	603.015,84	833.685,95	617.901,82	723.037,85	1.308.738,60	1.463.859,88	409,47	228,61
Santa Rita do Novo Destino	546.875,63	737.943,41	1.108.270,35	1.197.880,51	1.448.520,57	1.840.021,94	514,55	281,85
São Luiz do Norte	837.208,88	779.772,90	1.157.194,96	924.725,58	1.511.669,91	1.392.536,49	312,51	192,36
São Patrício	695.124,31	915.712,16	950.519,76	1.022.379,79	1.139.802,32	1.131.703,57	527,85	440,63
Média	3.726.153,01	4.404.567,25	4.289.837,26	4.832.160,01	7.364.433,38	9.186.936,47	Índice de Insumo	Índice de Insumo
Desvio Padrão	20.598.494,04	22.717.986,72	14.952.198,31	18.410.167,42	35.847.713,42	48.688.489,75	-0,125	-0,296

Município	Função Saúde							
	Despesa Total 2004	Despesa Total 2005	Despesa Total 2006	Despesa Total 2007	Despesa Total 2008	Despesa Total 2009	Despesa Per Capita 2009	Despesa Per Capita 2004-2008
	Microrregião Anápolis							
Anápolis	59.495.373,87	63.612.724,48	35.500.001,85	37.954.873,61	1.001.695,25,60	126.062.901,80	375,23	176,65
Araçu	1.027.700,70	960.498,07	627.663,70	1.051.148,67	1.537.025,17	1.638.866,91	415,32	263,76
Brazabantes	715.903,86	1.386.028,67	803.986,51	763.643,78	984.552,99	1.312.561,04	406,11	283,85
Campo Limpo de Goiás	700.809,00	845.678,00	1.879.657,00	2.116.870,00	1.813.099,28	1.492.940,19	247,91	244,31
Caturai	660.661,69	952.701,80	1.044.080,94	1.237.482,98	1.805.752,30	1.419.290,12	304,11	244,30
Damolândia	766.528,02	1.014.931,48	744.429,14	880.770,80	1.570.901,60	1.611.054,66	573,53	354,40
Heitorai	694.641,86	930.105,85	867.574,31	1.036.943,27	1.374.635,44	1.494.526,93	403,27	264,65
Inhumas	7.971.201,15	8.331.027,21	7.378.364,57	8.904.820,98	13.007.018,14	13.324.031,88	284,79	194,90
Itaberaí	4.237.389,74	4.716.334,39	5.752.371,20	6.769.353,23	8.155.638,30	9.188.570,88	283,98	183,16
Itaguari	889.749,04	861.870,27	972.770,74	1.180.998,78	1.272.459,50	1.384.568,72	317,27	237,30
Itaguaru	895.163,24	1.260.509,10	1.248.067,89	1.272.950,30	1.647.271,48	1.745.889,53	312,27	181,13
Itauçu	1.502.758,74	124.473,69	1.191.163,37	1.234.371,84	1.972.058,63	2.562.550,27	281,07	132,17
Jaraguá	3.220.669,97	4.849.626,41	5.456.407,49	7.069.080,23	8.386.052,46	9.045.768,17	216,55	138,76
Jesópolis	552.470,84	713.906,23	948.836,41	665.606,21	1.127.926,46	1.206.432,42	525,45	349,19
Nova Veneza	19.527,35	1.304.095,22	1.116.926,38	1.162.068,01	1.850.272,44	1.963.871,05	271,25	150,63
Ouro Verde de Goiás	640.776,21	876.355,70	1.542.569,15	1.667.630,78	1.417.507,51	1.599.901,28	347,88	250,18
Petrolina de Goiás	1.341.778,00	1.529.357,61	1.901.011,79	2.175.598,69	2.084.904,89	2.585.333,74	256,97	179,56
Santa Rosa de Goiás	813.929,05	804.174,51	952.022,75	945.761,08	1.323.722,99	1.489.022,26	538,53	350,06
Taquaral de Goiás	686.169,99	808.233,19	867.777,73	1.017.169,42	1.292.452,42	1.555.279,61	448,08	269,19
Média	3.726.153,01	4.404.567,25	4.289.837,26	4.832.160,01	7.364.433,38	9.186.936,47	Índice de Insumo	Índice de Insumo
Desvio Padrão	20.598.494,04	22.717.986,72	14.952.198,31	18.410.167,42	35.847.713,42	48.688.489,75	-0,137	-0,334

Município	Função Saúde							
	Despesa Total 2004	Despesa Total 2005	Despesa Total 2006	Despesa Total 2007	Despesa Total 2008	Despesa Total 2009	Despesa Per Capita 2009	Despesa Per Capita 2004-2008
	Microrregião Iporá							
Amorinópolis	778.884,16	859.393,05	713.305,83	764.762,61	779.086,41	1.875.051,79	538,19	178,89
Cachoeira de Goiás	553.921,89	648.080,96	462.133,48	554.712,11	1.120.076,39	943.229,00	657,76	485,39
Córrego do Ouro	656.513,78	902.994,78	971.628,49	922.191,18	1.398.174,03	1.349.420,04	512,70	368,66
Fazenda Nova	1.022.011,06	1.248.613,63	1.362.002,26	1.529.012,26	1.290.409,80	1.809.659,68	282,80	201,66
Iporá	3.459.573,83	4.719.112,05	2.686.962,86	2.661.731,53	7.394.241,88	8.997.807,93	280,79	130,58
Israelândia	665.699,08	922.970,35	794.334,72	897.436,67	820.110,20	1.532.322,48	532,80	288,14
Ivolândia	797.406,98	939.427,44	803.682,19	824.042,51	1.359.548,09	1.702.123,05	621,67	345,08
Jaupaci	769.672,00	893.500,48	914.397,35	875.016,59	1.429.589,53	1.386.953,59	453,40	319,20
Moiporá	719.265,35	756.621,48	709.783,09	751.799,53	1.359.975,59	1.091.814,39	585,42	460,85
Novo Brasil	814.385,04	1.077.497,11	825.025,32	763.632,56	1.560.549,74	1.982.811,25	587,15	298,55
Média	3.726.153,01	4.404.567,25	4.289.837,26	4.832.160,01	7.364.433,38	9.186.936,47	Índice de Insumo	Índice de Insumo
Desvio Padrão	20.598.494,04	22.717.986,72	14.952.198,31	18.410.167,42	35.847.713,42	48.688.489,75	-0,053	-0,230

Município	Função Saúde							
	Despesa Total 2004	Despesa Total 2005	Despesa Total 2006	Despesa Total 2007	Despesa Total 2008	Despesa Total 2009	Despesa Per Capita 2009	Despesa Per Capita 2004-2008
	Microrregião Anicuns							
Adelândia	705.436,28	795.486,78	570.418,77	741.940,60	1.376.362,41	1.128.392,90	432,67	321,29
Americano do Brasil	783.495,00	1.098.144,87	863.400,81	1.138.094,50	1.572.509,09	1.739.734,51	362,82	227,56
Anicuns	3.492.485,81	2.934.244,16	3.428.459,44	4.114.753,83	4.334.578,17	5.411.016,98	300,16	205,41
Aurilândia	738.885,40	892.226,10	525.014,85	718.708,78	621.861,82	1.587.356,37	427,97	145,33
Avelinópolis	837.269,61	903.212,51	771.326,71	961.283,71	1.592.956,47	1.387.355,24	573,05	436,68
Buriti de Goiás	0,00	776.407,05	839.384,49	889.520,60	1.341.729,87	1.566.247,03	710,96	349,25
Firminópolis	953.531,59	1.270.820,10	768.263,64	1.045.500,99	906.882,32	2.448.660,38	228,16	94,07
Mossâmedes	1.070.868,02	1.157.310,29	775.501,39	980.625,75	2.005.894,83	1.768.506,83	360,85	244,45
Nazário	1.197.741,15	1.240.232,18	1.360.584,47	1.509.433,41	2.131.694,66	2.641.995,21	346,63	195,22
Sanclerlândia	963.176,59	1.312.925,79	996.025,54	1.199.736,78	2.038.015,36	1.973.347,50	248,66	164,06
Santa Bárbara de Goiás	1.021.515,63	1.213.938,28	1.181.641,19	1.424.887,09	1.737.635,19	1.710.238,37	283,57	218,19
São Luis de Montes Belos	3.577.939,65	4.552.340,90	4.950.998,33	5.064.774,07	6.754.415,69	7.950.717,82	286,07	179,19
Turvânia	666.023,50	989.490,03	880.248,05	888.603,46	919.447,18	1.660.303,20	326,51	168,36
Média	3.726.153,01	4.404.567,25	4.289.837,26	4.832.160,01	7.364.433,38	9.186.936,47	Índice de Insumo	Índice de Insumo
Desvio Padrão	20.598.494,04	22.717.986,72	14.952.198,31	18.410.167,42	35.847.713,42	48.688.489,75	-0,203	-0,284

Município	Função Saúde							
	Despesa Total 2004	Despesa Total 2005	Despesa Total 2006	Despesa Total 2007	Despesa Total 2008	Despesa Total 2009	Despesa Per Capita 2009	Despesa Per Capita 2004-2008
	Microrregião Goiânia							
Abadia de Goiás	894.347,52	898.978,51	1.321.205,36	2.191.118,93	1.524.472,31	1.651.830,67	262,15	216,79
Aparecida de Goiânia	50.399.617,61	57.761.826,06	34.936.565,19	35.470.069,32	106371482,04	115.788.010,31	226,69	111,57
Aragoiânia	1.028.011,00	1.182.730,00	2.383.474,00	2.333.499,00	1.945.042,00	2.128.613,76	276,37	230,40
Bela Vista de Goiás	2.983.317,82	3.097.652,87	2.177.738,87	2.509.245,93	5.135.447,57	5.934.933,26	273,76	146,72
Bonfinópolis	1.352.758,50	1.285.483,00	1.420.034,00	1.670.404,00	1.741.634,87	1.954.883,57	266,48	208,48
Caldazinha	559.375,32	714.589,18	1.148.015,26	1.262.289,10	1.128.938,11	1.290.723,82	386,33	288,13
Goianópolis	1.507.599,43	2.138.269,28	1.699.430,23	2.239.149,96	2.772.147,25	2.966.903,10	254,39	177,60
Goiânia	307.032.668,46	334.958.909,53	217.872.143,80	266.759.777,60	514330288,80	709.744.240,76	553,63	256,00
Goianira	2.373.961,00	3.352.894,05	4.612.142,01	5.696.635,71	5.527.279,47	6.288.171,16	238,77	163,75
Guapó	1.933.452,50	2.075.231,84	1.970.486,96	2.415.878,64	3.344.933,44	3.397.519,03	243,15	168,04
Hidrolândia	2.096.884,00	2.374.794,00	3.437.610,00	3.750.012,00	3.701.565,00	4.204.449,06	285,67	208,74
Leopoldo de Bulhões	577.620,00	1.430.838,00	1.783.587,00	2.139.245,00	1.946.934,00	1.812.536,85	190,43	165,54
Nerópolis	2.993.010,30	3.980.759,93	5.439.255,11	6.401.285,52	1.817.802,92	10.241.402,87	505,50	203,67
Santa Terezinha de Goiás	1.304.322,35	1.717.196,91	1.717.927,27	2.242.364,15	2.369.195,00	2.357.614,00	199,31	158,10
Senador Canedo	11.504.087,38	16.311.854,14	12.295.410,24	12.941.054,61	32.081.421,22	35.697.483,46	460,55	219,67
Terezópolis de Goiás	968.373,23	895.097,63	1.394.235,74	1.860.213,97	1.596.212,99	1.600.523,18	268,95	225,65
Trindade	12.647.953,69	9.564.862,10	7.984.712,98	10.058.198,98	22.984.040,68	22.221.509,95	6033,54	3434,14
Média	3.726.153,01	4.404.567,25	4.289.837,26	4.832.160,01	7.364.433,38	9.186.936,47	Índice de Insumo	Índice de Insumo
Desvio Padrão	20.598.494,04	22.717.986,72	14.952.198,31	18.410.167,42	35.847.713,42	48.688.489,75	0,14	-0,180

Município	Função Saúde							
	Despesa Total 2004	Despesa Total 2005	Despesa Total 2006	Despesa Total 2007	Despesa Total 2008	Despesa Total 2009	Despesa Per Capita 2009	Despesa Per Capita 2004-2008
	Microrregião Vão do Paranã							
Alvorada do Norte	1.553.036,62	1.704.849,41	2.096.685,21	2.206.138,88	3.107.307,49	3.265.460,17	376,81	246,20
Buritinópolis	467.808,36	728.278,84	965.975,13	1.932.597,31	1.068.999,18	1.290.008,36	361,04	289,04
Damianópolis	536.057,53	763.461,54	990.865,54	763.461,54	1.421.106,55	1.448.537,33	393,84	267,18
Divinópolis de Goiás	0,00	107.692,60	1.772.620,42	1.962.074,54	1.761.275,12	1.533.491,59	275,31	201,21
Flores de Goiás	1.175.275,55	2.443.489,10	3.067.649,12	3.711.702,65	2.423.595,58	2.502.483,66	217,93	212,21
Guarani de Goiás	549.531,38	914.070,43	1.035.583,45	873.566,09	1.197.600,80	1.238.093,56	302,49	213,43
Iaciara	1.628.604,84	1.980.996,11	2.647.995,50	3.315.381,70	3.024.590,14	3.220.060,05	250,49	195,99
Mambáí	961.707,10	1.389.030,36	1.216.487,78	1.561.572,94	1.828.968,70	2.030.400,74	286,13	196,19
Posse	3.678.471,44	4.146.168,35	6.692.008,31	4.838.882,70	7.480.200,75	7.571.904,57	242,25	175,94
São Domingos	1.878.056,15	2.710.088,34	2.294.072,25	3.018.001,66	2.674.054,08	2.804.964,14	276,19	249,64
Simolândia	943.617,17	2.056.823,72	1.592.307,85	2.521.339,59	1.655.944,89	1.733.805,06	236,50	228,93
Média	3.726.153,01	4.404.567,25	4.289.837,26	4.832.160,01	7.364.433,38	9.186.936,47	Índice de Insumo	Índice de Insumo
Desvio Padrão	20.598.494,04	22.717.986,72	14.952.198,31	18.410.167,42	35.847.713,42	48.688.489,75	-0,318	-0,216

Município	Função Saúde							
	Despesa Total 2004	Despesa Total 2005	Despesa Total 2006	Despesa Total 2007	Despesa Total 2008	Despesa Total 2009	Despesa Per Capita 2009	Despesa Per Capita 2004-2008
	Microrregião Entorno de Brasília							
Abadiânia	1.033.015,71	1.343.293,42	2.431.913,29	2.768.517,60	3.648.470,19	3.336.834,01	249,43	167,82
Água Fria de Goiás	563.578,05	685.808,67	1.726.986,69	1.825.472,24	1.876.845,98	1.884.576,88	354,38	251,17
Águas Lindas de Goiás	4.313.784,56	10.296.309,79	20.144.056,41	26.457.567,97	15.302.929,68	25.121.989,72	175,46	106,88
Alexânia	1.908.720,12	2.638.191,21	2.211.751,29	2.732.914,95	5.612.398,15	5.971.436,03	288,39	145,89
Cabeceiras	1.444.627,36	1.248.980,89	1.256.590,32	1.663.974,84	1.738.195,64	1.792.099,57	263,78	216,44
Cidade Ocidental	3.599.559,63	9.043.145,55	9.659.126,36	8.974.233,96	8.496.076,32	17.155.342,54	327,52	146,66
Cocalzinho de Goiás	1.407.476,69	1.590.045,44	4.842.935,55	5.931.705,32	4.070.877,96	4.162.987,93	272,16	233,30
Corumbá de Goiás	973.560,00	1.073.682,00	2.041.997,88	2.348.397,57	1.736.481,56	1.987.505,77	212,07	174,44
Cristalina	5.058.920,00	7.284.189,87	11.531.247,88	13.224.398,49	0,00	9.988.424,49	259,41	192,70
Formosa	9.319.194,15	10.670.757,87	15.747.588,94	19.207.817,87	21.644.237,10	25.673.975,36	266,65	159,09
Luziânia	28.997.999,18	23.269.804,37	26.549.547,56	37.174.645,62	34.255.194,97	39.288.631,06	187,03	144,30
Mimoso de Goiás	241.179,00	168.416,00	1.302.942,07	1.369.760,28	1.211.784,11	1.353.602,53	460,25	292,02
Novo Gama	4.910.042,44	5.032.996,41	15.531.194,00	8.491.410,95	8.684.524,00	22.577.636,12	254,15	76,90
Padre Bernardo	2.798.500,00	3.739.248,07	5.590.618,21	3.873.083,09	4.985.977,91	6.270.442,51	223,85	122,19
Pirenópolis	1.778.724,00	1.934.041,00	3.363.966,08	3.910.381,88	3.058.185,53	3.507.948,70	167,48	134,12
Planaltina	10.149.578,12	19.501.470,01	17.874.937,69	22.226.479,91	18.402.992,42	21.301.311,90	267,43	215,48
Santo Antônio do Descoberto	5.731.844,03	8.048.481,94	16.116.882,23	9.965.736,07	12.390.755,98	15.038.109,26	257,18	180,80
Valparaíso de Goiás	6.025.202,40	7.303.582,36	21.690.267,70	26.641.650,03	15.728.446,00	19.692.301,00	159,52	125,38
Vila Boa	1.192.174,43	1.436.238,50	1.693.993,06	1.741.687,69	1.408.202,88	2.332.983,48	509,61	326,44
Vila Propício	947.335,51	1.073.612,93	1.799.558,67	2.303.356,25	1.608.234,77	2.118.695,67	395,35	288,56
Média	3.726.153,01	4.404.567,25	4.289.837,26	4.832.160,01	7.364.433,38	9.186.936,47	Índice de Insumo	Índice de Insumo
Desvio Padrão	20.598.494,04	22.717.986,72	14.952.198,31	18.410.167,42	35.847.713,42	48.688.489,75	-0,430	-0,489

Município	Função Saúde							
	Despesa Total 2004	Despesa Total 2005	Despesa Total 2006	Despesa Total 2007	Despesa Total 2008	Despesa Total 2009	Despesa Per Capita 2009	Despesa Per Capita 2004-2008
	Microrregião Sudoeste de Goiás							
Aparecida do Rio Doce	851.933,34	1.048.398,26	605.894,70	1.605.919,04	1.599.256,29	1.064.523,52	370,78	397,87
Aporé	832.028,55	1.217.424,95	1.462.625,39	1.684.962,73	2.164.279,14	2.244.325,56	605,27	397,05
Caiapônia	2.427.761,95	2.861.389,00	3.124.734,00	3.575.478,00	4.446.972,00	4.571.645,00	276,08	198,52
Chapadão do Céu	2.030.773,00	3.387.887,21	4.630.187,00	5.340.752,00	5.140.852,90	4.855.424,00	828,15	700,34
Doverlândia	1.508.443,51	2.272.879,82	2.091.199,34	2.454.560,29	2.272.879,82	2.786.656,95	325,16	235,48
Jataí	17.384.448,97	15.758.206,90	23.939.705,40	21.415.419,46	24.730.793,70	27.529.974,48	318,46	238,83
Maurilândia	811.167,75	1.311.129,90	1.809.523,23	1.310.606,96	2.307.916,56	2.232.891,70	192,42	76,36
Mineiros	5.606.518,53	6.842.661,09	8.304.780,34	11.374.989,55	5.588.971,69	10.864.246,07	224,80	156,09
Montividiu	1.587.000,00	2.342.888,74	2.491.926,40	3.113.972,60	3.537.442,20	3.663.102,49	367,60	262,38
Palestina de Goiás	1.003.995,92	783.552,35	939.777,97	907.969,86	1.631.573,91	1.499.005,12	451,92	317,57
Perolândia	888.805,18	1.281.578,96	1.705.296,55	1.499.001,19	2.143.784,98	1.965.677,47	694,59	531,34
Portelândia	1.466.118,14	1.281.578,96	1.230.383,05	1.387.379,86	2.102.326,82	2.183.305,41	657,42	449,73
Rio Verde	23.918.211,07	29.497.461,34	38.976.894,27	28.999.743,94	41.457.224,27	53.364.225,29	327,35	199,79
Santa Helena de Goiás	6.010.919,09	6.990.218,59	6.509.110,11	6.300.690,28	9.264.997,39	11.109.526,35	305,74	193,06
Santa Rita do Araguaia	883.854,88	835.150,54	991.276,38	1.083.669,71	1.946.711,63	1.651.202,14	263,06	182,91
Santo Antônio da Barra	846.404,94	1.075.037,01	1.410.100,25	1.704.832,43	1.479.788,80	1.716.807,83	399,72	303,43
Serranópolis	1.474.616,00	1.913.817,00	2.649.539,00	2.817.085,00	2.329.460,30	2.498.685,13	319,81	286,31
Média	3.726.153,01	4.404.567,25	4.289.837,26	4.832.160,01	7.364.433,38	9.186.936,47	Índice de Insumo	Índice de Insumo
Desvio Padrão	20.598.494,04	22.717.986,72	14.952.198,31	18.410.167,42	35.847.713,42	48.688.489,75	-0,191	-0,179

Município	Função Saúde							
	Despesa Total 2004	Despesa Total 2005	Despesa Total 2006	Despesa Total 2007	Despesa Total 2008	Despesa Total 2009	Despesa Per Capita 2009	Despesa Per Capita 2004-2008
	Microrregião Vale do Rio dos Bois							
Acreúna	3.235.335,53	3.630.157,00	4.875.838,47	5.282.967,88	5.249.201,51	5.112.816,45	265,66	231,46
Campestre de Goiás	672.721,00	753.184,00	1.209.760,00	1.050.934,00	921.649,75	1.480.819,98	412,37	256,66
Cezarina	2.242.361,84	2.093.324,29	3.010.961,52	2.448.882,55	2.279.636,19	2.674.035,72	341,42	307,27
Edealina	836.588,98	1.218.955,71	1.581.264,73	1.949.487,03	1.396.574,11	1.541.922,35	403,54	365,50
Edéia	1.794.230,31	2.034.847,34	2.714.205,46	2.891.784,10	2.975.836,52	3.455.452,36	325,86	234,08
Indiara	2.724.299,45	2.356.362,26	2.602.174,51	3.214.361,58	2.776.789,58	3.496.103,73	261,61	204,84
Jandaia	1.251.917,20	1.355.447,67	1.983.781,96	2.111.002,50	2.533.131,07	2.430.370,45	368,46	280,03
Palmeiras de Goiás	2.521.785,00	3.510.302,00	2.938.418,00	3.361.783,00	5.101.654,28	5.714.701,46	250,67	152,94
Palminópolis	690.835,66	897.843,05	1.047.535,93	1.110.732,54	1.422.473,88	1.338.353,55	355,85	274,90
Paraúna	2.700.314,51	2.410.209,26	2.949.860,02	3.131.258,01	3.761.266,11	4.152.104,43	366,83	264,21
Varjão	444.180,22	736.328,73	939.378,52	1.338.801,44	1.400.657,13	1.259.130,94	330,83	255,35
Média	3.726.153,01	4.404.567,25	4.289.837,26	4.832.160,01	7.364.433,38	9.186.936,47	Índice de Insumo	Índice de Insumo
Desvio Padrão	20.598.494,04	22.717.986,72	14.952.198,31	18.410.167,42	35.847.713,42	48.688.489,75	-0,231	-0,123

Município	Função Saúde							
	Despesa Total 2004	Despesa Total 2005	Despesa Total 2006	Despesa Total 2007	Despesa Total 2008	Despesa Total 2009	Despesa Per Capita 2009	Despesa Per Capita 2004-2008
	Microrregião Meia Ponte							
Água Limpa	643.531,45	775.572,05	972.821,56	1.242.587,38	1.326.806,11	1.201.876,06	569,34	470,04
Aloândia	552.466,51	691.430,22	866.734,14	413.502,79	1.319.965,48	1.156.052,57	545,82	381,63
Bom Jesus de Goiás	3.191.862,49	3.379.202,23	4.549.474,82	3.918.420,29	4.494.844,97	4.821.063,95	228,45	185,13
Buriti Alegre	1.295.705,01	1.106.719,70	854.829,56	859.489,20	1.740.721,77	1.799.038,25	212,80	138,57
Cachoeira Dourada	2.340.359,84	3.220.692,42	3.446.289,93	2.483.886,36	3.674.283,94	4.572.648,96	603,97	400,62
Caldas Novas	6.966.224,70	10.676.116,33	8.203.758,97	7.048.102,89	16.776.487,12	20.352.768,85	301,13	115,39
Cromínia	959.460,36	993.050,15	745.268,07	809.733,87	1.289.789,33	1.617.762,67	433,83	205,84
Goiatuba	6.232.449,90	7.797.767,31	7.141.127,86	7.579.585,66	13.828.387,24	14.785.163,75	457,69	263,62
Inaciolândia	1.251.209,64	1.448.630,50	1.943.338,24	2.088.298,86	1.982.788,07	1.768.643,80	297,30	292,97
Itumbiara	17.390.808,22	18.266.483,65	13.428.924,22	15.291.288,54	33.111.219,42	32.151.174,55	346,34	210,03
Joviânia	1.168.568,26	1.424.080,20	1.951.103,95	1.975.762,19	2.010.631,98	2.365.272,05	342,10	246,75
Morrinhos	5.494.815,64	7.036.517,38	5.554.885,87	7.004.861,24	9.412.940,13	11.484.262,65	281,22	168,98
Panamá	743.371,52	844.496,00	746.823,09	1.020.050,52	0,00	1.339.602,25	502,67	314,70
Piracanjuba	3.252.407,00	3.817.389,00	4.375.357,00	5.508.740,00	5.015.176,07	6.325.985,96	263,22	182,82
Pontalina	3.362.882,53	3.065.262,96	3.120.059,31	3.799.172,49	4.337.943,80	5.117.591,81	306,68	211,97
Porteirão	597.854,08	925.059,21	1.375.750,66	1.330.337,03	1.745.103,82	1.442.639,99	456,82	378,35
Vicentinópolis	1.275.026,29	1.483.067,46	2.042.281,98	2.102.975,76	2.006.997,82	2.079.158,92	341,24	292,48
Média	3.726.153,01	4.404.567,25	4.289.837,26	4.832.160,01	7.364.433,38	9.186.936,47	Índice de Insumo	Índice de Insumo
Desvio Padrão	20.598.494,04	22.717.986,72	14.952.198,31	18.410.167,42	35.847.713,42	48.688.489,75	-0,166	-0,262

Município	Função Saúde							
	Despesa Total 2004	Despesa Total 2005	Despesa Total 2006	Despesa Total 2007	Despesa Total 2008	Despesa Total 2009	Despesa Per Capita 2009	Despesa Per Capita 2004-2008
	Microrregião Pires do Rio							
Cristianópolis	862.643,52	996.013,92	961.172,00	1.079.531,00	609.715,79	1.555.181,20	530,42	307,58
Orizona	1.916.445,27	2.303.666,41	3.871.515,83	4.575.739,82	3.604.924,76	1.880.130,17	123,68	214,10
Palmeio	761.247,00	1.009.219,54	529.344,44	728.311,21	755.625,06	1.718.374,32	739,40	325,74
Pires do Rio	3.911.475,10	4.909.967,21	4.125.437,95	4.783.062,88	6.026.117,07	7.533.745,50	269,76	170,12
Santa Cruz de Goiás	952.813,80	881.264,00	1.191.855,17	1.008.644,32	1.008.644,32	1.083.604,68	293,90	273,57
São Miguel do Passa Quatro	699.081,85	849.875,25	774.478,55	967.569,02	1.546.840,42	1.436.175,82	372,45	160,57
Silvânia	2.085.986,69	4.017.252,18	4.448.746,18	4.340.197,27	6.801.724,51	8.338.633,80	435,35	226,52
Urutaí	709.232,00	1.059.912,89	1.274.674,19	1.348.867,92	1.405.201,95	1.368.400,45	503,09	426,32
Vianópolis	1.620.547,47	2.028.387,95	2.685.480,05	2.865.001,30	2.804.095,08	2.814.762,19	219,44	187,16
Média	3.726.153,01	4.404.567,25	4.289.837,26	4.832.160,01	7.364.433,38	9.186.936,47	Índice de Insumo	Índice de Insumo
Desvio Padrão	20.598.494,04	22.717.986,72	14.952.198,31	18.410.167,42	35.847.713,42	48.688.489,75	-0,231	-0,208

Município	Função Saúde							
	Despesa Total 2004	Despesa Total 2005	Despesa Total 2006	Despesa Total 2007	Despesa Total 2008	Despesa Total 2009	Despesa Per Capita 2009	Despesa Per Capita 2004-2008
	Microrregião Catalão							
Ananguera	650.683,00	679.929,00	443.846,00	508.274,00	1.108.650,00	991.053,00	973,53	666,28
Campo Alegre de Goiás	1.005.350,25	1.351.132,85	1.178.241,55	881.778,71	2.342.566,20	2.725.247,30	433,54	177,56
Catalão	7.662.252,06	9.587.181,82	15.445.524,33	11.884.373,57	23.157.853,30	32.463.812,59	400,25	167,03
Cumari	746.187,00	852.333,00	517.730,00	525.761,00	1.620.726,00	1.553.483,23	493,95	271,08
Davinópolis	560.145,05	649.286,97	969.778,36	661.357,49	710.141,97	1.209.919,35	583,09	342,24
Goiandira	651.686,16	1.027.939,12	892.405,24	1.025.882,76	1.950.069,02	2.237.016,12	440,27	218,38
Ipameri	2.554.850,99	3.336.274,51	4.227.591,98	5.724.843,51	5.125.304,07	6.716.831,39	279,62	174,59
Ouvidor	2.107.877,72	2.490.657,81	1.199.013,15	1.560.947,26	3.735.973,77	3.120.770,29	622,04	442,28
Três Ranchos	933.226,64	1.154.982,63	967.040,26	1.093.630,98	1.498.466,64	1.558.853,06	14,85	10,76
Média	3.726.153,01	4.404.567,25	4.289.837,26	4.832.160,01	7.364.433,38	9.186.936,47	Índice de Insumo	Índice de Insumo
Desvio Padrão	20.598.494,04	22.717.986,72	14.952.198,31	18.410.167,42	35.847.713,42	48.688.489,75	-0,429	-0,643

Município	Função Saúde							
	Despesa Total 2004	Despesa Total 2005	Despesa Total 2006	Despesa Total 2007	Despesa Total 2008	Despesa Total 2009	Despesa Per Capita 2009	Despesa Per Capita 2004-2008
	Microrregião Quirinópolis							
Cachoeira Alta	1.777.398,76	1.896.821,86	1.657.975,65	1.547.672,80	1.602.824,23	3.046.721,12	369,97	206,54
Caçu	2.110.738,31	1.972.898,46	2.727.149,27	3.024.817,52	2.954.813,23	4.105.000,00	361,90	225,52
Gouvelândia	1.058.218,01	1.148.081,84	1.345.655,68	1.634.199,20	1.375.978,91	1.827.441,77	381,51	270,68
Itajá	1.277.942,00	1.639.439,54	2.249.734,86	2.505.002,66	2.414.077,34	2.864.849,67	518,24	364,91
Itarumã	1.221.194,44	1.331.020,64	1.736.815,71	2.377.339,86	2.514.693,02	3.340.279,96	608,43	334,46
Lagoa Santa	572.936,20	695.750,15	1.011.841,77	1.331.295,29	1.080.617,15	1.390.201,22	1032,84	697,24
Paranaiguara	1.723.430,45	1.971.970,43	1.559.470,75	2.274.960,08	2.568.384,58	3.458.112,63	439,85	256,89
Quirinópolis	4.992.348,81	6.548.923,42	11.008.538,35	11.974.812,35	12.207.639,24	12.175.956,52	306,27	235,10
São Simão	4.189.602,03	4.779.647,65	5.803.252,15	6.258.905,88	7.685.116,12	10.669.951,75	742,36	399,59
Média	3.726.153,01	4.404.567,25	4.289.837,26	4.832.160,01	7.364.433,38	9.186.936,47	Índice de Insumo 0,085	Índice de Insumo 0,075
Desvio Padrão	20.598.494,04	22.717.986,72	14.952.198,31	18.410.167,42	35.847.713,42	48.688.489,75		